



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

RACHEL SARAIVA LEÃO VIANA

**DESLOCADAS INTERNAS: VIOLÊNCIA URBANA COMO VETOR DE
MOBILIDADE NO ESTADO**

FORTALEZA – CEARÁ

2019

RACHEL SARAIVA LEÃO VIANA

DESLOCADAS INTERNAS: VIOLÊNCIA URBANA COMO VETOR DE MOBILIDADE
NO ESTADO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Camila Holanda Marinho

FORTALEZA – CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Leao, Rachel de Souza Saraiva.

Deslocadas internas: violência urbana como
vetor de mobilidade no estado [recurso
eletrônico] / Rachel de Souza Saraiva Leao. -
2019.

119 f. : il.

Dissertação (Mestrado profissional) -
Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos
Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Profissional
em Planejamento e Políticas Públicas -
Profissional, Fortaleza, 2019.

Orientação: Prof.^a Dra. Camila Holanda
Marinho.

1. Deslocamento Interno. 2. Migração Forçada.
3. Mulheres. 4. Facções Criminosas. 5.
Violência Urbana.. I. Título.

RACHEL SARAIVA LEÃO VIANA

DESLOCADAS INTERNAS: A VIOLÊNCIA URBANA COMO VETOR DE
MOBILIDADE NO ESTADO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 24/06/2019

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Camila Holanda Marinho (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof.^a Dr.^a Isaurora Cláudia Martins de Freitas
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA



Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva
Universidade Federal do Ceará - UFC

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por absolutamente tudo. É Nele que a todo instante busco forças e sabedoria para lidar com as adversidades deste mundo. Sigo acreditando que em tudo há uma razão de ser e que Deus sabe de todas as coisas. Tudo passa! E no transcorrer da vida o tempo de Deus é perfeito. E no tempo presente, alimento-me da compreensão de que o exercício cristão passa pela defesa dos direitos humanos. Este foi o segundo trabalho de conclusão de curso elaborado após a chegada do meu filho Arthur, o primeiro foi em 2014, ano de seu nascimento, na ocasião de término da Especialização em Gestão Pública. Naquela época ele precisava de cuidados, mas não pedia atenção. Dessa vez foi diferente, ele ia brincar e voltava pra me chamar para brincar com ele. De tanto ouvir, aprendeu a dizer a palavra “estudando”. Às vezes aceitava a justificativa de que eu estava estudando, mas às vezes não. Ao Arthur agradeço pelo amor, pela alegria e pela inocência que só uma criança é capaz de expressar. Ele deixa meus dias leves, apesar da pesada rotina escolar e de terapias que juntos enfrentamos.

À minha família, meu pai Alexandre Saraiva, minha mãe Iêda Leôncio, minha prima e comadre Mariana Saraiva e à minha amiga Débora Oliveira, agradeço a compreensão e o esforço em criar as condições necessárias para que eu pudesse estudar. Ao meu marido e companheiro da vida toda, Alexandre Viana, que nesses quase vinte anos de vida compartilhada pela primeira vez me acompanhou em uma atividade acadêmica, que foi a qualificação. Tenho certeza que esse momento fez a diferença para sua compreensão acerca da importância desse processo.

Às amigas que são uma extensão da minha família, Ana Paula Vieira, Camilla Paiva, Érika Uchôa e Stella Maris Pacheco. Nesse processo, elas foram realmente amigas para todas as horas, como as quatro estão vinculadas a esta rede de proteção e defesa a pessoas, mas atuando em locais diferentes, sempre que necessário recorri a elas para compreender alguma situação ou mesmo para definir como abordar determinadas discussões. Com o mesmo carinho, agradeço o companheirismo, a alegria e a presteza dos meus amigos inseparáveis: Alderlândia Barbosa e Ryugo Martins. E aos amigos já não tão presentes, mas sempre verdadeiros amigos: Adenil Barbosa, Ana Christina Carneiro, Cynthia Carvalho, Daniele Ribeiro, David Soares,

Estefânia Freitas, Gabrielle Carvalho, Ingrid Lorena, Luciana Sátiro, Mariana Justa, Rebecka Pinheiro e Valéria Melo.

Aos meus companheiros de trabalho no Núcleo de Assessoria dos Programas de Proteção: Ana Karine Souza, Demontieux Leite, Gleidson Mota e Patrícia Meireles, agradeço a paciência e a parceria em todas as horas. À companheira Lívia Xerez que está passando pelo mesmo processo de elaboração, o que tem nos permitido partilhar diariamente as angústias, os saberes e as alegrias do mestrado. E a todos os profissionais que integram as equipes dos programas de proteção e o Centro de Referência e Apoio a Vítimas de Violência, não mencionarei os nomes na perspectiva de resguardar suas identidades, mas a eles não só agradeço pela colaboração, mas expresso aqui minha admiração pelo compromisso e sensibilidade com que atuam diante de casos tão difíceis.

Aos companheiros da Coordenadoria da Cidadania e da Secretaria Executiva de Cidadania e Direitos Humanos: Itamisse Barros, Lane Soares, Lia Ferreira, Lúcia Bertini, Luciana Lôbo, Raquel Klein, Samuel Costa e Tadeu Lustosa pelas trocas de trabalho e de afeto. E à Dra. Socorro França por seu exemplo de humanidade.

De maneira muito especial agradeço a cada uma das interlocutoras que me confiaram suas histórias. São narrativas que inspiram a uma vivência de solidariedade e amor ao próximo. Desejo que o por vir seja de paz e muita felicidade.

Lembro que recebi com enorme alegria a notícia de que a Prof^a Camila Holanda seria minha orientadora. Agradeço a paciência e a delicadeza com que conduziu esse processo. Foi um presente! Minha gratidão aos demais professores diretamente envolvidos nessa construção, Prof^a. Isaurora Martins e Prof. Luiz Fábio Paiva. Essa gratidão se estende a todos os professores que fizeram parte da minha trajetória.

Guerra vende armas;
Mantém cargos;
Destrói sonhos;
Tudo de uma vez;
Sensatez;
Não tem vez;
Vidas, fardos;
Meros dados;
Incontáveis casos;
De desamor;
Quanta dor;
Muita dor.
(Djavan - Solitude, 2018).

RESUMO

Deslocadas Internas: violência urbana e migração forçada de mulheres no estado do Ceará analisa o deslocamento interno de mulheres, chefes de família, em geral pobres, que tenham sido obrigadas a migrar em decorrência de situações de violência urbana diversas, que acarretaram em ameaças de morte às suas vidas e/ou de seus familiares e buscaram atendimento em programas de proteção a pessoas ameaçadas. A perspectiva da dissertação é a de apresentar como o atual contexto da violência urbana, com o advento das facções criminosas, tem favorecido a ocorrência de deslocamentos internos no estado do Ceará, afetando de modo prioritário as populações vulneráveis das periferias das pequenas e grandes cidades. As recentes mudanças na cena da violência urbana são resultado de um movimento de expansão do crime organizado, que partiu da região Sudeste para o Norte e o Nordeste do país, com isso a dinâmica das principais facções, carioca e paulista, chegou ao Nordeste, inclusive, com potencial de interiorização. A partir da trajetória de mulheres que estão vivenciando o deslocamento interno reconhecemos a migração forçada como um doloroso processo de ruptura dos laços afetivos e sociais, que chega a causar o adoecimento psicológico. Isto posto, cabe ressaltar que a crescente participação feminina na cena da violência urbana cearense é um fenômeno que tem chamado a atenção dos pesquisadores.

Palavras-chave: Deslocamento Interno. Migração Forçada. Mulheres. Facções Criminosas. Violência Urbana.

ABSTRACT

Internally displaced women: urban violence and forced migration of women in the state of Ceará analyses the internal movement of women, heads of household, commonly poor, which have been forced to migrate due to diverse violent situations in urban areas, which culminated in death threats against their lives and/or family members' and have sought aide in threatened persons protection programs. The dissertation discourse presents how the current urban violence context, with the surge of criminal organizations, has been favoring the occurrence of internal movements within the state of Ceará, affecting, with a high-degree, vulnerable population in the outskirts of both small and big cities. The recent changes in the urban violence context pose as a consequence of the expansion of organized crime, which moved from the Southeast region, mainly from São Paulo e Rio de Janeiro, to the North and Northeast region. From the perspective of women that are currently undergoing internal movement, we recognize forced migration as a painful process of rupture of the social and affective bonds, which can lead to psychological disorders. Given this, we reinforce that the increased number of women participating in the urban violence scenario in the state of Ceará is a phenomenon that has been more and more studied by researchers.

Keywords: Internal Movement. Criminal Organizations. Internally Displaced Women. Forced Migration. Urban Violence.

LISTA DE FIGUAS

Figura 1 -	Setores temáticos.....	27
Figura 2 -	Elevação das taxas de homicídios na região Norte e Nordeste.....	29
Figura 3 -	Mortes violentas – Taxas por 100 mil habitantes.....	31
Figura 4 -	Categorias.....	84
Figura 5 -	Incidência dos casos de expulsão de moradores.....	91
Figura 6 -	Facções nas grandes penitenciárias.....	93

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	A AMEAÇA DE MORTE E A MIGRAÇÃO FORÇADA NA CONTEMPORANEIDADE: NOVAS DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA URBANA.....	20
2.1	A violência urbana e a expansão do crime organizado.....	20
2.2	O decreto e a expulsão como <i>modus operandi</i>	39
2.3	O crime de ameaça.....	46
3	MULHERES DESLOCADAS INTERNAS: A VIOLÊNCIA URBANA PRODUZINDO MIGRAÇÃO FORÇADA.....	49
3.1	A condição feminina nos deslocamentos internos.....	49
3.2	Maria: três gerações de mulheres vivendo a segregação social e expostas à violência.....	52
3.3	Ana: de vida loka à testemunha.....	57
3.4	Valentina: a militância social tem que respeitar o “proceder”	64
4	DESLOCAMENTOS INTERNOS: DESAFIOS PARA POLÍTICAS DE PROTEÇÃO A PESSOAS.....	78
4.1	Os deslocamentos internos e sua motivação.....	78
4.2	Do sertanejo ao morador dos centros urbanos: o deslocamento interno alcançando os moradores da cidade e a violência urbana alcançando os moradores do interior.....	86
4.3	De quem estamos falando? Quem são os deslocados internos da rede de proteção?.....	95
4.4	PPCAAM, PPDDH e PROVITA: o deslocamento interno institucionalizado.....	101
4.5	Operadores dos deslocamentos: o olhar dos técnicos acerca dos deslocamentos internos.....	105
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
	REFERÊNCIAS.....	115

1 INTRODUÇÃO

Desde 2012 tenho atuado na política de proteção a pessoas ameaçadas. Durante os dois primeiros anos integrei a equipe técnica do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH), logo da sua implantação no Estado do Ceará. E em 2014 assumi a coordenação do Núcleo de Assessoria dos Programas de Proteção (NAPP)¹, da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará (SEJUS)². A Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará (SEJUS) compreendendo a política de proteção à pessoa enquanto política de direitos humanos, conforme estabelece o Programa Nacional de Direitos Humanos – 3, implementou os três programas de proteção em âmbito estadual.

O *Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas do Estado do Ceará* (PROVITA) foi criado pela Lei Estadual N° 13.193/2002, regulamentada pelo Decreto Estadual N° 26.721/2002, cujo objetivo é proteger vítimas ou testemunhas de crimes, que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal.

Em 2012 foi implementado o *Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos* (PEPDDH), instituído pelo Decreto Estadual N° 31.059/2012, com caráter excepcional e sigiloso, o programa visa garantir a continuidade do trabalho do defensor, que promove e protege os direitos humanos, e, em função de sua atuação e atividade nessas circunstâncias, encontra-se em situação de risco ou vulnerabilidade ou sofre violação de seus direitos.

Por último, ocorreu a implementação do *Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte* (PPCAAM) instituído pelo Decreto Estadual n° 31.190/2013, que tem por objetivo a proteção da integridade física e psicológica, acompanhamento psicossocial e jurídico, bem como a reinserção social

¹ De acordo com o Decreto Estadual N° 31.419/2014 compete ao Núcleo de Assessoria dos Programas de Proteção (NAPP): I – supervisionar e garantir o suporte técnico necessário à execução dos programas de proteção; II – realizar, periodicamente, o monitoramento e a avaliação dos programas de proteção; III – fortalecer e ampliar a política de proteção a pessoas no Estado; e IV – exercer outras atividades correlatas.

² Para a gestão 2019/2022, conforme a Lei Estadual n° 16.710/2018, a Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS) transformou-se em Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) e a política de proteção a pessoas ameaçadas migrou para a Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS).

em local seguro de crianças e adolescentes ameaçados de morte ou em risco de serem vítimas de homicídio e de seus familiares.

Todavia, nos últimos três anos, começou a chegar ao NAPP um número cada vez maior de demandas para o atendimento de pessoas que haviam sido obrigadas a sair de suas casas, em virtude de uma ameaça de morte. Infelizmente, em boa parte dos casos as vítimas não correspondiam ao perfil de atendimento dos programas de proteção. A cada dia essas situações foram também ganhando repercussão social através dos meios de comunicação.

Desde o início de 2018 o jornal *O Povo* tem realizado uma série de matérias que tratam da violência urbana em Fortaleza, dando destaque a atuação de organizações criminosas nas comunidades e suas repercussões na vida da população. Nas reportagens foram abordados muitos aspectos da presença de grupos criminosos organizados na capital cearense, no entanto é notória a ênfase dada à problemática da expulsão de moradores por parte de determinadas facções criminosas. Neste veículo, os moradores expulsos pelas facções criminosas passaram então a ser chamados de “refugiados urbanos”. Para os jornalistas do jornal *O Povo*, o “refugiado urbano” é caracterizado como um infeliz, em geral pobre, que de repente tem sua rotina destruída na casa, no bairro, no trabalho, na escola dos filhos, dentre outros.

Instigada a compreender como o atual contexto da violência urbana, com o advento das facções criminosas, tem favorecido a ocorrência de deslocamentos internos no estado do Ceará, afetando de modo prioritário as populações vulneráveis e, conseqüentemente, ocasionando o surgimento de um contingente populacional que passou a ser categorizado como “refugiados urbanos”; visitei locais que de alguma forma tenham sido referenciados nas coberturas jornalísticas. No caso: o 30º Distrito Policial, que fica situado na Secretaria Executiva Regional VI e atende o bairro que apresenta a maior incidência de moradores expulsos de suas casas; e o Núcleo de Habitação e Moradia da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Diante do exposto, avalio que a presente definição do objeto resultou do desejo de olhar para essas pessoas expulsas de suas moradias pelo crime organizado, conforme a categoria “refugiado urbano” fundada pelos meios de comunicação, com um olhar disciplinado pela teoria e a metodologia das Ciências Sociais. Para a atual proposição há um reconhecimento dos protegidos dos

programas de proteção enquanto deslocados internos, tendo em vista que, conforme a metodologia dos programas, eles necessariamente têm que sair do local da ameaça, para que a equipe técnica possa promover sua reinserção em um local seguro.

Assim, a presente pesquisa cujo tema é *Deslocadas Internas: violência urbana e migração forçada de mulheres no estado do Ceará* analisa o deslocamento interno de mulheres, chefes de família, em geral pobres, que tenham sido obrigadas a migrar em decorrência de situações de violência urbana diversas, que acarretaram em ameaças de morte às suas vidas e/ou de seus familiares e buscaram atendimento em programas de proteção a pessoas ameaçadas.

A condição feminina aqui justificada pelos últimos dados que apontam uma crescente participação das mulheres em ocorrências de violência urbana. Segundo relatório do Instituto Maria da Penha³, no primeiro semestre de 2017, 122 mulheres foram vítimas de homicídios no Ceará. No mesmo período de 2018 foram assassinadas 229 mulheres, o que representa um crescimento de 91% no número de ocorrências. O referido relatório chama a atenção para o processo de “feminização” dos homicídios no Ceará, apontando a expansão do crime organizado como o fator preponderantemente responsável por esse fenômeno. De acordo com o documento, as chacinas cometidas por facções criminosas atingem de maneira significativa as mulheres, sobretudo as mulheres jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos.

Quanto às categorias chefes de família e pobres, são duas características que predominam nos programas de proteção. Atualmente, 80% dos casos em proteção no PROVITA contam com uma mulher na condição de responsável pelo núcleo familiar. No caso do PPCAAM, em janeiro de 2019, 60% dos casos em proteção tinham uma adolescente como foco da ameaça. Em 50% dos casos a criança ou o adolescente entrou para a proteção acompanhado da família.

³ O Instituto Maria da Penha publica boletins trimestrais sobre a conjuntura da violência contra a mulher no Ceará. Os boletins são realizados em parceria com o núcleo da Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (PCSVDF^{Mulher}) da Universidade Federal do Ceará (UFC), esses estudos contam com dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Estado do Ceará e apresentam as estatísticas sobre os Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) contra a mulher no âmbito estadual e, especificamente, na cidade de Fortaleza. Para maiores informações, acessar: <http://www.institutomariadapenha.org.br>

Especificamente nestes casos, o percentual de mulheres na condição de responsável pelo núcleo familiar é igual ao do PROVITA, ou seja, 80%.

Importante destacar que tanto o pesquisador da Universidade Federal do Ceará (UFC), o Professor José Raimundo Carvalho, responsável pelo relatório do Instituto Maria da Penha, quanto a técnica do PPCAAM⁴ que compartilhou esses dados apontam que o aumento da participação feminina, seja nos casos de proteção seja nos casos de homicídios, representa uma mudança recente no contexto de violência.

Quanto à condição de renda, a técnica do PPCAAM afirma que a maioria das pessoas que ingressam na proteção se enquadra na classificação “sem renda”. No caso do PROVITA, excetuando-se os casos que estão em medida isolada, todos os demais núcleos apresentam renda familiar de até um salário mínimo e todos são beneficiários do Programa Bolsa Família. Cabe destacar que é comum as pessoas ingressarem nos programas de proteção sem renda pela própria situação da ameaça.

Dentre outras questões, a ideia é averiguar em que contexto os deslocamentos internos acontecem. O que esse movimento representa na vida dessas mulheres? Quais as percepções que constroem sobre seus futuros e projetos de vida? Quais os desafios enfrentados pelos profissionais dos programas de proteção para proteger famílias ameaçadas de morte?

Compreendendo metodologia, assim como Minayo (1994), como o caminho do pensamento e a prática desenvolvida na abordagem da realidade; será compartilhado a seguir o caminho percorrido para alcançar os objetivos da pesquisa. Como já mencionado, o processo de definição do presente objeto foi influenciado pelo dinamismo da realidade social, possivelmente despertado pela interação do pensar, impulsionado pela academia, e do agir, provocado pelas demandas do meu campo de atuação profissional.

Estar na coordenação do Núcleo de Assessoria dos Programas de Proteção (NAPP) e decidir pesquisar um objeto inserido nesse contexto, ao passo em que confirma a existência de uma identidade entre sujeito e objeto (MINAYO, 1994), apresenta a necessidade de realizar o exercício de estranhar o familiar (VELHO, 1999):

⁴ O nome precisa ficar em sigilo em virtude de uma das diretrizes do programa.

Ademais, promover a consonância entre pesquisa e biografia é altamente estimulante, pois atribui vida ao estudo, retirando da produção intelectual poeiras de artificialismo, que recobrem parte da pesquisa acadêmica ou, senão isso, que acabam contribuindo para a representação social da universidade como redoma, imagem que ainda encontra ressonância no conjunto da sociedade. (...) Um cuidado, todavia, parece necessário: a reiteração mecânica da experiência pode levar ao conformismo, à reprodução da mesmice diante de situações completamente diversas (OLIVEIRA, 1998, p.19).

De acordo com Minayo (1994), o objeto de estudo das Ciências Sociais é histórico e possui consciência histórica. No primeiro caso significa dizer que as sociedades vivem em determinados espaços cujas configurações sociais são específicas daquele período. E afirmar sua consciência histórica é reconhecer que os indivíduos e grupos dão significado a suas ações. Nesse contexto, a pesquisa qualitativa se mostra pertinente na medida em que trabalha com o universo de significados. Dentro de uma perspectiva plurimetodológica (LALANDA, 1998), a pesquisa qualitativa faria composição com uma metodologia que também usaria dados quantitativos que colaborassem na compreensão da dimensão do fenômeno. Entretanto, constatamos um sub-registro das ocorrências de deslocamentos internos motivados por situações de violência urbana.

A desconfiança e o receio de tratar do tema por parte dos atores que têm uma atuação direta nos casos é grande. Para ultrapassar a barreira da desconfiança, tanto na visita realizada ao 30º Distrito Policial quanto ao Núcleo de Habitação e Moradia da Defensoria Pública do Estado do Ceará foi preciso contar com a interlocução de amigos que já tinham uma relação de trabalho anterior com os profissionais desses espaços.

Atitude que corrobora com a afirmação de Gilberto Velho (2003), ao tratar dos desafios do trabalho antropológico em pesquisas urbanas. O autor exemplifica que, a partir da década de 1970, os pesquisadores de umbanda passaram a encontrar suas empregadas domésticas durante o trabalho de campo:

(...) esses pesquisadores chegaram a diferentes grupos e a diferentes locais por intermédio de pessoas que faziam parte de suas relações mais ou menos íntimas. Não é essa a situação de um pesquisador que, em terra estranha, consegue se aproximar de informantes que poderão, com maior ou menor facilidade, promover novos encontros. O pesquisador brasileiro, geralmente em sua própria cidade, vale-se de sua rede de relações previamente existente e anterior à investigação (VELHO, 2003, p. 12).

Quando mencionei meu desejo de ter contato com essas pessoas, de pronto o agente de segurança do 30º Distrito Policial se dispôs a intermediar. No mesmo instante ligou para uma senhora, falou o que estava acontecendo naquele momento, se referiu a mim como “uma pessoa dos direitos humanos, que está fazendo uma pesquisa” e me passou o celular para que eu me apresentasse e abrisse o canal para um futuro encontro. Chegamos a marcar o dia em que nos encontraríamos, mas, antes mesmo da data programada, a senhora mandou um áudio via *WhatsApp* pedindo ao agente de segurança que me desse uma desculpa, mas na verdade não se sentia segura para conversar com uma pessoa que não conhecia. Apesar de no primeiro contato ter sido bastante receptiva, ela foi logo falando das dores que aquela situação tinha trazido e disse ainda que na família dela tinham sido expulsas quatro mulheres.

Não só por essa, mas por outras tentativas de aproximação que não deram certo, despertamos para a condição dos protegidos dos programas de proteção enquanto deslocados internos, pessoas obrigadas a migrar em virtude de uma situação de violência. Partimos do pressuposto de que a atuação no NAPP facilitaria a entrada no campo. A confiança mostrou-se um elemento fundamental, não só para uma aproximação com os interlocutores como para reduzir possíveis bloqueios na comunicação, perspectiva já indicada por Silva (2008) em seus apontamentos metodológicos ao pesquisar sobre violência urbana no Rio de Janeiro.

Cabe apenas mencionar que esse tipo de ajuste faz parte do processo de investigação, conforme pontua Anthony Giddens (2005):

No momento de dar prosseguimento à pesquisa, podem surgir facilmente dificuldades práticas imprevistas. Contatar algumas das pessoas a quem os questionários devem ser enviados ou as quais o pesquisador deseja entrevistar é uma tarefa que pode revelar-se impossível (GIDDENS, 2005, p. 511).

Roberto Cardoso de Oliveira (1998) enfatiza o caráter constitutivo do olhar, do ouvir e do escrever na elaboração do conhecimento em ciências sociais. De acordo com o autor, *talvez a primeira experiência do pesquisador de campo – ou no campo - esteja na domesticação teórica de seu olhar* (OLIVEIRA, 1998, p. 19). Eis um dos aspectos que tem provocado uma série de reflexões. Em decorrência da condição de protegidas das interlocutoras, não foi possível estar no campo –

enquanto local onde o fenômeno social acontece. Os locais utilizados para a realização das entrevistas com as mulheres deslocadas internas foram espaços institucionais neutros. Digo neutros, porque não foram nem nos escritórios que acomodam as equipes, nem nos locais de ameaça ou de proteção. Estratégia similar à utilizada por Silva (2008) com os “coletivos de confiança”.

Durante o trabalho de campo, além dos diálogos já mencionados realizados na fase exploratória, foram realizadas três entrevistas com as mulheres deslocadas internas e dois grupos focais com os profissionais das equipes dos programas de proteção. Vale ressaltar que nenhum dos interlocutores terá sua identidade revelada, todas as citações ou referências a eles serão realizadas utilizando-se de estratégias que resguardec suas informações pessoais e sua localização.

Com as protegidas foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, cujo objetivo foi de compreender o contexto de violência que ocasionou a migração forçada e quais os desafios de viver sua nova realidade, considerando o impacto dos deslocamentos na vida dos sujeitos. Já com os interlocutores das equipes técnicas foram realizados dois grupos focais, com o intuito de apreender como eles se percebem responsáveis pela realização das migrações forçadas e quais os desafios dessa atuação e dos próprios programas de proteção.

No caso do PROVITA, o grupo contou com a participação de quatro profissionais: um advogado, um assistente social, um psicólogo e um apoio técnico. No PPCAAM o grupo contou com o mesmo número de participantes, sendo: um advogado, um assistente social, um psicólogo e um educador social. O contato com os profissionais se deu de forma muito tranquila, tendo em vista que com parte dos técnicos havia inclusive uma relação anterior de amizade, construída alhures por circunstâncias profissionais ou pessoais. Entretanto, foi preciso ficar vigilante à manutenção do foco do grupo. No momento em que percebia que os profissionais tendiam a confundir minha condição de pesquisadora, com minha condição de integrante do NAPP, ponderava que após a conclusão do grupo poderíamos conversar enquanto NAPP, mas que - naquele momento - a mim cabia mais ouvir do que dar respostas. Segundo Velho:

O processo de descoberta e análise do que é familiar pode, sem dúvida, envolver dificuldades diferentes do que em relação ao que é exótico. Em

princípio dispomos de mapas mais complexos e cristalizados para a nossa vida cotidiana do que em relação a grupos ou sociedades distantes e afastados (VELHO, 1999, p. 128).

Como afirma Gilberto Velho (1999), a análise do que é familiar pode apresentar dificuldades diferentes da análise do que é exótico. No entanto, queremos ressaltar que as dificuldades, sejam elas de que ordem for, parecem ser inerentes ao processo de investigação. Superadas as dificuldades, apresento a seguir como ficou estruturado o presente trabalho:

No segundo capítulo, *A ameaça de morte e a migração forçada na contemporaneidade: novas dinâmicas da violência urbana*, apresento uma discussão sobre a violência urbana no contexto de expansão do crime organizado. A proposta é fazer uma análise do mundo do crime no Ceará, a partir do advento das facções criminosas, com o intuito de compreender suas formas de atuação e de que maneira essa atuação tem repercutido na vida das comunidades.

No capítulo seguinte, *Mulheres deslocadas internas: a violência urbana produzindo migração forçada*, conto a trajetória de mulheres, chefes de família, pobres, que vivenciaram (e estão vivenciando) o deslocamento interno em decorrência de uma situação de ameaça de morte, no contexto de atuação das facções criminosas. A partir da narrativa dessas mulheres deslocadas internas é possível observar de que forma a vida dos sujeitos tem sido afetada pelas novas dinâmicas da violência urbana e o quão é dolorosa a migração forçada, com a promoção da desterritorialização e a ruptura dos laços afetivos e familiares.

No quarto capítulo, *Deslocamentos internos: desafios para políticas de proteção a pessoas*, trago uma discussão acerca da migração forçada. De maneira geral, apresentando conceitos e apontando as motivações para sua ocorrência. Avalio que os deslocamentos fazem parte da história do povo cearense. O início do século XX é marcado por um intenso fluxo migratório sertão-cidade, em virtude da estiagem. Na atualidade os moradores das periferias – do campo ou da cidade – têm sido obrigados a se deslocar por situações de ameaça de morte. Nessa perspectiva, o deslocamento interno tem se apresentado como uma alternativa, o que não significa dizer que seja a melhor alternativa, para a garantia da vida frente a situações adversas. Cabe destacar que tal medida, tanto no passado como no presente, constitui-se enquanto política de estado. Após esse capítulo apresento as

considerações finais refletindo sobre as novas dinâmicas e (re) configurações do mundo do crime e os desafios para os programas de proteção de pessoas no Ceará.

2 A AMEAÇA DE MORTE E A MIGRAÇÃO FORÇADA NA CONTEMPORANEIDADE: NOVAS DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA URBANA

O bonde não para,
o bonde não para
Só quem tá formado no bonde
que bota a cara

É pra neguinho chapar! E não desacreditar
Que é possível a conexão com o Ceará
A coletividade existe em qualquer lugar
Tem que se ligar, se conectar, pra poder constar

(MV Bill)

2.1 A violência urbana e a expansão do crime organizado

A violência urbana é um fenômeno social tão presente na vida dos brasileiros que tem determinado sua forma de ver e viver o mundo. Possui um caráter democrático na medida em que alcança a todos, no entanto, variando no modo como afeta a vida de cada um, e assim vai determinando sua sociabilidade.

Para iniciar a presente discussão, cabe mencionar que adotamos a perspectiva de Silva (2004) acerca da violência urbana, que a toma como uma representação coletiva:

(...) a representação da violência urbana seleciona e indica um complexo de práticas que são consideradas ameaças a duas condições básicas do sentimento de segurança existencial que costuma acompanhar a vida cotidiana rotineira – integridade física e garantia patrimonial (SILVA, 2004, p.57).

O crime é apenas um aspecto da violência nas grandes cidades (MORAIS, 1981). Ainda segundo Silva (2004), a violência urbana aponta para o crime comum violento, mas não pode ser apreendida como sinônimo dele, tendo em vista que não se restringe a situações isoladas, mas se articula como uma ordem social.

Partindo desta compreensão, pensar a mobilidade contemporânea provocada por uma situação específica de violência urbana, no caso a ameaça de morte, nos remete à necessidade de pensar o contexto socio-histórico que permite a sua ocorrência. Nesse sentido, é possível identificar dois fenômenos recentes que

foram marcantes no processo de transfiguração da nossa ordem social, quais sejam: o avanço da globalização no início dos anos 1970 eo processo de redemocratização na década de 1980.

Ao discutir as novas formas de vida social no contexto da globalização, partindo da abordagem da conflitualidade, Santos (1999) considera que as relações de sociabilidade passam por uma nova mudança:

Como efeito dos processos de exclusão social e econômica, inserem-se as práticas de violência como norma social particular de amplos grupos da sociedade, presentes em múltiplas dimensões da violência social e política contemporânea (SANTOS, 1999, p.20).

Na medida em que a globalização promove uma integração internacional, com o aprofundamento das relações econômicas e sociais entre os países, há uma facilitação no fluxo de mercadorias. Pode-se inferir que o trânsito de mercadorias ilegais, como armas e drogas, também é alcançado pela expansão das rotas internacionais de comércio.

No Brasil, o processo de redemocratização coincidiu com a transformação na organização transnacional do crime, que afetou principalmente as regiões metropolitanas (ZALUAR, 2004b).Santos (1999) aponta que a mudança na arquitetura das cidades é característica da emergência desta nova forma de sociedade. Como observa Odália (1985), a paisagem urbana foi a cada dia evidenciando a presença da violência e, assim, apresentando uma arquitetura de defesa e proteção. Além da modificação das edificações urbanas, com seus muros altos, grades e sistemas de segurança, Zaluvar (2004b) chama a atenção para o fato dessa população,que foi se cercando, ter se fechado no espaço doméstico a ponto de restringir seu ciclo de relações aos familiares mais próximos e alguns poucos amigos.Objetivamente, o desenho das construções urbanas evidencia como as classes sociais são afetadas de forma heterogênea pelas transformações sociais e aqui, especificamente, pela violência urbana:

Assim é que, embora a violência urbana seja uma característica geral da configuração social das cidades brasileiras que abrange, portanto, todo o seu território, é mais ou menos consensual que ela afeta mais direta e profundamente as áreas desfavorecidas, especialmente as favelas, provavelmente devido à forma urbana típica desses locais, em geral muito densos e com traçado viário precário, dificultando o acesso de quem não

está familiarizado com ele e, portanto, favorecendo o controle pelos agentes que lograrem estabelecer-se neles (SILVA, 2004, p.77).

À medida que as classes abastadas vão se cercando na tentativa de fugir dos efeitos da violência urbana, as classes populares parecem ficar a cada dia mais expostas, tendo em vista que foi nas comunidades mais pobres que o tráfico de drogas encontrou as condições ideais para se estabelecer. E nesse cenário, segundo Zaluar (1985, *apud* PAIVA ; FREITAS, 2015, p. 119) os pobres urbanos se encontram em uma situação de dupla exclusão, pois são as principais vítimas e os principais acusados de crimes nas cidades.

Essa dupla exclusão pode ser empiricamente verificada a partir da análise do perfil socioeconômico das vítimas de crimes violentos letais intencionais e da massa carcerária. Seguindo no esforço de situarmo-nos no contexto que tem permitido a ocorrência de mobilidade humana, em decorrência de situações de violência urbana, cabe-nos refletir que a expansão da violência urbana parece estar umbilicalmente ligada à economia internacional da droga, em particular da cocaína (SILVA, 2010). E esta, por sua vez, parece estar intrinsecamente relacionada à expansão do crime organizado.

O mercado de drogas, diga-se de passagem, negócio com alta rentabilidade de lucros, é dividido em dois grandes grupos: os atacadistas e os varejistas. De acordo com Manso e Dias (2018), os atacadistas pertencem a um grupo mais seletivo e endinheirado no negócio das drogas, tendo em vista que precisam dispor de capital financeiro, de boa capacidade de planejamento e de articulação política; para fazer com que a droga chegue ao seu destino final sem que haja intercorrências que lhes causem prejuízos. Já os varejistas integram um grupo mais exposto, realizam a venda de drogas nas ruas, onde é preciso disputar espaço com outros varejistas e enfrentar incursões policiais.

Além desta divisão, Zaverucha e Oliveira (2006) identificam que a engrenagem do tráfico de drogas é constituída pelas seguintes peças: 1) traficantes individuais (atacadistas ou varejistas); 2) traficantes pertencentes às organizações criminosas; 3) integrantes das instituições coercitivas ou legislativas estatais; e 4) “lavadores” de dinheiro. Os autores acrescentam que a interação entre essas peças pode ocorrer de maneira diversa.

Para Mingardi (2007) não é o tipo de crime que identifica a existência do crime organizado. Ele acrescenta que o próprio tráfico de drogas, especialmente no varejo, pode ocorrer de maneira extremamente “desorganizada”. Já Zaverucha e Oliveira (2006, p.7) reconhecem o crime organizado como a união de duas ou mais pessoas com o objetivo de praticar atos ilícitos. Os autores reconhecem que não fazem distinção conceitual entre organizações criminosas e quadrilhas. No entanto, ponderam que o que diferencia o poder de um grupo criminoso de outro são os atores conquistados dentro do aparelho estatal.

Mingardi (2007) aprofunda a discussão e afirma que o crime organizado possui características que não o permite ser confundido com quadrilhas que praticam crimes comuns. Para ele, o crime organizado possui três tipos distintos: o tradicional, o empresarial e o endógeno:

Crime Organizado Tradicional: Grupo de pessoas voltadas para atividades ilícitas e clandestinas que possui uma hierarquia própria e capaz de planejamento empresarial, que compreende a divisão do trabalho e o planejamento de lucros. Suas atividades se baseiam no uso da violência e da intimidação, tendo como fonte de lucros a venda de mercadorias ou serviços ilícitos, no que é protegido por setores do Estado. Tem como características distintas de qualquer outro grupo criminoso um sistema de clientela, a imposição da lei do silêncio aos membros ou pessoas próximas e o controle pela força de determinada porção de território (MINGARDI, 1998, p. 82).

Cabe acrescentar que é no tipo tradicional que encontramos o relacionamento entre os membros baseado no apadrinhamento. O crime organizado empresarial é marcado por introduzir no crime princípios modernos de administração. O relacionamento entre os membros está diretamente relacionado às relações comerciais, sem vínculos tão fortes. E o crime organizado endógeno corresponde aqueles que se realizam dentro de determinadas instituições, aproveitando-se de condições de acesso diferenciadas à estrutura institucional.

Com os devidos créditos, transpomos abaixo um quadro elaborado por Mingardi (1998), que apresenta as características presentes em três tipos de atividades cuja finalidade é o lucro:

Quadro 1 - Características presentes em três tipos de atividades cuja finalidade é o lucro

	CRIME ORGANIZADO TRADICIONAL	CRIME COMUM	EMPRESA LÍCITA
1	ATIVIDADES ILÍCITAS	SIM	NÃO
2	ATIVIDADES CLANDESTINAS	SIM	NÃO
3	HIERARQUIA	NÃO	SIM
4	PREVISÃO DE LUCROS	NÃO	SIM
5	DIVISÃO DO TRABALHO	NÃO	SIM
6	USO DA VIOLÊNCIA	SIM	NÃO
7	SIMBIOSE COM O ESTADO	NÃO	SIM
8	MERCADORIAS ILÍCITAS	SIM	NÃO
9	PLANEJAMENTO EMPRESARIAL	NÃO	SIM
10	USO DA INTIMIDAÇÃO	SIM	NÃO
11	VENDA DE SERVIÇOS ILÍCITOS	SIM	NÃO
12	CLIENTELISMO	NÃO	NÃO
13	LEI DO SILÊNCIO	NÃO	NÃO
14	MONOPÓLIO PELA VIOLÊNCIA	NÃO	NÃO
15	CONTROLE TERRITORIAL	NÃO	NÃO

Fonte: Mingardi, (1998, p. 83).

Como pode ser observado, as onze primeiras características do crime organizado podem estar presentes no crime comum ou na empresa lícita. Ao passo em que o clientelismo, a lei do silêncio, o monopólio pela violência e o controle territorial são características exclusivas do crime organizado.

Das características apresentadas acima, vale destacar a “simbiose com o estado”. É comum ver em reportagens, pesquisas ou mesmo em conversas informais do cotidiano as pessoas se referirem ao crime organizado como um “estado paralelo”. O autor desconstrói essa ideia argumentando que duas linhas paralelas seguem seu curso sem nunca se encontrar. Ao passo em que o crime organizado e o estado têm necessariamente um ponto de intersecção: a corrupção dos agentes públicos. Essa questão parece ser consenso entre os pesquisadores do

tema. Como observa Schilling (2001, p. 1988), “não há crime organizado sem corrupção”. Para Lessing (2008, p. 52), “subornar a polícia é o *modus operandi* cotidiano do tráfico”.

Na linguagem utilizada pelos atores do tráfico de drogas, dentre suas muitas expressões próprias, o termo “arrego” é específico para designar o suborno pago aos agentes públicos, especialmente, aos policiais. Outro aspecto relevante levantado por Mingardi (1998, 2007) diz respeito às circunstâncias em que essas organizações se originam: 1) Na cadeia, a partir de uma liga de presos; 2) Pela união de pequenas quadrilhas; 3) Por meio de laços de sangue que unem grupos numa terra dominada por estranhos; e 4) Pela união de grupos interessados em manter o monopólio de determinada mercadoria ou serviço.

Não se sabe ao certo o número de facções criminosas existentes no Brasil. Segundo matéria do jornal Gazeta do Povo, não há, por enquanto, nenhum levantamento oficial sobre facções, mas o Ministério da Segurança Pública estimou, no ano passado, que existam cerca de 70 organizações espalhadas pelo país⁵.

No que concerne o surgimento dessas organizações como as conhecemos atualmente, um dos fatores amplamente difundidos diz respeito às condições desumanas as quais os presos estavam submetidos no sistema carcerário, especialmente em São Paulo. Corrobora com esse argumento a história do surgimento daquelas que são consideradas as duas maiores organizações criminosas do Brasil, o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), pois ambas nascem a partir da união de presos, amparadas pela ideologia de enfrentamento à opressão do sistema penitenciário.

O relato de William Silva (2001), considerado um dos fundadores do CV, aponta que no início não se tratava de uma organização criminosa. Era, antes de tudo, um comportamento, uma forma de sobreviver às adversidades do sistema penitenciário. Acrescenta que o que mantinha os presos unidos não era nem uma hierarquia, nem uma estrutura material, mas a relação de empatia que se desenvolveu por estarem submetidos às mesmas condições de encarceramento.

A versão mais difundida, seja por obras de ficção, seja por textos da academia, é que nos anos de 1970, durante a ditadura militar, presos políticos e

⁵ Para maiores informações ver notícia do Portal Gazeta do Povo: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/como-nascem-faccoes-como-pcc-e-comando-vermelho-alvos-preferenciais-de-moro/>. Acesso em: 01 set.2019.

presos comuns foram encarcerados no Instituto Penal Cândido Mendes, situado na Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Dessa interação teria surgido o CV, criado por Rogério Lemgruber e descendente da Falange Vermelha, cujo lema era “Paz, Justiça e Liberdade”:

Paz, Justiça e Liberdade. Esse foi o slogan que nós criamos e que ainda hoje costuma ser visto nas favelas do Comando Vermelho. Mas é paz para o coletivo, para os companheiros de sofrimento. Justiça é de que agora tem a nossa lei. E a liberdade, é a liberdade de pular o muro, de fugir a qualquer preço (Trecho do filme 400 contra 1 – uma história do crime organizado, 2010).

Com o mesmo mote nasceu o PCC no sistema penitenciário paulista. Biondi (2007) relata que durante seu trabalho de campo teve acesso a diferentes versões acerca das circunstâncias do surgimento do grupo. Mas a versão que teve maior repercussão no próprio sistema prisional, segundo a autora ajudando a divulgar o “mito de origem”, é a que propaga que o PCC nasceu em 31 de agosto de 1993 durante uma partida de futebol entre a referida facção e o Comando Caipira, no Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté. No decorrer do jogo as equipes teriam se desentendido, resultando na morte de dois integrantes do Comando Caipira. Para se protegerem dos castigos impostos pelos funcionários da instituição os integrantes do PCC firmaram um pacto, que após este episódio passou a contar com a adesão de outros presos.

Em seu primeiro estatuto, o PCC assumiu o mesmo discurso do CV e ainda registrou a parceria com o grupo carioca. Posteriormente ao lema “paz, justiça e liberdade” foram acrescentados “igualdade e união”. Para Manso e Dias (2018), essa aliança durou mais de duas décadas através da cooperação comercial e da proteção e convivência entre integrantes dos dois grupos.

A forma como o PCC⁶ se estrutura desde a sua origem é um diferencial. O grupo estabelece entre seus membros um pacto de solidariedade. A forma como os integrantes se tratam apontam uma relação de fraternidade. Eles usam a expressão “família” para se referir ao coletivo, entre eles se chamam de “irmãos” e denominam os presos não filiados de “primos”. O rito de ingresso no coletivo, chamado de batismo, demonstra essa vinculação. “A entrada no PCC só pode ser feita mediante

⁶ O PCC é também chamado, por seus participantes, de Comando, Partido, 1533, Quinze ou Família (BIONDI, 2007, p. 208).

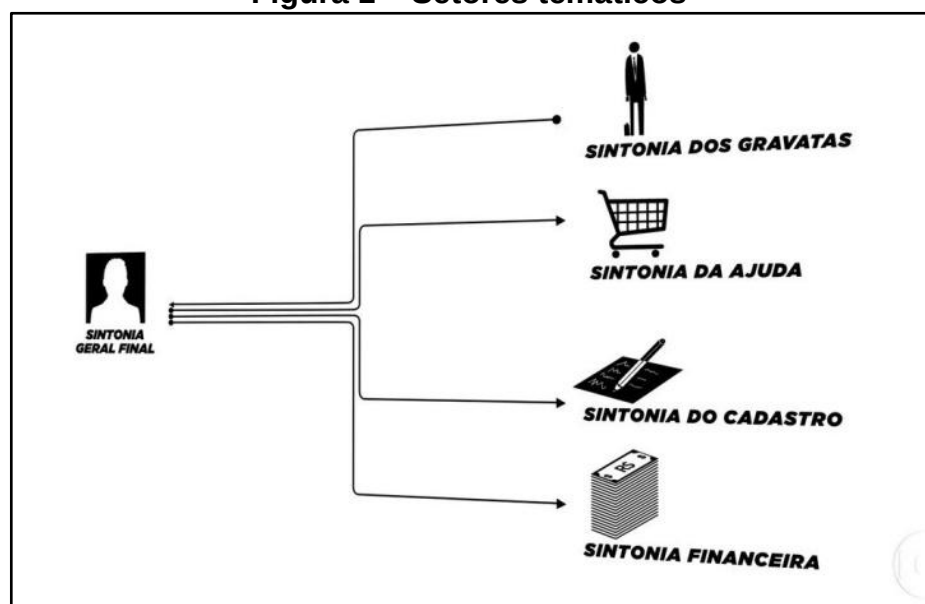
convite e indicação de dois irmãos. Se a proposta for aceita, eles serão seus padrinhos e passam a se responsabilizar por seu ingresso no Comando”. (BIONDI, 2007, p. 210).

Ao que parece desenvolveu-se um senso de coletividade que, para além da atuação criminosa em si, estabelece uma relação de empatia e cuidado frente às intempéries decorrentes da vida no crime.

O PCC se tornou uma rede de parceiros sintonizados pelos mesmos princípios de ética criminosa, estruturado para tornar o crime uma alternativa de vida mais lucrativa e previsível e ainda capaz de funcionar como um sindicato, garantindo alguma segurança, proteção e apoio aos filiados e a suas famílias (MANSO ; DIAS, 2018, p. 137).

Essa rede de parceiros é operacionalizada por setores temáticos que funcionam como peças de uma engrenagem maior. Esses setores são chamados de “sintonias”. Vejamos:

Figura 1 – Setores temáticos



Fonte: Manso ; Dias (2018)⁷.

A Sintonia Geral Final é formada por um grupo mais restrito de criminosos “considerados”⁸, presos em São Paulo, estes, por sua vez, são responsáveis por pensar coletivamente questões consideradas importantes e estratégicas para a organização, de modo a auxiliar nas tomadas de decisões.

⁷ Para consultar o Organograma do PCC ver Manso e Dias (2018, p. 336-337).

⁸ Ser “considerado” é ter o respeito de seus pares, por sua trajetória na vida do crime.

A Sintonia dos Gravatas é responsável por contratar advogados, para realizar a defesa dos “irmãos”. A Sintonia da Ajuda, conforme o próprio nome sugere, é responsável por auxiliar integrantes da facção e seus familiares, numa perspectiva de assistência social. A Sintonia do Cadastro é responsável pelo registro geral de membros da organização. E, a Sintonia Financeira aglutina outras cinco sintonias, quais sejam: 1) a Sintonia do Progresso, responsável pelo tráfico de drogas (atacado e varejo); 2) a Sintonia da Cebola, responsável pela arrecadação de mensalidade dos membros do PCC que estão fora da prisão. É este recurso que financia as ações da Sintonia dos Gravatas e da Sintonia da Ajuda; 3) a Sintonia da Rifa, que organiza sorteios com premiações para arrecadar recursos; 4) a Sintonia do Cigarro, que realiza o contrabando e a comercialização desta mercadoria; e 5) a Sintonia do Jogo do Bicho.

Máximas do tipo: “o crime fortalece o crime” e “nosso inimigo é o estado” dão uma ideia da ideologia de coesão disseminada junto à coletividade. No entanto, é interessante observar que à medida que a disputa pelo mercado de drogas foi se intensificando cada vez menos essas máximas representavam a coletividade geral do crime, a unidade foi se restringindo ao grupo organizado com o qual há uma relação de pertencimento.

Nesse momento, chamamos atenção para a repercussão que a ruptura da relação CV - PCC ocasionou na cena criminal de vários estados do país. O desgaste dessa relação predominantemente presente no eixo Rio-São Paulo afetou a forma de fazer o crime – pertencer ao crime – em todo o Brasil.

De acordo com Manso e Dias (2018), em meados de 2016 houve o rompimento entre o CV e o PCC. Os autores apontam que a movimentação que culminou com o rompimento teve início em 2014, quando o PCC percebeu que o domínio do mercado de drogas estava diretamente relacionado com o seu fortalecimento no sistema penitenciário e então deu início a um processo de arregimentação de novos filiados em diferentes estados da federação. Em quatro anos, até o início de 2018, o PCC havia ganhado dezoito mil novos membros:

O Ceará, por exemplo, pulou de 77 filiados em 2012 para 2,5 mil e se tornou o terceiro estado em número de membros do PCC no país, atrás apenas de São Paulo, com cerca de 11 mil, e um pouco abaixo do Paraná (MANSO e DIAS, 2018, p. 19).

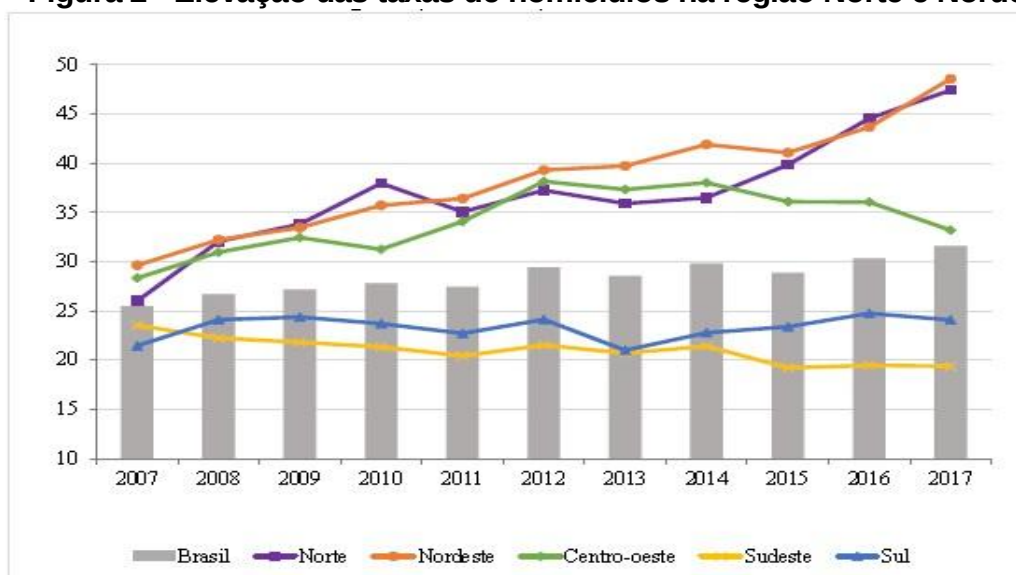
A coesão dos grupos passou a ser alimentada pela ideologia inicial de resistência à opressão do sistema penitenciário e pela organização das atividades ilícitas. Tanto é assim que a disputa pelo poder no crime é física e ideológica:

Os paulistas diziam que seus crimes eram praticados em nome dos “oprimidos pelo sistema” e não em defesa dos próprios interesses, o que os diferenciava do personalismo dos traficantes cariocas (MANZO e DIAS, 2018, p.12).

De acordo com Paiva (2019), as vivências do CV e do PCC são duas referências importantes, pois nos permitem observar em outros estados tanto a reprodução dos seus modelos quanto a construção de outras formas de fazer o crime, algumas inclusive em oposição às experiências do eixo Rio-São Paulo. Fato é que toda essa movimentação do crime organizado, marcadamente nos últimos anos, refletiu nos índices de homicídios, na forma como os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) são praticados e na distribuição geográfica das ocorrências.

Sobre esse tema, o Atlas da Violência 2019 evidencia a elevação das taxas de homicídios na região Norte e Nordeste, relacionando esse fenômeno com a expansão das organizações criminosas, que antes se encontravam concentradas nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. O Atlas mostra ainda que no período de 2007 a 2017 a evolução das taxas de homicídios ocorreu de forma diferenciada nas regiões brasileiras. Vejamos:

Figura 2 - Elevação das taxas de homicídios na região Norte e Nordeste



Fonte: Atlas da Violência (2019)

Entre todas as regiões, o Norte e o Nordeste são as únicas a manter um crescimento acentuado das taxas de homicídios. Como pode ser observado no gráfico acima, a região Sul apresenta certa estabilidade e as regiões Sudeste e Centro-Oeste uma leve diminuição.

Ainda fazendo menção ao referido relatório, os pesquisadores (SAPORI, 2012 e KAHN, 2013) chamam atenção para o fato da região Nordeste ter apresentado crescimento socioeconômico, com redução das desigualdades sociais e, ainda assim, apresentar considerável elevação no número de homicídios. Destacam ainda que a ocorrência dos homicídios permanece concentrada em territórios e populações vulneráveis. Afirmação que corrobora com a perspectiva anteriormente mencionada de que, segundo Zaluar (1985, *apud* PAIVA ; FREITAS, 2015, p. 119), os pobres urbanos se encontram em uma situação de dupla exclusão, pois são as principais vítimas e os principais acusados de crimes nas cidades.

Em relação aos homicídios por arma de fogo, O Mapa da Violência 2016 faz a seguinte análise:

(...) entre 1980 e 2014, morreram perto de 1 milhão de pessoas (967.851), vítimas de disparo de algum tipo de arma de fogo. Nesse período, as vítimas passam de 8.710, no ano de 1980, para 44.861, em 2014, o que representa um crescimento de 415,1%. Temos de considerar que, nesse intervalo, a população do país cresceu em torno de 65%. Mesmo assim, o saldo líquido do crescimento da mortalidade por armas de fogo, já descontado o aumento populacional, ainda impressiona pela magnitude. Essa eclosão das mortes foi alavancada, de forma quase exclusiva, pelos Homicídios por Arma de Fogo (HAF), que cresceram 592,8%, setuplicando, em 2014, o volume de 1980; (WASELFSZ, 2016, p.12).

No relatório elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017)⁹, que trata do cenário da violência e da criminalidade no Brasil e no Ceará, são apresentados três aspectos que, segundo Sapor (2012), estão diretamente relacionados com o crescimento da violência letal no Brasil, quais sejam: 1) a disseminação do tráfico de drogas, especialmente, na perspectiva do varejo; com “bocas de fumo” situadas em territórios com alta vulnerabilidade social; 2) os altos índices de impunidade no Brasil; e

⁹ O referido documento corresponde ao relatório sobre o diagnóstico socioeconômico e criminal no estado do Ceará, elaborado no ano de 2015, com vistas a subsidiar a elaboração do Plano de Ações Estratégicas do Pacto por um Ceará Pacífico. O diagnóstico procurou apresentar a evolução dos indicadores sobre violência e criminalidade a partir dos dados então disponíveis nas duas principais fontes sobre o tema, quais sejam a Saúde e a Segurança Pública. Assim, foi apresentada a evolução dos indicadores da Saúde até o ano de 2013 e dos indicadores da Segurança até 2015.

3) o ineficiente padrão de atuação dos governos na implementação de políticas de segurança.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018 apontou que em 2017 ocorreram 63.880 Mortes Violentas Intencionais (MVI), incluindo vítimas de homicídios dolosos, de latrocínios, lesões corporais seguidas de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais. Significa dizer que no ano de 2017, em média, foram mortas 175 pessoas por dia. Portanto, o que observa-se é um recrudescimento do cenário de violência, observando os anos de 2015, 2016 e 2017, nota-se que de 2015 para 2016 houve um crescimento de 4% no número de mortes violentas, até então o maior número já registrado no Brasil. De 2016 para 2017 o crescimento foi de 2,9%. Já em 2016, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública daquele ano, o Brasil apresentava números de guerra. Comparativamente, em cinco anos o Brasil registrou mais vítimas de mortes violentas intencionais do que a Guerra na Síria no mesmo período¹⁰.



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018

Outro aspecto apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018 que merece ser ressaltado, pois corrobora com a tipologia definida na presente pesquisa, é o aumento do número de mulheres vítimas de homicídios. Em 2017 foram registradas 4.539 mortes, o que representa um crescimento de 6,1% em relação ao ano anterior.

¹⁰ Entre março de 2011 e novembro de 2015 a Guerra na Síria vitimou 256.124 pessoas. No Brasil, entre janeiro de 2011 e dezembro de 2015 foram 279.567 mortes violentas intencionais. Fonte: Observatório de Direitos Humanos da Síria e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Apesar da redução de 12% no número de homicídios em 2018, segundo dados apresentados pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), a situação do estado do Ceará não é diferente da conjuntura nacional. Em 2018, 4.518 pessoas foram vítimas de crimes violentos letais intencionais (homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte).

Ainda de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018, o Ceará ocupa o terceiro lugar no *ranking* dos estados com as maiores taxas de mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes. A taxa nacional é de 30,8 MVI/100 mil habitantes, a taxa do Ceará é de 59,1 MVI/100 mil habitantes; ficando atrás apenas do Acre com 63,9 e do Rio Grande do Norte com 68,0. E Fortaleza aparece em segundo lugar entre as capitais com as maiores taxas de mortes violentas intencionais, com 77,3 MVI/100 mil habitantes.

De acordo com o estudo do Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens, divulgado no dia 28 de janeiro de 2015, Fortaleza é a capital brasileira com o maior Índice de Homicídios de Adolescentes (IHA)¹¹. O referido índice apresenta o número de adolescentes mortos por homicídio entre os 12 e os 18 anos para cada grupo de mil pessoas.

Um ano após a divulgação do IHA, em janeiro de 2016, em uma pesquisa divulgada pela ONG mexicana *Seguridad, Justicia y Paz*, Fortaleza aparece como a cidade mais violenta do Brasil e a 12ª mais violenta do mundo em um *ranking* internacional¹².

A posição de destaque que vem sendo ocupada pelo estado, nos *rankings* de violência, a partir das elevadas taxas de homicídios deve ser analisada de forma integrada ao movimento de inserção/expansão do crime organizado no território cearense. Reiterando a perspectiva de Silva (2004), a violência urbana não é simples sinônimo de crime comum, entretanto há de se considerar que a ocorrência do crime comum auxilia na análise das transformações da ordem social.

O perfil das vítimas de homicídios no Ceará segue o “padrão” nacional. Há uma maior incidência de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos, do sexo masculino,

¹¹ Para maiores informações ver notícia do Portal G1 Ceará: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/01/fortaleza-e-capital-com-maior-indice-de-homicidios-de-adolescentes.html> Acesso realizado em 04/01/2017.

¹² Para maiores informações ver notícia do Portal G1 Ceará: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/01/fortaleza-aparece-como-cidade-mais-violenta-do-brasil-e-12-do-mundo.html> Acesso realizado em: 04/01/2017.

pertencentes à população negra e com baixa escolaridade. Como apontado pelo Mapa da Violência 2016 prevalecem os homicídios por arma de fogo e há uma concentração dos homicídios em poucas grandes cidades, especialmente Fortaleza e Região Metropolitana. Além da concentração em poucas cidades, o relatório final do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) constata que a maior parte de homicídios de adolescentes em Fortaleza aconteceu em assentamentos precários¹³.

Portanto, falar em quem morre e em quem mata na trama da violência urbana é falar em sua maioria de jovens, do sexo masculino, negros e com baixa escolaridade. Cabe acrescentar que, em geral, esses sujeitos são moradores da periferia. Esse perfil nos leva a refletir acerca do preconceito e da exclusão social que permeia nossa sociedade, assim como nos faz pensar no trabalho realizado pelas forças de segurança nesse contexto.

Apesar do discurso de unidade dos grupos organizados, a própria estrutura do crime apresenta relações de desigualdade, ou seja, os “irmãos” estão na mesma condição, mas em posições diferenciadas. Ao que parece, são os atores do varejo do mercado de drogas que estão mais vulneráveis a morrer e a matar. Para ilustrar, segue o relato de uma garota entrevistada por Celso Athayde e MV Bill (2007), dois dias após a morte de seu irmão, um adolescente de 14 anos de idade que trabalhava em uma boca de fumo das *firmas* cariocas:

Foi numa segunda-feira à noite. Ele tava passando o bagulho para uns *playboy*, perto da boca. Só que de surpresa os home subiram o morro. Não deu tempo do fogueteiro avisar a eles que a polícia tava subindo, quando o fogueteiro lançou o rojão os cara já tavam aqui em cima. Aí pronto. A bala começou a correr solta. O Márcio não gostava de andar armado, mas tava começando se acostumar a usar arma. Só que nesse dia ele tinha deixado a arma aqui em casa. Veio deixar um dinheiro comigo, esqueceu a arma em cima da mesa. Os home chegaram na boca já atirando, não deu tempo nem dele pensar em correr, morreu com três tiros na cabeça.

Os outros ainda atiraram contra os policiais, mas a maioria não sobreviveu. Mas **a vida deles é assim mesmo, uns morre, outros entram. Já tem gente no lugar de todo mundo que morreu. Um menino de 10 anos entrou no lugar do meu irmão.** Ele estudava no mesmo colégio que a gente (ATHAYDE e BILL, 2007, *grifo nosso*).

¹³ O CCPHA adota a definição de assentamentos precários disposta na Política Nacional de Habitação, para a qual os assentamentos precários correspondem a espaços urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda, tais como cortiços, loteamentos irregulares de periferia, favelas e conjuntos habitacionais degradados.

Além da vulnerabilidade de determinados atores na rede do tráfico, outro aspecto que merece ser ressaltado é a atuação das forças de segurança. Diversos pesquisadores (MINGARDI, 2007; MANSO ; DIAS, 2018) apontam que historicamente, na área da segurança pública, os governos priorizam as ações de repressão policial em detrimento tanto de políticas transversais de prevenção quanto de um trabalho de inteligência voltado a desarticular o tráfico de drogas, focando no topo da sua cadeia hierárquica e no dinheiro movimentado pela organização. Além de um rígido controle da atuação policial.

É interessante perceber na literatura, ficcional ou científica, esse movimento do crime organizado, do Sudeste para as regiões Norte e Nordeste do país, que tem sido evidenciado pelas taxas de homicídios.

O projeto “Falcão – Meninos do Tráfico”, de Celso Athayde e MV Bill, teve início em 1998 e resultou na produção de um documentário e de um livro. Lançados em 2006 apresentam a vida de jovens que exercem a função específica de *falcão*¹⁴ na divisão social do trabalho no tráfico de drogas, especialmente, nas comunidades do Rio de Janeiro. No ano seguinte, em 2007, os autores lançaram o livro “Falcão: mulheres e o tráfico”, já em reconhecimento à presença das mulheres naquela realidade do tráfico de drogas.

No ano em que o projeto Falcão foi iniciado, ocorreu o lançamento do livro “Cartografias da Cultura e da Violência: gangues, galeras e o movimento hip hop”, de autoria da Professora Glória Diógenes (2008), a publicação trata do universo dos jovens das periferias de Fortaleza inseridos nas gangues:

As gangues atuam como um campo de propulsão de energias bloqueadas, segregadas, confinadas nos “bairros de desterro” (WACQUANT, 1997), realizando, de um modo avesso, a ideia compartilhada de restituição de uma “desapropriação simbólica” experimentada quotidianamente na vida dos jovens das periferias urbanas (DIÓGENES, 2008, p.42).

Naquele momento, segundo a autora, a experiência das gangues estava relacionada a um modo de “inclusão” social às avessas cujo passaporte era a violência e a marca cultural era o território (DIÓGENES, 2008, p.32). A violência acontecia por meio do enfrentamento direto dos grupos, com o intuito de demonstrar quem “se garantia” mais. As gangues se encontravam nas ruas ou em bailes *funks* para trocar socos,

¹⁴ Segundo MV Bill (2006), *falcão* é o jovem que vigia a favela a serviço do tráfico de drogas, geralmente, são menores de idade que vendem a droga no varejo.

pedradas e, no máximo, “[...] alguém se armava com um pedaço de pau e ferro” (PAIVA, 2019, p.171). Quanto ao território, ele está para além de uma área circunscrita aos limites do bairro, ele é uma construção cultural que demarca o espaço de atuação dos grupos.

As produções acima mencionadas foram citadas com o intuito de ilustrar que no mesmo período, final da década de 1990, enquanto o Rio de Janeiro já vivia a inserção da juventude no crime organizado, por meio de sua participação no tráfico de drogas, o Ceará assistia ao movimento das gangues, enquanto coletivos de resistência, capaz sim de se envolver em práticas delituosas e atos de violência, mas inseridos em outro contexto, longe de reproduzir o modelo carioca.

De acordo com Paiva (2019), a chegada das armas e das drogas nas comunidades das periferias de Fortaleza estava relacionada à conflitualidade entre as gangues. Era uma forma do grupo se fortalecer frente aos seus rivais:

O tempo demonstrou que as drogas, efetivamente, rendem dinheiro, e os conflitos começaram a ocorrer dentro da própria gangue. As mortes proliferaram e, aos poucos, as pessoas proeminentes nas gangues, em posições de liderança, se tornaram traficantes (...).
Em Fortaleza, os “traficantes”, em geral, eram tanto os líderes de gangues que viram, na maconha e na cocaína, meios de continuar as brigas de gangues, quanto pequenos empreendedores, homens e mulheres que fizeram de sua casa boca de fumo (PAIVA, 2019, p. 171).

É possível então afirmar que as gangues aderiram ao crime organizado associando-se a alguma “facção” criminosas. Ao que parece há uma relação de similaridade nas razões que ensejaram a criação das facções e das gangues. Como já mencionado, as primeiras facções nasceram a partir da união de presos, amparadas pela ideologia de enfrentamento à opressão do sistema penitenciário (MANSO e DIAS, 2018). As gangues, por sua vez, se originaram da congregação de todos os “desenraizados”, os “sem-lugar”, os “sem referência” no código de valores dominantes. (DIÓGENES, 2008) Dito de outra maneira, trata-se da união de jovens da periferia marginalizados – social, econômico e culturalmente - por uma ordem social subjugada à lógica do consumismo exacerbado.

E, nos dois tipos de coletivos pode-se observar que os grupos desenvolveram a noção de solidariedade e os princípios de honra. Esses elementos são fundamentais para manter a coesão dos grupos. Com isso, podemos dizer que

para os ex-integrantes de gangues não foi de todo estranho ingressar no mundo das facções, tendo em vista a familiaridade com alguns de seus códigos.

Diógenes (2008) identificou, durante sua pesquisa, a existência de 141 gangues distribuídas em 54 bairros de Fortaleza e outras 52 gangues sem referência de local, totalizando 193 gangues. Atualmente, pesquisadores, profissionais da Segurança Pública e os meios de comunicação indicam que há quatro facções atuando no Ceará, quais sejam: CV, PCC, Família do Norte (FDN) e Guardiões do Estado (GDE).

As circunstâncias que originaram o CV e o PCC foram mencionadas anteriormente, cabe agora apresentar as circunstâncias que originaram a FDN e a GDE e qual a relação destas facções com o fim da parceria entre CV e PCC e a expansão do crime organizado para as regiões Norte e Nordeste, destacando-se a situação do Ceará.

Para Manso e Dias (2018), as sementes para o nascimento da FDN foram plantadas ainda em 2006 durante a passagem de traficantes amazonenses pelo presídio federal de Catanduvas. Os amazonenses queriam aproveitar seu acesso privilegiado às rotas internacionais de drogas, especialmente a rota colombiana, para organizar o mercado varejista de drogas do estado e distribuir drogas para outros estados. Na sua criação a FDN copiou o modelo do PCC, com a elaboração de um estatuto, cujo lema era “paz, justiça e liberdade”, com a cobrança de mensalidade dos *irmãos* e com a implantação de um código disciplinar semelhante:

A partir de 2010, a FDN deu início a sua própria rede de distribuição, alcançando estados do Norte e Nordeste com canais de acesso ao mercado externo abertos por seus líderes e também almejados pelo PCC. A FDN não aceitava a pretensão do rival de dar as ordens no Amazonas. O conflito aberto entre as quadrilhas começou quando o PCC iniciou seu processo de expansão de batizados na região Norte, em 2015. A FDN reagiu com violência. Além de proibir a filiação nos presídios amazonenses, determinou a execução de integrantes da facção paulista, numa trama acompanhada pela Polícia Federal durante a Operação La Muralla. O PCC não conseguiu crescer no Amazonas. Já a FDN, conforme registros apreendidos pelas autoridades locais no computador de líderes da facção, chegou a somar 13 mil batizados (MANZO e DIAS, 2018, p. 38).

Para realizar o enfrentamento ao PCC, a FDN aliou-se ao CV¹⁵, aliança que foi reproduzida no Ceará. Não há informações precisas acerca do surgimento da GDE¹⁶.

¹⁵ Notícias de 2018 indicam a ruptura da aliança entre CV e FDN:

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/05/14/faccoes-comando-vermelho-e-fdn-rompem-alianca-e-aumentam-disputa-pelo-traffic-na-amazonia.htm> Acesso realizado em 27/07/2019.

¹⁶ Para Manso e Dias (2018), a GDE teria nascido em 2012. Paiva (2019) aponta que a fundação da GDE é atribuída ao início de 2016.

Trata-se de uma facção genuinamente cearense, que tem como berço o bairro Conjunto Palmeiras¹⁷. E, há duas características desse grupo que têm sido evidenciadas no decorrer de sua atuação: 1) a juventude de seus integrantes; e 2) a crueldade com que realiza seus acertos de contas¹⁸.

A GDE, conhecida também pelos números 7.4.5, consiste numa reunião de pessoas que fazem o crime, presos e egressos do sistema, dispostos a resistir ao comando de grupos de fora do Estado, estabelecendo resistências e alianças para lutar pela hegemonia do crime no Ceará (PAIVA, 2019, p. 170).

Contraditoriamente, a GDE aliou-se ao PCC, com a intenção de garantir sua autonomia local e sem reproduzir o modelo de gestão da facção paulista. Não se sabe em que termos essa aliança foi definida, mas na perspectiva de Manso e Dias (2018) e Paiva(2019) uma postura mais flexível para viabilizar a aliança pode ter partido do PCC:

No auge da guerra para controlar estados conflagrados, como o Ceará, o pagamento da “cebola¹⁹” foi temporariamente suspenso (MANSO e DIAS, 2018, p. 19).

Consciente da maneira de fazer o crime no Estado, o PCC buscou não ser uma força hegemônica, mas se articular estrategicamente ao coletivo local que, mesmo em seu discurso regional, permitiu a acomodação do grupo de São Paulo à realidade cearense (PAIVA, 2019, p.181).

A disposição do PCC em ceder alguns de seus preceitos para estabelecer uma aliança que o fortaleceria no Ceará só confirma seu interesse de atuação no estado. Dentre as razões deste interesse podemos mencionar: 1) a localização geográfica do Ceará, que permite o menor tempo de trânsito entre o Brasil, os Estados Unidos e a Europa; 2) os dois portos em atividade: Porto do Mucuri e Porto do Pecém; e 3) o aeroporto internacional, com a perspectiva de implantação de um *HUB*²⁰. Com base no exposto, observa-se que o Ceará se destaca como rota para o tráfico de drogas, com alcance ao mercado internacional.

¹⁷ Um estudo elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza, com base nos dados do Censo Demográfico de 2010, aponta que o Conjunto Palmeiras ocupa o primeiro lugar no *ranking* dos dez piores Índices de Desenvolvimento Humano por bairro (IDH-B).

¹⁸ Nessa matéria, o professor César Barreira, do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Ceará, analisa a juventude e a crueldade da facção Guardiões do Estado (GDE). <https://noticias.r7.com/gde-e-facao-nova-e-tem-crueldade-como-marca-diz-sociologo-28012018> Acesso realizado em 27/07/2019.

¹⁹ “Cebola” é o termo utilizado para definir a mensalidade que o PCC cobra dos seus integrantes que estão fora da prisão.

²⁰ Designação em inglês para um aeroporto utilizado como centro de operações de voos comerciais.

Em fevereiro de 2018, em decorrência de uma situação de crise na segurança pública do Ceará, o Governo Federal enviou uma força-tarefa policial para auxiliar o governo estadual. Durante uma entrevista coletiva para comentar a necessidade de intervenção federal o então ministro da Justiça, Torquato Jardim, declarou: “Por razões de maiores explicações, lamentavelmente, o Ceará é, para o crime organizado, o centro geográfico. Quem conquistar o Ceará conquista o Nordeste”.

De acordo com Manso e Dias (2018), o PCC tem marcado presença no território cearense desde 2005, ano em que realizou o assalto ao Banco Central de Fortaleza. Há fatos recentes que evidenciam essa presença. Vejamos:

Março de 2016: Uma operação conjunta, coordenada pela Polícia Federal em Araçatuba, São Paulo, e executada em quatro estados do Brasil, culminou com a prisão, em Fortaleza, do traficante de drogas e armas Alejandro Juvenal Herbas Camacho Júnior. Mais conhecido como Júnior, ele é irmão de Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, líder do PCC. Alejandro Camacho estava sendo investigado, há meses, por tráfico internacional de drogas. Ele é considerado pela Polícia de São Paulo um dos principais articuladores do PCC e o “número 2” da organização²¹. Segundo Manso e Dias (2018), Júnior morava em Fortaleza desde 2001, depois de fugir do Carandiru, onde atuava como empresário.

Fevereiro de 2018: Os principais líderes do PCC fora dos presídios, de acordo com a Polícia Civil de São Paulo, Rogério Jeremias de Simone, conhecido como Gegê do Manguê, e Fabiano Alves de Souza, chamado de Paca, foram mortos a tiros em suposta emboscada em Aquiraz, Região Metropolitana de Fortaleza²².

Fevereiro de 2018: Claudiney Rodrigues de Souza, o “Cláudio Boy”, um dos principais nomes do PCC em Minas Gerais, foi preso pela Polícia Federal, no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, ainda a bordo do voo que saiu de Fortaleza. O traficante era foragido da Justiça mineira e integrava a lista de procurados da Interpol. Contra ele havia sete mandados de prisão em aberto, expedidos por Varas da Comarca de Belo Horizonte, pelos crimes de homicídio e tráfico internacional de drogas. “Cláudio Boy” estava utilizando documentos falsos para abrir empresas, e se estabelecer como empresário em Fortaleza. Ele circulava no Ceará há, aproximadamente, seis anos²³.

Julho de 2018: Adriano Moreira Silva, conhecido como ‘Adriano Mombaça’, de 37 anos e natural da cidade paulista de Ferraz de Vasconcelos; apontado como traficante internacional ligado ao PCC e foragido da Justiça Federal, foi preso em um motel no município do Crato em uma operação da Polícia Federal, com apoio da Polícia Militar²⁴.

²¹<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/03/30/noticiasjornalcotidiano,3595595/pf-prende-irmao-de-marcola-em-fortaleza.shtml> Acesso realizado em 23/07/2019.

²²<https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/aquiraz/2018/02/numero-um-do-pcc-e-cumplido-sao-mortos-em-aquiraz.html> Acesso realizado em 23/07/2019.

²³<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/online/policia-federal-prende-em-sao-paulo-um-dos-lideres-do-pcc-que-estava-em-fortaleza-1.1897098> Acesso realizado em 23/07/2019.

²⁴<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/traficante-do-pcc-na-fronteira-do-pais-e-presos-no-ce-1.1973175> Acesso realizado em 23/07/2019.

Abril de 2019: A Polícia Federal prendeu Carlenilto Pereira Maltas, em Aracaju, Sergipe. Ele é acusado de assassinar os líderes do PCC (Gegê do Manguê e Paca). Conhecido como Ceará, Carlenilto vivia em uma mansão no mesmo condomínio em que Gegê e Paca tinham casas e carros avaliados em R\$ 2 milhões. Ele teria sido chamado para a emboscada por Wagner Ferreira da Silva, o Cabelo Duro, assassinado no ano passado. Ceará e Cabelo Duro também eram integrantes do PCC²⁵.

Junho de 2019: Investigação contra líder do PCC leva ao indiciamento de 116 pessoas. As investigações da Polícia Civil sobre o chefe da facção Primeiro Comando da Capital (PCC) na Região do Sertão Central do Ceará, Carlos Odeon Bandeira, o 'Jow', revelaram uma extensa teia criminosa interestadual envolvida com tráfico de drogas, homicídios e lavagem de dinheiro. O líder da quadrilha foi detido por policiais civis do Ceará e de São Paulo, em julho de 2018, em São Bernardo do Campo (SP), por força de outro mandado de prisão²⁶.

O estado do Ceará é estratégico para o crime organizado pelas rotas de escoamento que proporciona para o tráfico internacional de drogas. Os episódios supramencionados envolvendo o PCC indicam a presença de importantes lideranças do grupono estado, o Gegê do Manguê, por exemplo, é apontado como o responsável pela construção de canais de exportação que, segundo o Ministério Público de São Paulo, poderia movimentar R\$ 40 milhões por mês.

O indiciamento dos traficantes aponta para uma atuação do PCC no nível atacadista do mercado de drogas, talvez, por isso, a aliança com a GDE tenha sido possível. Alimentada por um discurso de horizontalidade entre seus membros, “onde não há chefes, porque todos são *patrão*” (PAIVA, 2019), à GDE coube o varejo. Municiada pelo PCC com armas e drogas, a GDE parece ter assumido a linha de frente dos conflitos locais, dentro de uma disputa que é própria do nicho varejista.

Em resumo, o mundo do crime no Ceará está inserido em uma disputa (material e simbólica) que de um lado tem CV e no pólo oposto PCC e GDE. A presença da FDN não chega a ser notória como a dos demais grupos.

2.2 O decreto e a expulsão como *modus operandi*

Refletindo as vivências do CV e do PCC como as duas maiores referências de organizações criminosas no país e com forte influência no contexto cearense, a percepção que se destaca do CV no Rio de Janeiro é de um cenário de

²⁵<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2019/04/07/policia-federal-prende-suspeito-de-matar-em-aquiraz-chefes-do-pcc.html> Acesso realizado em 23/07/2019.

²⁶<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/investigacao-contra-lider-do-pcc-leva-ao-indiciamento-de-116-pessoas-1.2111064> Acesso realizado em 23/07/2019.

disputa territorial armada constante, seja entre grupos rivais, seja entre a organização criminosa e a polícia. Para Lessing (2008), é lugar-comum que a guerra do tráfico carioca é única no Brasil. O autor aponta como características dessa realidade:

(...) grandes e bem organizadas operações de vendas de droga no varejo, tipificado pelo Comando Vermelho (CV); confrontos diretos e ataques às forças policiais; e domínio territorial das áreas de favelas com o bloqueio ao acesso da polícia (LESSING, 2008, p. 44).

Já a imagem do PCC é de hegemonia no estado de São de Paulo, a ponto de “disputar” com o governo do estado a paternidade do mérito da redução na taxa de homicídios. O CCPHA mencionou o trabalho do Professor da Universidade de Cambridge, Graham Willis, ao tratar desta “disputa”.

(...) o pesquisador tem confrontado os dados do governo paulista que revelam uma queda significativa nas taxas de homicídio na capital atribuída ao desempenho das políticas públicas. Mudanças demográficas, desarmamento, redução do desemprego, reforço do policiamento em áreas críticas... Na avaliação do pesquisador, as explicações dadas pelo governo de São Paulo sobre o declínio dos assassinatos não convencem. Para indignação do governo paulista, Graham Willis sustenta que a regulação da vida e da morte em São Paulo é exercido principalmente pelo PCC. Segundo ele, a redução de quase 80% nas taxas de homicídio em um período de 15 anos é muito brusca para ser explicada por fatores de longo prazo, como políticas sociais ou de segurança. O pesquisador diz que a queda aconteceu em bairros da periferia onde os homicídios estavam concentrados desproporcionalmente e coincide com a inserção da facção em tais áreas a partir de 2003 (Relatório final do CCPHA, 2016, p.293).

E qual seria o *modus operandi* “replicado” no Ceará? É preciso considerar as especificidades da conjuntura local tanto quanto a influência destes grupos externos. O terceiro lugar ocupado pelo Ceará no *ranking* dos estados com as maiores taxas de mortes violentas intencionais confirma que, como aponta Paiva (2019), a violência se tornou um meio de comunicação entre os coletivos e a forma de equilibrar forças nas disputas.

Na atuação das organizações criminosas é possível constatar a aplicação do conceito de violência em sentido amplo. No esforço de compreender essa ordem social cujo princípio de organização é o recurso universal à força, conforme propõe Silva (2004), retomaremos a discussão de Mingardi (1998) acerca das características do crime organizado, destacando aquelas características que estão menos relacionadas a aspectos comerciais e mais relacionadas à constituição de uma sociabilidade violenta, como: a hierarquia, o uso da violência, o uso da

intimidação, o clientelismo, a lei do silêncio, o monopólio pela violência e o controle territorial. O conceito de hierarquia na perspectiva de Mingardi (1998) e de Biondi (2014) está relacionado a um “comando único” das ações da organização criminosa, o que não necessariamente significa a obediência a um líder, o comando único pode representar a “consciência coletiva” do grupo, que se constitui a partir de um debate de ideias. Essa concepção dialoga bem com o princípio de igualdade adotado pelo PCC. Parece controverso, mas trata-se de uma hierarquia na igualdade.

É importante destacar que Mingardi (1998) fala em hierarquia dentro de uma proposta mais geral de definição do crime organizado, apesar de ter uma “relação de proximidade” com o PCC, tendo em vista que parte de sua trajetória na área da segurança pública foi no estado de São Paulo. Já Biondi (2014) trata especificamente do conceito hierarquia na perspectiva do PCC. Pode ser que em outras organizações criminosas, como por exemplo: o CV; o “comando único” seja dado por uma liderança específica.

As situações com as quais nos deparamos no cotidiano dos programas de proteção a pessoas ameaçadas, no Ceará, indicam que ninguém é “decretado²⁷” de morte ou sofre qualquer outro tipo de punição, por parte de uma organização criminosa, sem que tal medida tenha sido debatida e decidida coletivamente. Essa afirmação foi também confirmada por um agente da segurança pública com atuação no Departamento de Homicídios e Proteção a Pessoa (DHPP).

O uso da violência, o uso da intimidação e o clientelismo podem ser considerados meios para alcançar a imposição da lei do silêncio, do monopólio pela violência e do controle territorial. De acordo com Lessing (2008), à medida que o crime efetivamente se organiza em uma determinada área, ele adota medidas que garantam o afastamento do Estado, seja por meio da proibição de conflitos que atraiam a polícia, seja por meio da prestação de serviços assistenciais:

Nas pesquisas realizadas na última década, por isso mesmo, constata-se que o padrão de depoimentos de moradores das periferias sobre o “mundo do crime” se deslocou. Algo que era antes alheio às “famílias” e distante dos “trabalhadores” passou a aparecer nos cotidianos de todos os moradores da nova geração. Modos de organização, antes mais restritos às prisões, ganharam aderência no tecido social das favelas. **Normas antes exclusivas do universo daqueles considerados “bandidos” passaram a abordar também a sociabilidade de jovens não inseridos nos mercados**

²⁷ Decreto é o termo utilizado para anunciar a condenação de alguém à morte.

ilícitos. Dinâmicas, portanto, antes externas à “comunidade” passaram a ser lidas como constitutivas dela (FELTRAN, 2010, p. 63, *grifo nosso*).

O “proceder”²⁸, enquanto conjunto de regras deixa de ser cobrado apenas no ambiente do sistema prisional e passa a ser cobrado da população em geral, independente do seu envolvimento com o mundo do crime. A cobrança do “proceder” passa a ser uma das estratégias do controle territorial. Os desvios de conduta são julgados pelo que se convencionou chamar: “tribunais do crime”:

A “cobrança” aos desviantes só poderia ocorrer depois que os “irmãos” conversassem e avaliassem o quadro e as diferentes “visões” da acusação e da defesa. Assim, eles poderiam apurar “a verdade” e estabelecer as “consequências” que o acusado deveria assumir em razão do que fez (MANSO e DIAS, 2018, p. 116).

Para Feltran (2010), a forma como é debatido e como se define a sentença de cada caso variam de acordo com a gravidade da infração. No cenário cearense, a agressão física, o decreto de morte e a expulsão de moradores por ameaça são os casos que mais chegam à rede de proteção a pessoas.

Recentemente, chegou ao Centro de Referência e Apoio a Vítimas de Violência (CRAVV) o caso de uma mulher com deficiência física (cadeirante) que acionou a polícia por ter sofrido agressão do seu marido. Logo após a ocorrência foi expulsa do território pela facção por ter chamado a polícia. A expulsão tem sido uma prática recorrente na dinâmica das facções. Em 25 de abril de 2018, com base em dados do Núcleo de Habitação e Moradia da Defensoria Pública do Estado do Ceará, o jornalista Thiago Paiva assina a matéria que afirma que, pelo menos, 264 pessoas foram expulsas de suas casas pelas facções, em Fortaleza, no período de novembro de 2017 a abril de 2018. Cabe destacar que, de acordo com a reportagem, essas 264 pessoas representam 66 famílias.

No entanto, durante visita realizada ao Núcleo de Habitação e Moradia da Defensoria Pública do Estado do Ceará, o próprio profissional do núcleo questionou essa informação:

²⁸ O “proceder” é uma enunciação que orienta parte significativa das experiências cotidianas, distinguindo presos de acordo com seus históricos “no crime”, diferenciando artigos criminais, alicerçando resoluções de litígios entre presos, estabelecendo modos de se portar na chegada à prisão, modos de utilização do banheiro, modos de habitação das celas, modos de se portar no refeitório, modos de se portar durante os dias de visita, modos de se despedir do cárcere, etc (MARQUES, 2010, p. 315).

É assim... Os nossos números não podem ser tidos como reais. Por quê que ele não pode ser tido como real? Porque a família chega aqui, às vezes vem mais de uma e eu pergunto: quantas pessoas foram expulsas? E ele fala, olha, ontem ou anteontem foram expulsas trinta famílias. E os que foram expulsos anterior? Eles não falam. Ou então pode ter aquela situação de que veio aqui uma pessoa, na Praia do Futuro foram expulsas sessenta famílias ou vieram depois e falaram, não, acho que foi só quarenta. Então, os nossos números, eles não são reais, por quê? Porque poucos procuram a Defensoria. Na Cidade de Deus, salvo engano, três ou quatro famílias que procuraram aqui. Tivemos outras situações, em audiências públicas, que tinham várias famílias, né? Mas assim, vir aqui, procurar a Defensoria Pública, oficialmente, da Cidade de Deus, não deve ter vindo aqui dez famílias. E a informação que a gente tem é que cerca de duzentas foram expulsas. E eu corto na metade, pela experiência que a gente tem de tá atuando, mas a gente acredita que cem famílias tiveram que sair em algum momento. E como eu disse, boa parte retornou e boa parte não vai retornar nunca. (Profissional do Núcleo de Habitação e Moradia da Defensoria Pública do Estado do Ceará).

A reflexão deste profissional nos leva a acreditar que o número de expulsões é ainda maior que o mencionado na matéria do jornal *O Povo*. Para a presente discussão, indicar que a expulsão tem feito parte da forma de agir das facções nos territórios urbanos do Ceará é suficiente, no capítulo seguinte essa prática será novamente abordada.

Apesar da elevação nas taxas de homicídios, segundo os códigos de conduta destes grupos, a morte deve ser uma ocorrência de exceção, ela deve acontecer quando realmente for necessária, como por exemplo: na eliminação de um inimigo ou na punição de algum membro da facção ou pessoa da comunidade que tenha cometido um ato considerado grave. “O homicídio, embora previsto como possibilidade, é altamente regulado” (FELTRAN, 2010, p.65-66).

No Ceará, como constata Paiva (2019), o controle social das comunidades também se tornou efetivo por meio de assassinatos. O pesquisador aponta, conforme um levantamento feito pelo jornal *O Povo*, que no período de aproximadamente um ano ocorreram, pelo menos, oito chacinas. Na lógica de uma sociabilidade violenta, esses homicídios se inserem em um espiral de letalidade. Aconteceram em virtude de homicídios anteriores e dão causa para que novos homicídios possam acontecer. “Cada assassinato tem a capacidade de produzir vinganças, promover novas rivalidades, criando uma engrenagem que se retroalimenta” (MANZO ; DIAS, 2019, p. 239).

O relatório do CCPHA de 2016 confirma a ocorrência deste espiral no estado, apontando que a maioria dos adolescentes vítimas de homicídio em 2015 já

havia perdido amigos e parentes em condições similares de conflitos. Assim como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018 ressalta o aumento do número de mulheres vítimas de homicídios, cabe destacar que a realidade cearense segue na mesma direção. No Ceará, o número de mortes de mulheres em 2017 cresceu em média 500% em relação ao ano de 2016, segundo constatação de um profissional do DHPP:

Outro fenômeno importante após a consolidação das facções nas periferias de Fortaleza é o papel das mulheres nos esquemas e acertos de conta. As mulheres se tornaram personagens importantes após o advento das facções, com participação ativa na dinâmica dos coletivos (PAIVA, 2019, p.179).

Além do assassinato em si, outro elemento da interação violenta das facções que tem chamado a atenção de todos é a crueldade de determinados eventos. E, nesse caso, a GDE tem sido autora de episódios estarrecedores, como por exemplo: a execução de três mulheres decapitadas em uma área de mangue²⁹. A ação ocorreu em virtude de uma suposta ligação das mulheres com a facção rival –o CV. O triplo homicídio foi filmado e amplamente divulgado nas redes sociais.

Ao que parece, na GDE, assim como todos se vêem como “patrão” (PAIVA, 2019), todos também querem ser vistos como “bichão”³⁰ (SÁ, 2011). Segundo a Professora Glaucíria Mota³¹, a crueldade da GDE é uma forma de expressar poder e intimidar seus rivais.

Além do próprio ciclo de vinganças, que retroalimenta a ocorrência de novos assassinatos, a impunidade também pode ser apontada como um reforço positivo. O CCPHA aponta ainda que de 1.524 processos de homicídios de adolescentes, dos últimos cinco anos, protocolados na Comarca de Fortaleza, até o fim de 2016 em apenas 2,8% dos casos houve a responsabilização dos agressores.

Embora algumas comunidades, onde há a presença de organizações criminosas, possam não apresentar elevados índices de homicídios em decorrência

²⁹ <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/caucaia/2018/03/mulheres-torturadas-em-mangue-foram-filmadas-antes-de-morrem.html> Acesso realizado em 27/07/2019.

³⁰ “Bichão da favela” é o termo utilizado para demarcar a reputação dos mais temidos nas relações de poder e de violência na comunidade.

³¹ Essa foi a resposta da professora Glaucíria Mota (socióloga e coordenadora do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética, da Universidade Estadual do Ceará) ao ser indagada, especificamente, acerca do caráter cruel da GDE, durante uma explanação sobre a Violência Urbana no Ceará, para o Conselho Deliberativo do Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (PROVITA), em julho de 2019.

do processo de regulação, nelas é possível que haja um alto grau de controle por meio do uso da intimidação. E a maior expressão da intimidação é o medo:

O medo é o principal mecanismo de ação das organizações, seja contra o Estado, seja contra a sociedade, seja dentro ou fora das áreas de atuação. O controle que as organizações criminosas exercem sobre as comunidades também é baseado no medo, na medida em que envolve produção e regulação da violência. Quem infringir as novas regras que são impostas, jamais negociadas, sofre retaliações à base de agressões físicas já amplamente divulgadas pelas redes sociais ou via aplicativos de telefones celulares (Relatório final do CCPHA, 2016, p.288).

Viver com medo não é uma opção, mas uma condição com a qual as pessoas se acostumaram e passaram a organizar suas rotinas (PAIVA e FREITAS, 2015).

Paradoxalmente, é possível encontrar em uma comunidade que vive amedrontada, sob a égide da lei do silêncio, narrativas que indicam uma relação de proteção da organização criminosa para com a comunidade. No Ceará este discurso foi mais frequente quando houve um movimento de “pacificação³²”, em 2016. Paiva destaca: “A proibição de assaltos foi a primeira marca significativa do trabalho das facções nas periferias. Produziram como efeito a ideia de que as comunidades estavam seguras e livres de assaltos” (PAIVA, 2019, p. 174).

O clientelismo na relação do crime organizado com a população da periferia de Fortaleza parece estar associado a essa proteção “contra roubo” e não a uma prestação de serviços assistenciais, como ocorre em outras regiões. No acompanhamento dos atendimentos realizados a pessoas vítimas de violência, de diferentes regiões da cidade, não só é possível identificar que não há essa prestação de serviços como se podem observar situações em que a população é proibida de acessar determinados equipamentos públicos. Vale lembrar que a GDE não cobra mensalidade de seus filiados e sem essa arrecadação fica difícil financiar a prestação de serviços.

Em linhas gerais, todas as características do crime organizado elencadas por Mingardi (1998) estão presentes nos grupos com atuação no Ceará, respeitadas suas especificidades. Não se trata de mera reprodução do que ocorre nas facções do eixo Rio-São Paulo, entretanto, há formas de agir similares, como por exemplo: o

³² Segundo Paiva (2019), a primeira narrativa em torno da existência de facções no Ceará foi a de que elas estavam “em paz”, operando em comum acordo um sistema de correções em relação à maneira de fazer o crime nas comunidades.

decreto de morte e a expulsão de moradores do território. Essas ações se tornaram práticas comuns de regulação da ordem social imposta pelas facções.

2.3 O crime de ameaça

Não há dados oficiais que relacionem o crime de homicídio com a ameaça anteriormente registrada. O CCPHA identificou, na pesquisa realizada em 2016, que 53% dos adolescentes mortos em Fortaleza no ano de 2015 haviam sofrido ameaças.

Dados da Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará (Supesp) apontam o seguinte número de ocorrências do crime de ameaça:

Tabela 1 - Número de ocorrências do crime de ameaça	
Período	Número de ocorrências cuja natureza do fato é ameaça
2017	36.970
2018	35.320
Primeiro semestre de 2019	15.678

Fonte: SUPESP

O Agente de Segurança do 30º Distrito Policial revelou que a maior parte das pessoas que são ameaçadas de morte para sair de suas casas tem medo de registrar a ocorrência. Conforme dito pelo Agente de Segurança, existe o medo de que a ameaça possa ser concretizada, caso os ameaçadores saibam que a vítima recorreu à polícia.

Além disso, o Agente de Segurança avalia que o fato do crime de ameaça ser um crime de menor potencial ofensivo possa ser um desestímulo ao registro. O crime de ameaça é previsto no artigo 147 do Código Penal e consiste no ato de ameaçar alguém, por palavras, gestos ou outros meios, de lhe causar mal injusto e grave e, como punição, a lei determina detenção de um a seis meses ou multa.

A promessa de mal pode ser contra a própria vítima, contra pessoa próxima ou até contra seus bens, o crime por isso é apurado nos juizados especiais criminais, e o condenado poder ter a pena de prisão substituída por outra pena alternativa, como prestação de serviço à comunidade, pagamento de cestas básicas

a alguma instituição, dentre outras. Segundo relato de um Agente de Segurança do 30º Distrito Policial, em visita realizada ao referido DP:

Quando chega uma pessoa aqui pra dizer que foi expulsa, a gente já sabe que é uma casa perdida. Enquanto a gente tá tratando de uma expulsão tem mais três acontecendo. Eu paro pra pensar, porque eles vêm fazer um B.O. Porque sinceramente, a gente não pode fazer nada. Não tem como eles voltar pra casa. Teve situação que a gente foi lá no outro dia, visitou a casa, viu que a casa tava desocupada, mas não tem muito o que fazer. A gente dá um apoio, porque se sensibiliza com a situação, ajuda na retirada dos bens, auxilia no deslocamento, mas a casa mesmo... Não recupera (Agente de Segurança do 30º Distrito Policial, 2019).

Identificamos ainda a seguinte situação nos casos em que as pessoas ameaçadas registram a ocorrência, durante a elaboração do Boletim de Ocorrência (B.O) nem sempre a autoridade policial utiliza a mesma tipificação para identificar a natureza do fato. Acessamos alguns B.O's e verificamos casos em que as vítimas relatam situações semelhantes, porém, há três diferentes tipificações da natureza do fato: Ameaça, Constrangimento Ilegal e Violação de Domicílio, como destacam os B.O's a seguir:

(...) compareceu nesta delegacia o(a) noticiante para informar que na data e hora acima mencionadas estava em casa quando chegaram cerca de 15 a 20 indivíduos, alguns de posse de arma de fogo, que invadiram seu apartamento e mandaram que saíssem senão morreriam; que estes homens mandavam todos saírem senão morreriam; que estes mesmos homens invadiram na mesma ocasião mais três apartamentos no mesmo bloco; que a noticiante afirma que no primeiro momento saiu correndo por medo de morrer e posteriormente acionou a polícia militar para que a escoltasse enquanto retirava seus pertences; que quando da chegada da polícia militar teve que arrombar sua casa que se encontrava trancada, quando constatou que a gangue já havia saqueado parte de seus pertences, levando muitos objetos portáteis, que estes homens diziam serem membros da facção criminosa GDE e nada mais disse (Histórico de um Boletim de Ocorrência tipificado como Violação de Domicílio).

Disse na data e horário acima mencionados, que um indivíduo chegou no bloco em que mora e lhe disse que não podia residir ali, pois anteriormente morava no bairro Henrique Jorge, que é dominado pela facção Comando Vermelho, portanto ela não poderia residir no Conjunto José Euclides, que é dominado pelo GDE, que no outro dia por volta das 5h foi embora, com medo de alguma retaliação, que a tarde do mesmo retornou ao apartamento em que mora e o encontrou aberto, sem nenhum móvel, pois haviam levado tudo, que não tem mais condições de residir naquele lugar, pois está com medo de morrer. Nada mais disse (Histórico de um Boletim de Ocorrência tipificado como Constrangimento Ilegal).

Essa divergência de natureza pode dificultar uma posterior sistematização de dados. E outro fator, mencionado pelo Agente de Segurança do 30º Distrito Policial, que acaba sendo mais um obstáculo à compilação das informações é o

registro da ocorrência em um distrito policial distante de onde o fato ocorreu. O Agente de Segurança afirma que algumas vítimas recorrem a essa estratégia porque querem registrar a ocorrência, mas não querem que quem as ameaçou saiba do registro.

Fato é que a ameaça é uma prática comum no cotidiano de atuação das organizações criminosas e que não foi identificada nenhuma ação da segurança pública no sentido de diminuir sua ocorrência ou seus possíveis desdobramentos.

3 MULHERES DESLOCADAS INTERNAS: A VIOLÊNCIA URBANA PRODUZINDO MIGRAÇÃO FORÇADA

Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri
Quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria

(Milton Nascimento e Fernando Brant)

3.1 A condição feminina nos deslocamentos internos

A música “Maria, Maria”, composta por Milton Nascimento e Fernando Brant, gravada pela primeira vez em 1978 pelo Clube da Esquina, representa a força da mulher brasileira. Segundo Milton Nascimento³³, a letra retrata a história real de Maria, uma mulher que morava às margens de uma linha de trem em Minas Gerais e criava três filhos sozinha. E, apesar das dificuldades, batalhava para mantê-los no colégio.

A composição de “Maria, Maria” ocorreu na década em que houve a consolidação do campo de estudo de gênero no Brasil. Segundo Farah (2004), diferentes correntes do feminismo construíram sua interpretação acerca do conceito de gênero. Para o feminismo da igualdade a única diferença entre homem e mulher está relacionada ao aspecto biológico-sexual, sendo as demais diferenças de caráter cultural. Em contraposição, para o feminismo da diferença, o conceito de gênero tem como categoria central de análise a diferença, estabelecendo assim uma polarização entre os gêneros. De acordo com Carvalho (1998 *apud* FARAH, 2004, p. 48) o feminismo da diferença é o conceito mais utilizado, segundo ele, o poder concentrar-

³³ Fonte: <http://www.maria-rita.com/blog/index.php/pelo-repertorio-maria-maria/> Acesso em: 01/09/2019.

se-ia na esfera pública, estando nessa polaridade a origem da subordinação das mulheres.

A interpretação desta afirmação pode se dar por meio de um rápido exercício lógico, vejamos: se o poder concentra-se na esfera pública e esta, por sua vez, é espaço do homem, logo, conclui-se que o homem tem o poder. Como aponta Roberto DaMatta (1991):

(...) o homem é o englobador do mundo da rua, do mercado, do trabalho, da política e das leis, ao passo em que a mulher engloba o mundo da casa, da família, das regras e costumes relativos à mesa e à hospitalidade (DAMATTA, 1991, p.61).

Nessa perspectiva:

(...) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (SCOTT, 2012, p. 21).

Diante do reconhecimento da subordinação das mulheres, Farah (2004) aponta que o feminismo tinha como principal objetivo a superação da desigualdade entre homens e mulheres, o que contribuiu para a inserção da questão de gênero na agenda pública. Em consequência desta mobilização, as mulheres passaram a ser consideradas como um dos segmentos vulneráveis da população. No contexto das migrações forçadas, a “mulher sozinha” é uma das quinze categorias³⁴ de vulnerabilidade oficialmente reconhecida pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (AGIER, 2006).

A presente pesquisa cujo tema é *Deslocadas internas: violência urbana e migração forçada de mulheres no Estado do Ceará*, ressalta a condição feminina, tanto a partir do reconhecimento dessa situação de vulnerabilidade quanto em virtude de uma crescente participação das mulheres em ocorrências de violência urbana. Conforme mencionado tratam-se, portanto, de mulheres, chefes de família, em geral pobres, que tenham sido obrigadas amigrar em decorrência de situações

³⁴ As demais categorias são: “progenitor sozinho”, “criança não acompanhada”, “criança separada”, “criança chefe de família”, “criança perdida”, “pessoa idosa encarregada de menores”, “pessoa idosa sozinha”, “doente mental”, “deficiente físico”, “amputado”, “doente crônico”, “surdo e/ou mudo”, “cego” e “sobrevivente de violência” (AGIER, 2006, p.208).

de violência urbana diversas, que acarretaram em ameaças de morte às suas vidas e/ou de seus familiares e buscaram atendimento em programas de proteção a pessoas ameaçadas.

Segundo relatório do Instituto Maria da Penha³⁵, no primeiro semestre de 2017, 122 mulheres foram vítimas de homicídios no Ceará. No mesmo período de 2018 foram assassinadas 229 mulheres, o que representa um crescimento de 91% no número de ocorrências. O referido relatório chama a atenção para o processo de “feminização” dos homicídios no Ceará, apontando a expansão do crime organizado como o fator preponderantemente responsável por esse fenômeno. De acordo com o documento, as chacinas cometidas por facções criminosas atingem de maneira significativa as mulheres, sobretudo as mulheres jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos. Nessa perspectiva, Paiva (2019, p.179) destaca que “as mulheres se tornaram personagens importantes após o advento das facções, com participação ativa”.

Quanto às categorias chefes de família e pobres, são duas características que predominam nos programas de proteção e, consideradas conjuntamente com a categoria de gênero, dialogam com a perspectiva de interseccionalidades (PISCITELLI, 2008). Em março de 2019, 80% dos casos em proteção no PROVITA contavam com uma mulher na condição de responsável pelo núcleo familiar. No caso do PPCAAM, em janeiro de 2019, 60% dos casos em proteção tinham uma adolescente como foco da ameaça. Em 50% dos casos a criança ou o adolescente entrou para a proteção acompanhado da família. Especificamente nestes casos, o percentual de mulheres na condição de responsável pelo núcleo familiar é igual ao do PROVITA, ou seja, 80%.

Importante destacar que tanto o pesquisador da Universidade Federal do Ceará (UFC), o Professor José Raimundo Carvalho, responsável pelo relatório do Instituto Maria da Penha, quanto a técnica do PPCAAM³⁶ que compartilhou esses dados, apontam que o aumento da participação feminina, seja nos casos de

³⁵O Instituto Maria da Penha publica boletins trimestrais sobre a conjuntura da violência contra a mulher no Ceará. Os boletins são realizados em parceria com o núcleo da Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (PCSVDF^{Mulher}) da Universidade Federal do Ceará (UFC), esses estudos contam com dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Estado do Ceará e apresentam as estatísticas sobre os Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) contra a mulher no âmbito estadual e, especificamente, na cidade de Fortaleza. Para maiores informações, acessar: <http://www.institutomariadapenha.org.br>

³⁶O nome precisa ficar em sigilo em virtude das diretrizes de segurança do programa.

homicídios seja nos casos de proteção representa uma mudança recente no contexto de violência³⁷.

Quanto à condição de renda, durante diálogo com uma técnica da área social do PPCAAM, ela afirmou que a maioria das pessoas que ingressam na proteção se enquadra na classificação “sem renda”. No caso do PROVITA, excetuando-se os casos que estão em medida isolada, todos os demais núcleos apresentam renda familiar de até um salário mínimo e todos são beneficiários do Programa Bolsa Família. Cabe destacar que é comum as pessoas ingressarem nos programas de proteção sem renda pela própria situação da ameaça. Em julho de 2019, 52,7% das pessoas em proteção tinham uma renda de até um salário mínimo.

3.2 Maria: três gerações de mulheres vivendo a segregação social e expostas à violência

A primeira história a ser contada com o intuito de representar as mulheres deslocadas internas, obrigadas a migrar em decorrência de situações de violência urbana, será a de Maria³⁸. Estou falando de uma mulher negra, de 55 anos de idade, que morava em uma casa simples comprada por R\$ 5.000,00 (valor recebido de herança da avó materna); localizada em um bairro da Secretaria Executiva Regional VI³⁹, que chamaremos de “Bairro X⁴⁰”. A filha de Maria, Dani, residia em frente à casa da mãe, com duas filhas Bia (03 anos) e Duda (06 anos), em uma casa que ganhou de um senhor, que não quis mais permanecer no local devido à quantidade de insetos, pelo fato do imóvel ficar localizado na “beira do canal”.

A renda familiar provém do benefício Bolsa Família, totalizando R\$ 393,00, além de alguns trabalhos avulsos. Dani não recebe pensão alimentícia dos genitores das suas filhas. Maria era artesã, seu trabalho avulso consistia em entrançar o rótulo de palha que reveste a garrafa de uma determinada marca de

³⁷ Apenas a título de informe, cabe mencionar que o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência está realizando uma pesquisa que faz um recorte da condição feminina no quadro de homicídios de adolescentes. Maiores informações: <https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2019/06/14/por-que-mais-meninas-estao-morrendo.html> Acesso realizado em 02/09/2019.

³⁸ Reitero o uso de nomes fictícios, com o intuito de preservar a identidade das interlocutoras.

³⁹ O referido bairro está entre os bairros com menor Índice de Desenvolvimento Humano por Bairro (IDH-B) de Fortaleza.

⁴⁰ Preservaremos o nome do bairro, pelas mesmas razões que temos preservado o nome dos interlocutores.

cachaça. Gabou-se de sua habilidade, disse que chegava a entrançar oito garrafas por dia, ganhava um valor inferior a R\$ 1,00 por cada garrafa, não lembro exatamente quanto. Disse que muitas mulheres na comunidade realizam esse trabalho, pois é cômodo já que o funcionário da empresa deixa e recolhe as garrafas em casa.

Nessa breve apresentação é possível identificar elementos para os quais vimos chamando a atenção ao longo deste trabalho. Estamos falando de um núcleo familiar composto por quatro mulheres, sendo duas crianças, com uma renda *per capita* de aproximadamente 1/8 do salário mínimo, as mulheres adultas apresentam baixa escolaridade, Maria não completou o Ensino Fundamental e Dani não concluiu o Ensino Médio.

Era o início da tarde de uma sexta-feira quando o Centro de Referência e Apoio a Vítimas de Violência (CRAVV) foi acionado para prestar apoio à família, enquanto o Ministério Público Estadual encaminhava as formalidades necessárias à solicitação de inclusão no PPCAAM. Ao tomar conhecimento do caso, dirigi-me à Casa da Mulher Brasileira⁴¹, priorizando, claro, o atendimento e seus devidos desdobramentos, mas na expectativa de coletar informações para a pesquisa. Em linhas gerais, o que eu sabia até o momento é que era mais um caso de expulsão de moradores do Bairro X, em que havia duas crianças.

Quando cheguei o núcleo familiar estava em uma sala de atendimento do equipamento conversando com a representante do Ministério Público e com a profissional do CRAVV. Por meio da interação com Duda, logo consegui fazer parte daquela cena. Ficamos pintando desenhos de princesas e disputando quem pintava mais rápido, até o momento em que ela descobriu a magia de uma cadeira de escritório giratória. Daí em diante foram inúmeros pedidos: “Tia, roda. De novo! De novo! Mais rápido!”. E cada giro vinha acompanhado de muita risada e alegria. As crianças não tinham a dimensão do que estava acontecendo. Bia era mais quieta, parecia estar bem cansada e só queria o colo da mãe.

No momento em que Duda voltou sua atenção para a profissional do CRAVV aproveitei para me aproximar de Maria e Dani. Nessa aproximação pude saber o motivo pelo qual estavam ali. Segundo Dani, ela havia sido expulsa da sua

⁴¹ A Casa da Mulher Brasileira é um centro especializado de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica.

residência por integrantes da facção Guardiões do Estado (GDE). Dani afirmou não ter nenhum envolvimento com facções e que a ameaça de morte direcionada a ela se deu pelo fato de ser amiga de uma moça chamada Joana, que sofreu uma tentativa de homicídio e se encontrava internada, em estado grave, no Hospital Instituto José Frota. A condição de Joana naquele momento era resultado dos repertórios da justiça no mundo do crime (FELTRAN, 2010). Joana foi “julgada” por passar informações da organização criminosa GDE para o Comando Vermelho (CV). Dani confirmou que o padrinho de Joana é do CV e que, por muitas vezes, ela passava informações e fotos da GDE, inclusive ela aconselhou à amiga de infância a parar de fazer isso, pois poderia ter problemas.

Dani relatou que, na noite anterior, por volta de 20h, “cerca de 40 homens” (sic.) encapuzados e com forte armamento chegou a sua casa e pediu seu celular, alegando que buscariam informações nas suas redes sociais e nos arquivos de áudio que confirmassem que ela entrou em contato com integrantes do CV. Em seguida levaram seu aparelho telefônico. Perguntei à Dani se ela teve medo no momento em que entraram na sua casa e ela respondeu: “Que nada, eu fui pra cima deles. Ficam o foi debatendo. Tinha um lá atrevido que só, que ele dizia uma coisa e eu dizia outra, ele dizia uma coisa e eu dizia outra”. Ao contrário de Dani, Maria disse que ficou tão nervosa que urinou na roupa, achava que eles queriam matar sua filha.

Apesar de Dani ter afirmado que não tinha envolvimento com o crime organizado é possível perceber na sua linguagem a expressão de uma sociabilidade violenta. Nesse dia conheci a expressão “debater”, mas só depois passei a compreender que no “mundo do crime” ela representa a possibilidade de contraditório e ampla defesa prevista no mundo jurídico (BIONDI, 2014).

Depois de um tempo, Dani foi até eles e pediu para devolverem seu celular, mas a resposta que lhe deram foi que ela tinha até meio-dia do dia seguinte para sair da comunidade, mas que a sua mãe e suas filhas poderiam ficar. Eis a sentença! Um integrante da GDE, chamado Nicolas, colocou um áudio para ela escutar que dizia que “ela tinha que sair do bairro, mas que não ia ser decretada”. Ela foi informada que o áudio era de autoria do chefe da área, que está preso. Em seguida Maria se manifestou:

Eu ia bem ficar lá sem minha filha, já deixei duas filhas por causa dela, apesar de que ela foi quem sempre me deu trabalho, eu mandava pra escola, ela fugia. Um dia eu tava em casa almoçando quando vi foi ela no Barra Pesada⁴². Ai eu fiquei louca! Cheguei na DCA⁴³ primeiro que ela. Ia visitar ela no Aldaci⁴⁴, mas ficava o tempo todo perguntando se era isso que ela queria pra vida dela (Maria, 55 anos).

Maria e Dani decidiram não esperar pelo prazo determinado pela facção. No meio da noite saíram a esmo, com as duas crianças, carregando uma mochila infantil que, pelo tamanho, parecia não conter muita coisa. Nesse percurso encontraram um motorista de *Uber*⁴⁵, não tenho clareza acerca das circunstâncias desse encontro, mas foi ele quem as deixou em frente à Casa da Mulher Brasileira para buscar ajuda.

A história de Maria indica que ela faz parte daquela parcela da população, que temos nos referimos ao longo da pesquisa, que está mais vulnerável a sofrer com as expressões da questão social⁴⁶. Maria é uma mulher, negra, pobre, com baixa escolaridade e moradora da periferia de Fortaleza. Maria perdeu os pais quando ainda era criança, com isso passou a morar com seus avós maternos em um município do litoral oeste.

Ela relatou que por volta dos 13 anos de idade fugiu da avó rumo a Fortaleza, porque queria ter a liberdade de se relacionar afetivamente. “Eu queria conhecer homem, tu tá entendendo?” Chegando a Fortaleza passou a morar na rua com um grupo de meninos da mesma faixa etária, próximo à Igreja da Sé, no centro da cidade. Ela lembrou que entre o grupo havia uma relação de parceria, os meninos realizavam furtos pelo centro, a fim de garantir a subsistência coletiva, mas ela preferia não participar deste tipo de atividade, disse que nunca gostou em mexer em nada de ninguém. Começou então a fazer programa. Teve duas filhas antes de

⁴² Barra Pesada é o nome de um telejornal policial, transmitido pela TV Jangadeiro de segunda a sexta ao meio-dia.

⁴³ DCA é a sigla de Delegacia da Criança e do Adolescente.

⁴⁴ “Aldaci” faz referência ao Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota, que atende, em regime de internação provisória, privação de liberdade e semiliberdade, adolescentes, de 12 a 21 anos, do sexo feminino, autoras de ato infracional.

⁴⁵ Trata-se de um serviço de transporte privado urbano, semelhante ao táxi, que é acionado por meio de aplicativo.

⁴⁶ Iamamoto (2015) afirma que a questão social no contexto contemporâneo se reproduz sob novas mediações históricas e assume expressões inéditas, mas possui ainda em sua base os traços que remontam ao seu surgimento, ainda no século XIX, que se relacionam à ordem de produção das relações capitalistas. Não há, portanto, uma “nova” questão social e sim, outras manifestações da mesma questão social, que consiste no conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, na qual a produção social é cada vez mais coletiva, enquanto a apropriação de seus frutos se mantém privada.

Dani e deu as duas para uma prima criar, mas contribuía financeiramente para a criação das meninas.

Durante seu trabalho, ela disse que conheceu um homem que a levou para morar na Bahia, depois de alguns dias em Salvador descobriu que o homem era casado e decidiu terminar o relacionamento. Todavia, permaneceu em Salvador, fazendo programa na região próxima ao Elevador Lacerda.

Quando voltou para o Ceará conheceu o pai de Dani e foram morar juntos. Em momento algum ela faz uma referência positiva em relação a esse companheiro, pelo contrário, relatou que era violentada por ele e que chegou a pegá-lo tentando abusar sexualmente de Dani ainda criança. Nessa ocasião disse que tentou matá-lo. Desde então passou a morar só com Dani e disse que pegou abuso de homem. “Talvez por isso, hoje, eu ande assim, com essas rouponas, porque eu não quero nenhum homem olhando pra mim” (Maria, 55 anos). Ela estava usando um vestido de malha curto com uma camisa social feminina de manga longa sobreposta.

Na fase adulta, Maria disse que as duas filhas mais velhas passaram a rejeitá-la. As duas “casaram bem”, com homens de posses, moravam em suas casas e não lhes faltava nada. Maria relatou uma situação em que foi passar uns dias no apartamento de uma das filhas para ajudá-la com os afazeres de casa, porque ela estava de resguardo. Um dia sua filha recebeu a visita de uma amiga e esta amiga comentou: “Ah, que bom, agora você está com uma empregada”, referindo-se à Maria. A filha nem confirmou, nem negou. Fato é que em momento algum apresentou Maria como sua mãe, o que a magoou profundamente. Ela disse que no mesmo dia arrumou suas coisas e foi embora. E desde então não tiveram mais contato. Concluiu com um ar de tristeza, dizendo: “Mas mãe é mãe, todo ano em Natal e dia das mães eu espero que elas cheguem na minha porta”. Nessa hora Dani intrometeu-se dizendo: “Espera de besta, porque daquelas ali eu não espero é nada. Nunca fizeram conta de nós”.

Apesar de ser a filha que “sempre deu trabalho”, entre Maria e Dani havia uma clara relação de amor e cumplicidade. Juntas enfrentaram (e enfrentariam) todas as dificuldades. Maria disse que chorou muito quando Dani engravidou da primeira filha, disse que viu sua história se repetir e que de forma alguma queria que sua filha passasse por tudo o que ela passou. Acrescentou: “Tá vendo aqui?

(apontando para sua condição física) Eu era bonita, quando eu era nova, isso aqui é sofrimento. A nêga véa aqui sofreu e não foi pouco não”.

Agora, rememorando esse encontro, percebo que todo o caso foi protagonizado e conduzido por mulheres. De um lado havia quatro mulheres vítimas da violência urbana. E do outro, cinco mulheres de diferentes órgãos da rede de proteção buscando dar respostas àquela situação. De modo geral, percebo que a rede composta pelos três programas de proteção a pessoas ameaçadas é feminina, do total de 29 profissionais, 19 são mulheres.

A última notícia que tive é que elas passaram pouco tempo na proteção, aproximadamente um mês. Como Dani não havia sido “decretada”, sua “sentença” determinava “apenas” sua saída do território, elas decidiram alugar uma casa em outro bairro.

3.3 Ana: de vida loka à testemunha

A proposta inicial era que a aproximação com os protegidos acontecesse a partir de uma intermediação da equipe técnica, após a aprovação do coordenador geral do respectivo programa de proteção. No entanto, a entrevista da Ana se construiu de uma maneira inusitada. Ana esteve em proteção no PROVITA e no PPCAAM e entrou em contato com o NAPP para cobrar objetos pessoais seus que teriam sido extraviados na ocasião de sua mudança de um programa para o outro.

A equipe do NAPP não costuma ter contato com as pessoas em proteção, a relação fica realmente restrita às equipes técnicas. Mas, coincidentemente, com a usuária em questão havia certa proximidade. Na primeira vez que ela foi para um atendimento ela ficou aguardando a equipe na sala do NAPP. Durante a espera, vez por outra fazia uma pergunta sobre o programa e sobre a proteção. Nesses casos, a equipe do NAPP orienta os usuários a aguardar o atendimento e a realizar as perguntas para as equipes técnicas.

Em outra ocasião, em decorrência do término do convênio do PROVITA⁴⁷, a equipe do NAPP intermediou a transição da protegida, acompanhada de seu filho,

⁴⁷A execução dos programas de proteção a pessoas ameaçadas ocorre por meio da celebração de parcerias entre o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e as secretarias de estado. Os convênios apresentam um período de execução específico. Ao final de cada vigência, não raro, há um lapso nas atividades dos programas até que seja celebrada uma nova parceria.

para o PPCAAM. Assim, durante o encaminhamento da demanda surgiu a ideia de entrevistá-la. Iniciamos uma conversa via *WhatsApp*, a princípio, para tratar do resgate dos seus objetos pessoais. No desenrolar da conversa comentei sobre a pesquisa e do meu interesse de conversar sobre sua passagem pelos programas. Ela aceitou de pronto. Ficou então combinado que quando ela fosse ao NAPP para buscar seus objetos, nós aproveitaríamos a oportunidade.

E assim aconteceu, numa sexta-feira a tarde, período em que a Secretaria da Justiça e Cidadania costumava ter uma movimentação mais tranquila e era também o turno escolar do filho da protegida. Na verdade, ex-protegida. Há poucos meses ela havia sido desligada da rede de proteção. Ao chegar ao NAPP, já tentando desconstruir a formalidade de um momento de entrevista, ofereci água, café, bolo e disse que era uma conversa *de boa*, queria saber como ela estava depois da passagem pelos programas e concluí dizendo que fisicamente estava ótima, mais magra, mais jovem. Foi o suficiente para iniciarmos o diálogo:

Fisicamente, mas eu tô mal. Peguei até começo de depressão. Peguei. Tô tomando remédio. Eu acho que é devido, assim... Tipo... Agora, já mês que vem, quando terminar as aulas o Paulo vai ter que ir lá pra minha mãe, porque eu vou ter que começar a procurar um trabalho (Ana, 26 anos).

E então perguntei se a mãe dela estava no local da ameaça:

É no local da ameaça. Aí ele vai ter que ir pra lá. Eu vou ficar aqui. Tentar seguir em frente aqui. É melhor só do que com ele (Ana, 26 anos).

As duas falas de Ana demonstram aspectos da migração forçada, que recorrentemente têm sido observados nos protegidos: 1) um processo de adoecimento, especialmente, no tocante a questões de saúde mental; 2) a ruptura dos laços afetivos; e 3) a dificuldade de inclusão nos novos contextos, com destaque para a inserção profissional (SILVA, 2016).

Em seguida, retomando um tom mais introdutório da conversa, perguntei por qual nome deveria chamá-la. Além do nome oficial, lembrava que ela tinha um apelido e que adotou outro nome quando ingressou na proteção. Ela fez opção por esse último. De toda forma, os nomes mencionados no decorrer desta narrativa serão nomes fictícios, o dela, o de seu filho e o de outras pessoas que façam parte desta história.

A Ana é uma jovem de 26 anos, natural de um município da zona costeira cearense, que estudou até a 1ª série do Ensino Médio, se considera parda e, quando conversamos, em novembro de 2018, morava com o seu filho – Paulo – de 6 anos de idade, em uma casa alugada distante da região onde ocorreu a ameaça de morte e estava sem trabalhar.

Ela relatou ter uma família grande, mas desunida, ao todo são seis irmãos. Seus pais se separaram quando ainda era criança. Com a separação, a princípio ficou morando com seu pai. Nessa época era tudo “direitinho”, ela frequentava o colégio e seu pai não deixava faltar nada em casa, mas a convivência com a irmã ficou cada dia mais difícil: “minha irmã era muito mandona, a gente só vivia brigando”. Por conta desta situação decidiu sair de casa. “Eu tinha onze anos, ia fazer doze, eu me ajuntei com uma mulher. E ela era mais velha que eu o dobro da minha idade. Eu passei quase quatro anos com ela. Depois disso fui morar com a minha mãe”.

Avalio que foi a partir dessa mudança que Ana adotou um estilo “*vida loka*”⁴⁸. A mãe de Ana tinha um “brega”⁴⁹, no local onde ela morava funcionava um bar, onde havia quartos que eram alugados para as garotas de programa receberem seus clientes. Ela contou que:

Os homens começaram a me cobiçar, aí minha mãe botou olho grande, aí começou a me influenciar. Eu, ainda nova, com quinze anos. Minha mãe me influenciou pra entrar no mundo da prostituição. Aí foi que eu comecei a vê do jeito que ela via, tipo... Ganhei isso aqui, então eu vou ganhar mais. Aí eu comecei a se relacionar com as prostitutas de lá, aí eu comecei a usar droga. Aí pronto! Aí eu comecei a me afundar (Ana, 26 anos).

Quando Ana estava com 17 anos seu pai teve um Acidente Vascular Cerebral (AVC), ela disse que foi a única filha que o ajudou. Parte do dinheiro da “prostituição”⁵⁰ passou a ser dado ao pai, até ele começar a receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Ainda vivendo no “brega”, nas circunstâncias acima apresentadas, Ana apaixonou-se por um cliente e engravidou aos 20 de idade. Não foi uma relação tranquila, Ana flagrou sua mãe se relacionando com esse cliente, ela

⁴⁸ Podemos entender *vida loka* como um estilo de vida sem regras, sem limites, cheia de aventuras e perigos.

⁴⁹ Leia-se “brega” como sinônimo de “cabaré”.

⁵⁰ Reproduzo aqui a expressão utilizada por Ana, mas compreendo que o termo adequado seria “exploração sexual”.

tentou matá-lo e foi expulsa de casa por sua mãe. Perguntei se ela havia usado drogas durante a gravidez e, com bastante entusiasmo, ela respondeu:

Todinha. A gravidez todinha, até o último momento da gravidez, tipo... A minha bolsa estourou e eu tava... Antes da minha bolsa estourar eu fui. Subi em cima da moto, deixa eu te falar, eu subi em cima da moto e fui pra bocada. Chegando na bocada comprei quatro pedras e voltei pra casa. Eu dirigindo. Eu dirigia moto, dirigia tudo. Aí cheguei em casa e fui pro banheiro, aí fui usar. Deixei uma, porque eu só fumava mesclado, aí fechei o mesclado, quando eu terminei aí fui e fumei. Aí quando eu traguei, aí minha bolsa estourou (Ana, 26 anos).

Ana disse que todos os dias sua mãe dizia que a criança nasceria doente por conta do uso de drogas. Ela já havia acertado com uma mulher que doaria o bebê de Ana assim que ele nascesse. Quando Ana entrou em trabalho de parto, a mulher (suposta futura mãe adotiva do bebê) também se dirigiu ao hospital. A alta médica só aconteceu dois dias depois do parto, uma sobrinha de Ana – sem que esta soubesse – disse à mulher que Ana não daria mais a criança. Ana disse que ficou “morta de alegre” quando soube que a mulher havia ido embora e então levou seu filho para casa. No começo sua mãe não gostou, mas depois acabou se apegando à criança. Ainda no resguardo Ana engravidou pela segunda vez, mas esse bebê foi de fato doado “à brasileira”⁵¹ (ABREU, 2002).

Durante o diálogo, reiteradas vezes Ana afirma que sua mãe não gostava dela. Disse que de todos os filhos o preferido é um de seus irmãos que tem AIDS e é usuário de drogas, em outra oportunidade disse que o seu padrasto mandou sua mãe escolher entre ela e ele e sua mãe mais uma vez a expulsou de casa. Ana avalia que a relação com a sua mãe melhorou depois da tentativa de homicídio que sofreu. Vejamos o que motivou a tentativa de homicídio e ocasionou a necessidade de migração:

Foi assim, como eu usava muita droga, aí chegava os clientes lá pra fazer programa e a maioria lá tudo usa droga. (...) Aí chegou um cara lá em casa e pediu pra eu pegar 130 de droga. Seis peteca de pó, três peteca de pó, não... A peteca de pó era destamazinho assim ó... 10 conto. Aí foi 100 reais de pedra. 20 pedra de *crack*. (...) Sim... Pois é... Aí continuando, aí esse cara foi lá e pediu essa droga no quarto. Eu liguei pra mulher, eu tô querendo tanto e tanto. Aí ela... Só que assim, o pó era do mototáxi, que é o que ela mandou ir deixar e a pedra era dela. Só que eu não sabia que o meu celular tava rastreado. O meu e o dele. Porque como ele sabia do movimento da polícia, não era nem o meu, era o dele, que era o mototáxi

⁵¹A grande maioria das adoções no Brasil se fazia (e se faz ainda) sem que o casal que adotava fizesse uso (se submetesse) dos trâmites legais. Em geral, estas adoções ocorrem como se tudo se passasse de maneira natural: o casal vai ao cartório e registra a criança como filho biológico. Entre os juristas de muitos países, esta prática é conhecida como “adoção à brasileira” (ABREU, 2002, p.38).

que a polícia tava atrás de pegar, que todo mundo sabia que ele vendia cocaína. Aí era o dele. Aí beleza! Quando dá fé, quando ele vai chegando lá em casa, aí ele chega assustado. Tem dois cara ali, tem dois cara, num carro branco, vestido de Coelce, que endireita energia. Aí eu disse aonde, má, aonde? Quando dá fé, eles já chegaram lá abordando a gente. Vai, vai, pra parede, pra parede. Aí quando ele botou ele pra parede ele rebolou a droga, mas só que eles viram. Bora, bora, de quem é a droga? Eu sei de quem é, Aí botou ele virado na parede prum lado e eu pro outro. E os dois tudo com revólver na minha cabeça e na dele. Os policial. Eles tavam vestido de Coelce. Lá bem perto da minha casa. Beleza! Aí ele: não, não má, não seu que má. Ei má, teu telefone tava na escuta, na escuta, tava sendo gravado viu teu celular!? Eu sei de quem é, bora fala, fala. Aí ele: não, não, é de Irene⁵². É de Irene e ela tá com um prato de pedra lá, cortando. Entregou tudim, entendeu? Aí chamaram outra viatura, aí chegou, aí foi, algemaram eu e algemaram ele. Aí ele disse tudim, do jeito que ela tava fazendo, de onde é que ela tava, tudo exato. Aí foi uma viatura pra lá, quando dá fé abordaram ela. Não pegaram ela com droga, porque ela se livrou da droga todinha. Só que tava com os sacos de dindim dentro dos peito. Aí foro preso, aí levaram a gente pra Aracati. (...) Aí ela queria que eu assumisse a droga. Aí eu disse: como é que eu vou assumir a droga, se eles pegaram a droga foi na mão dele e ele te entregou? Só que como ele era amigo dela, aí reverteu a história, aí disse que eu que tinha entregado ela. Se eu tô em casa, se eu peço uma droga, aí como é que eu vou saber que ela tava cortando. Foi ele que entregou. Ele foi pegar a droga e disse que ela estava cortando e tudo mais. Aí ela se vingou em mim. Aí ela foi presa. Ficou presa ela e ele. Eu fiquei como laranja, não peguei nada, porque não pegaram nada comigo. Aí é séria a situação. Aí me soltaram. (...) Mandava mensagem, quando dá fé ligavam: ó, tu vai morrer, tu vai morrer, sua cabueta (Ana, 26 anos).

Foi em decorrência desta situação, de estar no local e na hora errada, que a Ana passou a ser vítima de ameaças de morte, que culminou com a sua saída em definitivo do local onde viveu a maior parte de sua vida e, conseqüentemente, tornou-a uma deslocada interna.

A história da Ana, não por acaso, se assemelha a história de vida de muitos adolescentes que foram vítimas de homicídios no estado do Ceará, podem-se apontar como elementos comuns, além de toda uma trajetória marcada por violências e violações de direitos, a forma como aconteceu a tentativa de homicídio: antecedida de ameaças de morte e com o uso de arma de fogo:

(...) Aí, quando dá fé, eu só escutei: pá, pá. Aí eu olhei pra cima o clarão, só que no dia anterior tava rolando umas bomba lá, a menina tava soltando umas bomba, pra mim era bomba. Aí não caiu a ficha, só veio cair a ficha depois do terceiro tiro. Aí eu saí correndo. Mãe, fecha a tua porta. Ao invés deu ter entrado mais ela, não, pra eu não prejudicar ela, eu arrudiei a casa todinha e entrei. Aí ela fechou. Fecha a porta, fecha a porta que é bala. Aí eu arrudiei, aí quando eu ia entrando... Eu arrudiei por fora e o tiro truando. Quando eu arrudiei aí a menina queria fechar a porta, aí minha mulher abriu

⁵² Reitero que mesmo os nomes constantes em citação direta foram alterados, de modo a preservar a identidade das pessoas.

a porta, aí eu entrei fechando o resto das portas. Só que eu não tinha sentido que eu tinha levado um tiro. (...) Levei um tiro na perna, só que eu não tinha sentido. Aí quando eu entrei dentro de casa, aí pronto. Eu me deitei no chão, que eu fiquei naquele pânico todinho, que eu senti um negócio quente descendo, aí eu olhei, aí todo mundo começou a gritar: Eita! Eita! Ela tá baleada, levou um tiro, levou um tiro, levou um tiro. Aí nós entramos tudo pra dentro do quarto da minha mãe. Aí tentando ligar pra polícia e só dava fora de área, só dava fora de área, que é ruim de área e os cara ainda tava lá. Aí passei duas horas, quase três (Ana, 26 anos).

Esse é o dramático relato da Ana, lembrando o momento em que seu ameaçador tentou executá-la. A Ana poderia ter tido sua trajetória interrompida neste episódio de sua vida, mas, felizmente, não foi o que aconteceu. Entretanto, este fato marcou para sempre o curso de sua história, ela não virou estatística da taxa de homicídios, mas passou a integrar um contingente, como já apontado - ainda quantitativamente desconhecido - de pessoas forçadas a migrar em decorrência de situações de violência.

Depois de ser socorrida, ao sair do hospital, Ana já não retornou para a casa de sua mãe. Refugiou-se por dois dias, no próprio município, em uma casa que ela disse que mais parecia um presídio, depois foi para a casa de uma tia. Passado um mês, sua mãe ligou dizendo que os ameaçadores já sabiam onde ela estava, que ela saísse de lá imediatamente. Assim ela fez, cruzou a fronteira e foi para um estado vizinho ao Ceará: “Fui na cara e na coragem. Só na cara e na coragem mesmo. Aí foi eu e minha ex-mulher, que eu tinha conhecido pelo aplicativo, pelo Face...E ela tinha quinze anos, ia fazer dezesseis”. Lá, Ana voltou a fazer programa para poder mantê-las.

Com pouco mais de um ano que estava nesse local, Ana encontrou um policial civil do seu município de origem, que conhecia o seu caso. Conversaram sobre sua atual situação e sobre a apuração dos fatos anteriores, nessa ocasião o policial ofertou a ela o PROVITA. E ela aceitou. Depois de sua inclusão no programa voltaram a acontecer novas ameaças.

Segundo Ana, às vésperas da audiência, um “bandidão perigoso” foi até a casa de sua mãe com o intuito de intimidá-la: “Oh, se a sua filha for, eu vou matar ela na porta do Fórum”. Ana pediu para que sua mãe não comparecesse à audiência com medo do que poderia acontecer: “Eu fui morrendo de medo nesse dia”. Ela relatou que foi para a audiência escoltada por policiais, mesmo assim “a sensação foi horrível”. O estado de tensão no ambiente como um todo era bastante elevado.

Ana contou – como se conta uma anedota - um incidente que aconteceu no momento da audiência, em decorrência desse estado geral de medo:

Na hora da audiência faltou energia. Aí pronto, o juiz correu prum lado, a promotora pro outro, pensavam que tavam invadindo a bicha (*risos*). Mas foi só uma queda de luz. Tudo com medo, porque como eu fui escoltada, com um negócio na cabeça pra não verem meu rosto, aí pronto. Aí ela disse: esse aí parece que o caso é grave. Mas realmente era (ANA, 26 anos).

Perguntei então à Ana qual era o seu maior medo e ela respondeu que seu maior medo era que eles fizessem alguma maldade com o seu filho, que o sequestrassem para que ela pudesse aparecer. No contexto da violência urbana, conforme propõe o Relatório Final do CCPHA (2016, p.288), o medo é o principal mecanismo de ação das organizações, seja contra o Estado, seja contra a sociedade, seja dentro ou fora das áreas de atuação. Como aponta Lessing (2008), à medida que o tráfico se fortalece no território, tem-se um aumento do seu poder coercitivo sobre os moradores. Com isso, o “proceder” passa a ser cobrado da população em geral, independente do seu envolvimento com o mundo do crime, e os desvios de conduta são “devidamente” punidos (FELTRAN, 2010). O medo passa então a funcionar como um estratégico mecanismo de controle social. Na perspectiva de Paiva e Freitas (2015) podemos apontá-lo como um dos principais ecos da violência.

Como vimos, há desvios de conduta que, a depender de sua gravidade – na interpretação da organização criminosa -, são punidos com a morte (FELTRAN, 2010). Dentre estes está a delação e a condição de “X9”. Desta forma a população é silenciada, predomina o medo de falar qualquer coisa que possa colocá-la em risco.

A conhecida “lei do silêncio” parece ser mais perniciosa do que normalmente se imagina: não se trata apenas de fechamento para os de “fora” das populações mais diretamente afetadas pela sociabilidade violenta, mas da incomunicabilidade entre os seus próprios membros produzida pelo medo e pela desconfiança. Esta talvez seja a consequência mais perversa da implantação da sociabilidade violenta como ordem instituída (SILVA, 2004).

Conforme narrado, Ana passou a ser ameaçada porque o mototáxi disse à traficante que havia sido ela que revelou a movimentação e os atores do tráfico de drogas para a polícia. Essa versão repercutiu no “mundo do crime” como verdadeira, tanto que foi o marido da traficante Irene que tentou matá-la. Esta situação colocou

Ana em uma condição tão extrema de vulnerabilidade que aceitar tornar-se testemunha lhe foi posto como a melhor alternativa naquele momento. Ana contou que depois da audiência eles foram todos presos e comentou sobre a atuação do advogado de defesa da traficante Irene:

E o advogado eu botei no bolso. Era o melhor advogado, que é criminalista, ele queria botar pra cima de mim. Um dos melhores advogados criminalista, que tira todo traficante da cadeia e ele não conseguiu livrar ela, tipo: ficou presa. Porque ele queria botar a culpa pra cima de mim (ANA, 26 anos).

As ameaças de morte dirigidas à Ana continuaram mesmo depois da prisão. Seu discurso e sua trajetória apontam que ela pode ser reconhecida como uma “deslocada interna”, com base na compreensão de que não pode mais voltar para a casa de sua mãe, reafirmou ter certeza de que não pode mais voltar. Seu maior sonho é conseguir um emprego e poder manter seu filho sem precisar mandá-lo para o município onde tudo aconteceu. Todos os dias fala com a mãe por telefone, mas disse que sente saudades de toda a família. Revelou que tem receio de que seu pai faleça e ela não consiga vê-lo. Ele nunca veio visitá-la, em decorrência da sua condição de saúde:

Sinto falta dele, sinto falta das minhas irmãs, sinto falta de tudo. Eu tô aqui só, praticamente eu tô só, tá só eu e o Paulo. Não tenho mais contato com ninguém. O que me conforta é o Paulo, porque se não fosse eu já tinha me matado, me suicidado, sei lá... É bem difícil ficar longe da família (ANA, 26 anos).

O relato de Ana ratifica a perspectiva de Durham (1984) de que nenhuma migração pode ser compreendida exclusivamente como um deslocamento geográfico. A falta que Ana disse sentir dos pais, das irmãs e de todo o resto converge com a compreensão de que a migração é um fenômeno que desata os laços sociais e familiares (Martins, 1984 *apud* Silva et al, 2016). No caso da migração forçada, a ruptura pode ser ainda mais dolorosa, tendo em vista que a depender da situação pode não haver a possibilidade de um reencontro.

3.4 Valentina: a militância social tem que respeitar o “proceder”

Como abordado no capítulo anterior, o aparecimento das organizações criminosas, como as conhecemos atualmente, tem relação direta com as condições

desumanas às quais os presos estavam submetidos no sistema carcerário. Corrobora com esse argumento a história do surgimento daquelas que são consideradas as duas maiores organizações criminosas do Brasil: o CV e o PCC, pois ambas nascem a partir da união de presos, amparadas pela ideologia de enfrentamento à opressão do sistema penitenciário. Ousamos dizer que, considerando seu aspecto ideológico, a origem destas organizações criminosas representa um ato de defesa dos direitos humanos, explicitamente expresso na adoção do lema “Paz, Justiça e Liberdade”.

Segundo Manso e Dias (2018, p.143), os discursos do PCC focaram o papel do crime na resistência a um “sistema opressor” que humilha e oprime os pobres. Os autores apontam ainda que, em 2006, o PCC elaborou um manifesto⁵³ com clara inspiração nas Comunidades Eclesiais de Base e realizou uma ação de sequestro para divulgar suas reivindicações inspirada no Mini manual do guerrilheiro urbano de Carlos Marighella.

Retomando as características do crime organizado indicadas por Mingardi (1998), cabe ressaltar que o controle territorial ocorre não apenas pelo monopólio da violência e a imposição da lei do silêncio, mas também por uma relação clientelista estabelecida com a comunidade. Como afirma Lessing (2008):

À medida que crescem e conseguem dominar o comércio de drogas em toda a comunidade, as empresas se envolvem em ações comunitárias. Isso inclui o estabelecimento da ordem pública: as empresas normalmente impõem e aplicam proibições de assalto, roubo, agressões, homicídios, estupros e assim por diante. Outra possibilidade são investimentos limitados em infra-estrutura e bens públicos (campos de futebol, ruas, serviços de transporte etc.) e ações assistenciais pela distribuição direta de medicamentos e cestas básicas (LESSING, 2008, p. 54).

Essas ações demonstram que na proporção em que a empresa de tráfico se fortalece ela toma medidas que garantam o afastamento do estado, seja no caráter repressivo, seja no caráter assistencial. Portanto, o afastamento do estado, bem como o resguardo de informações que possam de alguma forma expor o movimento da facção podem ser consideradas “regras de ouro” do “proceder”. E, assim, qualquer transgressão deverá ser devidamente punida. Dito de outra maneira, o crime organizado respeita a defesa dos direitos humanos, a atuação dos

⁵³O referido manifesto tinha como título “Grito dos Oprimidos Encarcerados”, seu conteúdo está disponível em: MANSO E DIAS, 2018, p. 144.

movimentos sociais e o trabalho comunitário deste que estes respeitem os códigos de conduta do crime organizado.

Paiva (2019) teve a oportunidade de ouvir de lideranças comunitárias, educadores sociais e militantes políticos que, depois da chegada das facções, a atuação no território é cercada de cuidados e negociações. Como o autor relata:

As ameaças às lideranças comunitárias se mostraram reais no dia 10 de novembro de 2017, quando a líder comunitária Cristina Poeta foi baleada em uma parada de ônibus por dois homens. Apesar de não existirem provas, os rumores entre moradores e militantes da área de humanos retratam uma **possível retaliação em virtude do envolvimento da líder comunitária com projetos de segurança do Governo**, inclusive fazem menção a um agradecimento público que ela teria feito ao comando da Unidade de Segurança (UNISEG) que funcionava na região (PAIVA, 2019, p178, *grifo nosso*).

Cristina Poeta feriu o “proceder”. O caso teve grande repercussão social, diria que Cristina Poeta era um símbolo cultural de Fortaleza. Por diversas vezes tive a oportunidade de vê-la divulgando sua arte e lutando pela manutenção do projeto social de incentivo à leitura de crianças e adolescentes, que mantinha em sua residência: a *Casa da Poeta*. Com um sorriso ímpar e a alegria de uma criança passava nas salas de aula das Universidades Estadual e Federal declamando poesias e vendendo seus cordéis. Foi a partir da leitura de Paiva (2019) e da reflexão acerca do caso da Poeta que percebi a importância de buscar essa terceira interlocutora. E agora descrevo a sua trajetória.

Valentina é uma líder comunitária, com atuação mais intensa na região do Grande Bom Jardim⁵⁴, tem 55 anos de idade, é separada e mãe de duas filhas (Priscila, 35 anos e Gabi, 36 anos), das quais uma foi “adotada” no decorrer do seu trabalho comunitário. Quando nos propomos a pesquisar acerca das mulheres que foram obrigadas a migrar em decorrência de situações de violência urbana diversas e que buscaram atendimento em programas de proteção a pessoas ameaçadas, acreditamos que as trajetórias viriam do PPCAAM e do PROVITA, tendo em vista que a metodologia de proteção destes dois programas consiste, necessariamente,

⁵⁴O Grande Bom Jardim compreende cinco bairros: Bom Jardim, Siqueira, Canindezinho, Granja Lisboa e Granja Portugal. Consta no site do Centro Cultural do Grande Jardim (CCBJ) que, de acordo com o ranking dos bairros segundo o índice de vulnerabilidade, os cinco bairros que compõem o Grande Bom Jardim encontram-se entre os doze mais vulneráveis de Fortaleza. Disponível em: <http://ccbj.redelivre.org.br/grande-bom-jardim-territorio-e-contexto-social/> Acesso realizado em: 07/09/2019.

na retirada dos usuários do local da ameaça e sua reinserção social em local seguro. Deste modo, a principal medida de proteção representa um deslocamento interno.

Diferente do que ocorre no âmbito do PPDDH, em que o usuário é mantido no local da ameaça, cabendo ao programa articular uma rede de proteção para essa permanência, de modo que a luta em defesa dos direitos humanos não venha a ser interrompida. Entretanto, em caráter excepcional, em decorrência da gravidade da ameaça, pode ocorrer a retirada do defensor de direitos humanos da região de risco.

O que ocorre é que desde a implantação do PPDDH no Ceará, em julho de 2012, até 2017 nunca tinha havido a necessidade de promover essa medida de retirada de um defensor de direitos humanos. Realidade que mudou nos últimos dois anos. Do segundo semestre de 2017 ao primeiro semestre de 2019, cinco defensores de direitos humanos vivenciaram o deslocamento interno. Dentre estes casos, há situações em que a ameaça foi tão grave que o deslocamento interno ocorreu de maneira emergencial e em caráter definitivo. Essa mudança pode ser atribuída à presença das facções nos contextos de atuação dos defensores de direitos humanos.

A história de Valentina é uma delas. Aos 07 anos de idade os pais de Valentina deixaram sua cidade natal, localizada na Região do Maciço de Baturité, com nove filhos, em busca de oportunidades de trabalho e uma melhor condição de vida na capital. Seu pai era padeiro e sua mãe dona de casa. Nesse momento da entrevista, Valentina lamentou a perda dos pais, disse que ainda é difícil aceitar a morte, é forte para muitas outras coisas, mas ainda não sabe lidar com a morte.

Chegando a Fortaleza foram morar com seus avós maternos, no Bairro Y⁵⁵. Trabalhando em uma padaria, seu pai conseguiu comprar um terreno ao lado casa do seu avô e construiu um “vão⁵⁶” e um banheiro para eles morarem. Valentina disse que morou neste local durante 25 anos, desde os 13 anos começou a trabalhar para ter o seu “dinheirinho”, vendendo produtos da Avon e da Hermes. Quando Valentina engravidou, aos 20 anos, seu pai a obrigou a casar. Seis meses

⁵⁵ O Bairro Y está situado na Secretaria Executiva Regional V e também pertence ao grupo de bairros com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da capital, Fortaleza.

⁵⁶ “Vão” em uma linguagem coloquial é sinônimo de “cômodo”, “compartimento”.

depois ela se separou e assumiu sozinha a criação de sua filha, seu ex-companheiro nunca dividiu essa responsabilidade.

O pai de Valentina demorou a aceitar sua condição de “mulher separada”, enquanto isso, ela vivia trabalhando e morando de aluguel. Quando sua filha já estava com cinco anos, a relação com seu pai melhorou e ele passou a ajudá-la. Na época estava iniciando o loteamento do Bairro Z⁵⁷, seu pai comprou um lote e resolveu presentear-la para que ela pudesse ter sua própria casa.

Nesse período, Valentina trabalhava em uma gráfica no centro da cidade, ela resolveu pedir ao seu patrão para morar na empresa, para que com a economia do aluguel e do transporte tivesse condições de construir sua casa. Morou durante três anos na empresa, dormia nas almofadas dos sofás. Nos finais de semana ia visitar sua filha, que estava morando com seus pais, e ver o andamento da construção. Disse que tinha a sensação de que a obra não avançava, até que a dona do depósito e a própria vizinhança a alertou sobre o desvio de material que vinha sendo feito pelo mestre de obras. Ela lembrou que ficou extremamente desapontada com essa notícia, pensando em todo o sacrifício que estava fazendo para comprar o material e pagar a mão-de-obra. “Foi muito perverso pra toda a vida que eu tive”.

Valentina foi morar no Bairro Z em 1993, mas antes disso já frequentava a região porque seus avós haviam se mudado já há alguns anos do Bairro Y para um sítio no Bairro Z. Por conta disso, afirmou que já conhecia as dificuldades do bairro. Contou por exemplo que todo inverno ia trabalhar com água na altura do seu joelho. E Valentina ficava inconformada com aquela situação:

E eu dizia assim: Meu Deus, valha, aqui não tem ninguém pra brigar... Eu dizia brigar, né!? Aqui não tem ninguém pra brigar por isso. Aí minha vó dizia: “Ah, minha fia, aqui todo ano aparece prefeito e candidato a prefeito, que vai fazer não sei o quê, que vai fazer não sei o quê”. Vó, mas não tem uma associação...? Porque lá no Parque São José tinha, pra você vê que ironia. (...) E aí, o que acontece, quando eu vou pra lá e me queixo com a minha vó de tantas coisas que eu não via, né!? E aí tinha uma senhora, que lavava a roupa da minha vó lá, né!? E via eu dizer: vó, pelo amor de Deus, isso é um absurdo, não sei o quê... Vó, não tem uma associação, não pode isso... Vó, isso é direito. (...) Aí essa senhora que tava lavando roupa disse assim: “ai você tá criticando que não tem isso não tem aquilo, nós temos

⁵⁷ O Bairro Z está situado na Secretaria Executiva Regional V e também pertence ao grupo de bairros com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Fortaleza e integra a região chamada de Grande Bom Jardim.

uma associação aqui no bairro. É porque o povo só fala, fala, fala, mas não ajuda”. (VALENTINA, 55 anos).

Valentina aceitou o convite da senhora que estava lavando roupas e um dia foi conhecer a associação, disse que no início ficou sem entender por qual motivo algumas atividades aconteciam na casa da presidente da época e por que parte do material da associação ficava no salão paroquial. Ela disse que: “tinha uma caixa assim, de leite Ninho, lembro como se fosse hoje, cheia de papel. Eu disse: Minha nossa! Isso é uma associação... Aquilo me chocou”. Com isso, um dos primeiros passos foi organizar a documentação, por conta desse trabalho na eleição seguinte foi nomeada secretária e na eleição posterior assumiu a presidência, cargo que ocupou por dois mandatos.

Ao discorrer sobre a violência como evento de ressignificação, Paiva (2008, p.4) narra histórias de vida de moradores do bairro Bom Jardim que de modo direto ou indireto foram afetados por acontecimentos que envolvem o uso da violência de outros contra eles ou pessoas próximas. O pesquisador identifica duas formas de ressignificação: 1) ações visando a proteção física e material e 2) ações para a solução do problema. Em uma das histórias, sua interlocutora, chamada Eunice, afirma que o assalto produziu um “estalo” para a situação da Comunidade (PAIVA, 2008, p. 10). Considerando que o primeiro grupo apresenta uma ação de cunho mais individual e o segundo grupo uma ação mais pautada por uma preocupação com o coletivo, situaria Valentina no segundo grupo. No entanto, gostaria de chamar a atenção para o fato de que não foi um evento específico de violência urbana que a fez ressignificar sua relação com a comunidade, mas sim a série de violações de direitos a que, na sua compreensão, a comunidade vinha cotidianamente sendo submetida.

Ao assumir a presidência da Associação Valentina dedicou-se integralmente ao trabalho comunitário, seu “expediente” era de 7:00h às 22:00h, diariamente, resolvendo problemas de toda ordem. Perguntei de que forma ela mantinha sua subsistência, tendo em vista que não havia qualquer remuneração. Ela respondeu que sua filha Gabi estava atuando como educadora social e ganhava uma bolsa no valor de R\$ 70,00, com esse recurso elas pagavam as despesas correntes (energia elétrica e água) de casa. Quanto à alimentação, durante o dia contava com a solidariedade dos vizinhos da Associação e também com os lanches

fornecidos por uma entidade com a qual tinha parceria, para um dos projetos sociais. Perguntei então como Gabi, sua filha de coração, entrou na sua vida.

Gabi foi um trabalho que foi fazer e eu garimpei ela pra entidade por achar ela assim muito... Muito inteligente. Gabi era junta com um rapaz já há dez anos e vivia detrás da associação (...). A família que ela morava tinha quinze pessoas numa casa (...). Um dia eu cheguei e o povo da Associação veio me dizer: “D. Valentina, a Gabi passou a noite naquele banco ali da praça”. Aí os vizinhos disseram que ela tinha tido uma briga muito grande com esse cara que ela vivia (...). Um belo dia eu cheguei e disse assim: “Gabi, eu tô sabendo que tu tá dormindo nas calçadas... O que é que tá rolando, posso ajudar?” Aí ela disse: “Ninguém pode ajudar”. (...) e aí eu perguntei: “quer jantar comigo hoje?” Mas eu percebi que chegava a noite ela não queria ir. Aí eu disse: “se você quiser dormir aqui hoje, tem uma rede aí, é tranquilo, pode dormir”. (...) Quando foi no outro dia ela que perguntou: “posso te acompanhar até em casa?” Aí eu disse: “Gabi eu tenho um acordo pra fazer contigo, é pegar ou largar (...) Eu sei que não tá mais com o cara lá. Eu moro aqui só, então se você quiser morar comigo... Mas eu não tenho nada a oferecer a não ser um teto, a lhe ajudar como posso, agora financeiramente tá puxado. Eu praticamente vivo do que o povo me dão, ou então meus pais trazem pra mim, porque eu vivo pra entidade. Aí ela disse: “tudo bem!” Aí ela chegou lá em casa com uma sacolinha daquela de mercantil com quatro roupinha dentro (VALENTINA, 55 anos).

Gabi morou durante seis anos com Valentina, até casar com a pessoa com quem teve sua primeira relação homoafetiva. Valentina falou com muito orgulho que Gabi formou-se em Pedagogia e atualmente cursa pós-graduação. Era um sonho compartilhado entre as duas que se tornou realidade. Valentina disse que as pessoas ficam surpresas com o fato de Gabi ser tão parecida com ela, ressaltou sua determinação e seu amor pelo trabalho social.

Valentina disse que “só tem a agradecer a Deus pelas filhas que tenho”. Priscila não quis se formar, mas também é motivo de orgulho, segundo ela, a jovem não fuma, não bebe e não lhe traz grandes preocupações. Apenas apresenta uma queixa de que sua mãe teria vivido a vida inteira dedicada aos filhos dos outros, à comunidade e não a ela. Valentina disse que diante desta queixa, sempre respondia da seguinte maneira: “a gente ajuda quem tá precisando e você tá bem. Você tem meu pai, você tem minha mãe, você tem a mim, a gente conversa e tudo, a gente se entende”. No entanto, reconhece que a filha em certa medida tem razão: “realmente eu larguei tudo, tudo, pelo social”. Havia uma cobrança por parte da família de Valentina em relação à sua doação ao trabalho comunitário.

Durante sua gestão na Associação (2002-2010), Valentina relatou que a entidade realizava inúmeras atividades, havia ações voltadas para crianças e

adolescentes, ações de fortalecimento dos vínculos comunitários, ações culturais e de prestação de serviços. Todo o trabalho foi desenvolvido com muita dificuldade, a contribuição mensal dos sócios era um valor de R\$ 2,00, mas do total de setenta sócios sempre havia os que não colaboravam. A parceria com a entidade social que mantinha um projeto voltado para os adolescentes foi fundamental, mas não era suficiente, então, frequentemente havia a realização de bingo e bazar de produtos doados.

Após deixar a presidência Valentina continuou com seu trabalho comunitário e de articulação interinstitucional, mas não mais inserida nas atividades cotidianas da entidade. Estava desenvolvendo um trabalho comunitário, com vínculo empregatício em um equipamento público, quando se deparou com uma situação que estava chamando a atenção de todos os educadores sociais: havia três crianças que passavam o dia todo no equipamento. Valentina então foi buscar na comunidade informações sobre a família das crianças. Começou aqui a relação entre Valentina e a família que passou a ser o motivo do seu deslocamento.

As crianças eram os filhos menores de D. Lourdes, que trabalhava como cuidadora de idosos e tinha certo descuido com a educação dos filhos. Vamos chamá-los de André (07 anos), Adriano (09 anos), Camila (12 anos) e Carol (15 anos). Os três mais novos eram os que sempre estavam no equipamento, portanto, fora da escola. Valentina conheceu a irmã de D. Lourdes, a Sra. Amélia, e conversou com ela sobre a necessidade de matricular as crianças na escola. Diante não se dispôs a ajudar, deixou com a tia o número do seu celular pessoal, para que D. Lourdes entrasse em contato quando pudesse. Após muitas tentativas, passaram-se seis meses, até que conseguiu conversar com a mãe das crianças. Valentina disse que D. Lourdes contou todas as misérias da vida dela, “até eu disse: ela não tinha um caso pra mim resolver, ela tinha todos os equipamentos públicos, de serviço público que teria que dar”. O coordenador de Valentina no trabalho a deixou responsável por acompanhar o caso de D. Lourdes.

Valentina encaminhou todas as demandas que estavam ao seu alcance: providenciou a certidão de nascimento do André, conseguiu vaga para todos na escola, conseguiu cesta básica com outras instituições do bairro, buscou a inserção da família em um projeto social de habitação, acompanhou a atualização do Programa Bolsa Família, no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e

conseguiu uma internação em uma unidade de saúde para o filho de D. Lourdes com dependência química. Ao todo, D. Lourdes tinha nove filhos, dois estavam presos e tinha um com dependência química. Certo dia este último, sob o efeito de drogas, bateu em seus irmãos menores e, por conta disso, foi expulso da comunidade:

E a D. Lourdes, ela me ligava 24 horas, eu tava fora do “equipamento” e tudo, sabe? E a Carol, que a D. Lourdes sempre dizia assim: “Essa menina é assim, Valentina, ontem eu *quais* mato ela, chegou em casa 3h da manhã e eu não sei por onde ela anda”. E eu dizia, você sabe por onde ela anda. Sentava com a Carol, pra conversar com a Carol. Aí eu conversava com a Carol. Carol, vamos estudar abençoada, tu me prometeu que ia estudar, tu me disse que quer ser médica, como é que tu quer ser médica sem estudar, né!? Então assim, eu nunca procurei saber, nunca, porque não é meu papel. O que é? Sabe... Quem? Porque não é meu papel, isso é papel da polícia, não é meu (LOURDES, 55 anos).

O regime de trabalho de Valentina no citado equipamento público se efetivava por meio de contrato por tempo determinado. Em 2019 estava desempregada, mas disse que não perdeu o vínculo com a comunidade. Certo dia foi visitar D. Lourdes e ficou impressionada com o local que ela estava morando: “foi prum canto assim... da miséria, da miséria, da miséria, foi a derrota dela”. Tratava-se de um aglomerado urbano sem qualquer estrutura. Valentina cobrava responsabilidade de D. Lourdes em relação ao cuidado com os filhos menores. Ela relevou que havia um carinho especial pelo menino André, “parecia um encontro de alma, deve ter sido o filho que eu não tive”.

Valentina estava acompanhando as mensagens de seus grupos no *WhatsApp*, quando viu uma notícia de que tinham assassinado uma adolescente em um dos bairros do Grande Bom Jardim⁵⁸. Ela manifestou-se, perguntando se sabiam a identificação da adolescente, para que pudesse prestar apoio à família. Pouco tempo depois veio a resposta de que a adolescente assassinada era Carol, filha de D. Lourdes.

Quando eu fiquei sabendo eu corri pra lá, pra casa onde ela morava, né!? (...) Dizem que ela tentou falar comigo, mas não conseguiu. Então eu fui pra lá pra essa casa, tava tudo fechado, parecia um deserto, parecia que o povo tinha tudo se mudado do lugar. E eu perguntei onde ela estava, né!? Ia passando uma pessoa e disse: “mataram a filha dela, né!?” E eu disse: é por isso mesmo, senhora, que eu estou atrás.

⁵⁸As informações terão um caráter mais genérico, para evitar a identificação do caso real. Nesse sentido, além da identificação das pessoas que já vem sendo preservada ao longo de todo o trabalho, serão mencionados apenas os locais que se remetem a órgãos públicos e não será feita qualquer referência à data.

Valentina dirigiu-se à casa da irmã de D. Lourdes, D. Amélia, disse que em momento algum perguntou: “O que foi? Como foi? Onde foi?”. Só queria saber onde estava D. Lourdes e de que forma poderia ajudar. Reiterando que seu papel não é investigar, é acolher. E assim vem a trinta anos atuando na região. No entanto, Valentina comentou que D. Amélia disse que Carol estava ameaçada, que tinham lhe dado três dias para pagar uma dívida. Ainda segundo a D. Amélia, nesse período da ameaça a facção implantou duas pessoas dentro da casa de D. Lourdes para monitorar Carol.

Por telefone, D. Lourdes informou para Valentina que o corpo de Carol não seria liberado naquele dia, pois havia entrado no Instituto Médico Legal (IML) sem identificação e, também, ela precisaria ir à Unidade de Pronto Atendimento (UPA), para pegar a documentação necessária à concessão do auxílio-funeral. Reiteradamente D. Lourdes dizia que queria ver Valentina. Enquanto aguardava a chegada de D. Lourdes na casa de D. Amélia, para acompanhá-la até a UPA, Valentina que pegou todo o dinheiro que tinha (R\$ 100,00 que estava reservado para pagar seu MEI – Microempreendedor Individual) e mandou comprar lanche para André, Adriano e Camila, um pacote de café para a casa de D. Amélia e o troco serviria para pagar os deslocamentos que precisaria fazer com D. Lourdes.

No dia seguinte pela manhã, D. Lourdes retornou ao IML acompanhada de Valentina e de uma profissional da área social que atuava em uma instituição do Grande Bom Jardim, que chamaremos de Iana. Mais uma vez foi preciso “negociar” a liberação do corpo, desta vez não pela falta de identificação, mas pela falta de endereço que a condição de moradia de D. Lourdes lhe impunha. Ela não possuía nenhum comprovante de residência, formalmente, era como se sua casa não existisse. Valentina conseguiu mediar a liberação com inspetora do IML, em seguida:

Quando eu vou lá pra fora, que vem a parte cruel e fatal, que é o reconhecimento do corpo. Aí negavéa, a D. Lourdes desabou... Pirou... Fez o que qualquer ser humano normal, né!? (...) Ela se agarrava comigo e dizia: D. Valentina, pelo amor de Deus me ajude, me ajude, me ajude... Um abraço tão desgraçado de forte, né!? Em tempo de me quebrar. (...) Aí a D. Lourdes ficou querendo ganhar aquela rampa ali correndo, aí eu vou e seguro a D. Lourdes aqui e prendo ela aqui na parede (*nesse momento Valentina levantou-se e encenou como havia feito para conter D. Lourdes*). D. Lourdes, pelo amor de Deus, mulher, não faça isso comigo não, em nome de Jesus, D. Lourdes, mulher, eu não vou aguentar, mulher, não faça isso comigo não, porque ela foi pra desabar embaixo da pista ali, né!? Quando eu estava segurando, que eu consegui pressionar as minhas mãos

aqui na parede pra não deixar ela correr, **aí foi onde tudo aconteceu por eu estar aqui** (VALENTINA, 55 anos, *grifo nosso*).

Essa última expressão de Valentina marca a entrada da polícia na história. No momento em que ainda estava contendo D. Lourdes, elas foram abordadas por um policial civil, que disse que precisava conduzir D. Lourdes à Delegacia. Valentina ponderou que aquele não era o momento, D. Lourdes estava em choque, prestes a seguir para o enterro de sua filha. O policial foi para a viatura e a abordagem seguinte foi realizada diretamente pelo delegado que, segundo Valentina, chegou acusando-a de que ela estaria obstruindo o trabalho da polícia. Valentina não se conteve e respondeu:

Senhor, pelo amor de Deus! Primeiro, tem uma pessoa que tá ali que precisa ser enterrada *meno* com dignidade, a família tá lá no cemitério esperando o corpo e esperando a mãe. E o Senhor quer falar com ela, aqui? (...) Seja lá o que forque o Senhor queira saber, ela precisa chegar até o cemitério, enterrar a filha, ter o direito de chorar, de ver os seus familiares, tá todo mundo lá esperando.

O delegado não cedeu às argumentações de Valentina e a D. Lourdes concordou em acompanhá-lo, desde que Valentina também fosse. Assim, foram todas conduzidas à Delegacia. De acordo com Valentina, a contragosto o delegado as liberou para o enterro, mas logo após o enterro determinou que retornassem. “Eu sei que nós chegamos, foi olhar pra Carol e enterrar. Não deu pra fazer reza, rosário, rezar, encomendar... Nada! Nada! Nada!”

Iana havia articulado um atendimento psicológico para D. Lourdes e seus filhos após o enterro, porém o mesmo não pode ocorrer em virtude da determinação do delegado de retornar à delegacia. Valentina avaliou que houve uma série de equívocos na condução dos atendimentos prestados à família. A partir daquele momento D. Lourdes já não retornou mais para a comunidade e Valentina e Iana retornaram à casa de D. Amélia para informar que D. Lourdes havia ficado com a psicóloga e que passaria a noite em um local onde pudesse descansar. Deixaram claro que dali em diante já não era mais com elas, que D. Lourdes estava com o número de contato dos seus familiares e que a profissional que a atendeu ligaria no dia seguinte. As duas tinham plena consciência de que em momento algum poderiam falar em polícia.

Na semana seguinte, Valentina continuou prestando apoio à família, dentro do que já era o seu trabalho comunitário. Acompanhou D. Amélia ao CRAS e conseguiu um atendimento para o filho de D. Lourdes com dependência química (Beto) no Centro de Apoio Psicossocial (CAPS). Entretanto, no sábado, um dos filhos de D. Lourdes (Hugo) entrou em contato com Valentina, dizendo que sua tia precisava falar com ela. Valentina então passou o dia ligando para D. Amélia para entender essa necessidade, mas não obteve êxito. Ao compartilhar o chamado com outros parceiros de militância social, foi orientada a não comparecer. Depois que justificou para o filho de D. Lourdes que não poderia comparecer à casa de D. Amélia na hora marcada, recebeu quatro áudios de outro filho da D. Lourdes (Jairo), gravados e enviados pelo celular de D. Amélia. Um dos áudios dizia o seguinte:

Como é que a senhora sai com a minha mãe e de repente volta dizendo que ela ficou lá no psicólogo, num sítio não sei o quê e vem dizendo... Antes de minha mãe sair ela disse que ia ficar lá. Você sabe de alguma coisa sim, como você não sabe? Como é que você vem com uma história dessa, dizendo que não sabe? Minha filha, aqui tava perto da gente ter uma “targédia”. Vocês ficam fazendo a merda aí ó, só sobra pra nós aqui, que tamo aqui. Por que vocês não pensa em nós que tamo aqui? Aqui é favela, minha fia! Ninguém pode fazer nada não. O certo que isso aí foi errado, mas ninguém pode fazer nada não (Jairo).

Valentina passou a ser cobrada pela ausência de D. Lourdes, Jairo chegou a estabelecer um prazo para que ela informasse onde estava sua mãe. Nos outros áudios Jairo disse que a facção estava sabendo de tudo, inclusive quem foi à Delegacia com ela. Disse ainda que o advogado da facção tinha tido acesso a todo o depoimento de D. Lourdes e o que eles estavam exigindo é que sua mãe retirasse a queixa e dissesse que não conhecia ninguém.

Em decorrência desta cobrança de informações, Valentina está vivenciando um deslocamento interno. Na data em que conversamos, ela estava há três meses fora de casa e longe de seus amigos e familiares. Diante de sua atual situação, perguntei qual era o seu maior medo. E ela respondeu:

“Cara, é... eu não sei nem se a palavra é medo, sabe? (...) Eu tenho revolta, tenho revolta. Medo eu tenho dos meus, o que é os meus? Eu tenho medo de alguma coisa, por minha causa, as minhas filhas ter que pagar, meus familiares ter que pagar por algo que não fez. Eu também não fiz, mas eu tenho medo de repercutir nas pessoas que eu convivo, nos meus amigos de movimento que é mais próximo (...). É... eu tenho esse medo, no geral, de alguém pagar por algo que não está devendo e o segundo medo é de uma exclusão. Da minha presença ser uma ameaça pras pessoas, né!? Pra mim

que trabalho a inclusão, eu ser a exclusão nesse momento. A questão de você dizer assim: “você não tem medo que eles te mate”? Cara, aonde eu tiver eles vão me achar.

Valentina relatou que já no seu primeiro mês distante de casa apresentou inúmeros problemas de saúde: pneumonia, infecção urinária, insônia. Situação que nunca havia lhe ocorrido. Ela disse que é muito perverso o que está passando e fica se perguntando: “Meu Deus, qual foi o mal que eu fiz? Que eu já faço isso há tanto tempo”. No entanto, ao que parece, ela já tem a resposta. No decorrer da conversa afirmou que tem convicção de que tudo o que está passando é repercussão da forma como o delegado conduziu o caso.

Ela não aceita a justificativa de que foi obrigada a se deslocar porque a violência urbana vive outro contexto, tendo em vista que, mesmo após a chegada das facções criminosas, ela nunca teve a menor dificuldade de transitar nas comunidades. Relatou várias situações que acompanhou em que se corria o risco de “matarem de novo” a figura do morto (SÁ, 2011), como: velório a portas fechadas, porque havia a ameaça de invasão por parte da facção; velório em que só estava ela e a família da vítima, porque as pessoas da comunidade estavam com medo de ir; enterro “às pressas”, porque havia a ameaça de incendiar o corpo; ressaltando que nunca sofreu qualquer intimidação e/ou retaliação por estar presente nesses momentos.

Nesse contexto, o maior sonho de Valentina é voltar a ter direito à sua liberdade. “Eu quero ter minha vida de volta. Eu não devo nada a ninguém, eu não posso pagar pelo erro dos outros. (...) Eu luto por justiça e paz, paz e justiça e eu não tenho essa justiça e eu não tenho essa paz”. Diante de tudo o que está passando, o que ainda a conforta é saber que D. Lourdes, André, Adriano e Camila estão bem. Ela disse que pede diariamente em suas orações que eles não sejam tomados por um sentimento de revolta e que possam ressignificar o que aconteceu para fazer o bem, para lutar por vida.

Quanto à sua condição de deslocada interna, Valentina disse que não deseja o refúgio para o seu pior inimigo. A falta de liberdade, mesmo que compreenda que é em nome de sua segurança, a faz sentir-se em uma prisão domiciliar. A ruptura com sua rede de convivência comunitária apareceu de forma bastante dolorosa, gestos simples do cotidiano, como: sentar na calçada para conversar com os vizinhos e dividir uma xícara de café fazem muita falta. Além

disso, não poder acompanhar as dinâmicas familiares também é outro elemento que tem pesado, no período que Valentina está no refúgio faleceu um cunhado seu e uma de suas cunhadas perdeu um bebê aos nove meses de gestação. Em nenhuma das situações ela pode estar presente, para prestar solidariedade aos seus familiares.

A perspectiva é que Valentina retorne à sua casa, ela disse que precisa retornar, nem que seja para arrumar suas coisas para viver em outro lugar. Tem medidas que precisam ser tomadas, mas que outras pessoas não podem fazer por ela. Disse ainda que não dá pra sair assim: “de uma hora pra outra, foram trinta anos morando na mesma casa”. Tem uma história que precisa ser respeitada.

As três trajetórias das mulheres deslocadas internas narradas neste capítulo apontam que de alguma maneira elas desrespeitaram o “proceder”. No primeiro caso, a filha de D. Maria era suspeita de estar passando informações para a facção rival. Na trajetória seguinte, depois de um flagrante, Ana é acusada de entregar o esquema de tráfico de drogas para a polícia. E, por fim, a migração forçada de Valentina ocorre em decorrência de seu apoio a uma família que estava vivenciando um evento de violência urbana e era suspeita de ter passado informações para a polícia. A partir destas histórias pudemos nos aproximar do que representa passar por uma migração forçada e suas repercussões na vida das pessoas. A seguir trataremos dos deslocamentos internos, com o intuito de compreender as questões gerais que os envolvem, quais suas formas de expressão e, por fim, no contexto da violência urbana, os programas de proteção a pessoas ameaçadas enquanto política pública de deslocamento interno.

4 DESLOCAMENTOS INTERNOS: DESAFIOS PARA POLÍTICAS DE PROTEÇÃO A PESSOAS

Agora pensando segui ôtra tria,
 Chamando a famia
 Começa a dizê:
 Eu vendo meu burro, meu jegue e o cavalo,
 Nós vamo a São Palo
 Vivê ou morre.

Nós vamo a São Palo, que a coisa tá feia;
 Por terras aleia
 Nós vamos vagá.
 Se o nosso destino não fô tão mesquinho,
 Pro mermo cantinho
 Nós torna a vortá.

(Patativa do Assaré)

4.1 Os deslocamentos internos e sua motivação

Os versos de Patativa do Assaré revelam um fenômeno que faz parte da história do Ceará: o êxodo rural. As condições climáticas do estado, com longos períodos de estiagem e a concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários favoreceram um intenso fluxo migratório das pessoas do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida. Como vimos, por exemplo: com a família de Valentina, quando esta era ainda criança.

O poema “Triste Partida” narra o drama do homem do campo que diante de uma situação extrema, em que já não é possível manter a subsistência da sua família por meio da agricultura, vê-se obrigado a se desfazer do pouco que lhe resta e partir para a cidade, mesmo que a bagagem siga carregada da esperança de um dia voltar.

Já no campo científico, adotando a perspectiva de Durham (1984) é importante mencionar que nenhuma migração pode ser compreendida exclusivamente como um deslocamento geográfico. Nesse sentido, para compreender o êxodo rural enquanto processo migratório é preciso considerar que:

A migração consiste em abandonar um conjunto de relações pessoais permanentes que passam a ser esporádicas e integrar-se num outro conjunto de relações, que eram esporádicas e passam a ser permanentes. Uma família que se muda não vai apenas morar em outro lugar – vai morar com outras pessoas. Desse modo, a movimentação é definida frequentemente antes pela alteração nas relações sociais que pela modificação do lugar geográfico de residência (DURHAM, 1984, p. 137).

Antes de tratar do tipo de deslocamento interno que compõe o objeto da presente pesquisa, cabe ressaltar que o deslocamento espacial de populações pode ser tipificado de diversas formas, porém a mobilidade e a migração representam os tipos mais gerais (CARDOSO ; LOBO, 2016):

A mobilidade é um emaranhado de movimento físico, de significado e de prática. Cada um destes elementos da mobilidade é, em meu entender, político. Mobilidade é também movimento social. Combina o movimento (de pessoas, de coisas, de ideias) com os significados e as narrativas que os circundam (CARMO e SIMÕES, 2009, p. 25).

Para Hogan (2005), o termo mobilidade é usado como um conceito mais amplo que migração. A migração está relacionada à mudança de uma área para outra, que decorre em um determinado intervalo de tempo e com a mudança de residência, conforme consta no Manual de Métodos de Medição da Migração Interna (1970), da Organização das Nações Unidas (ONU). A mobilidade, por sua vez, pode nos fazer movimentarmos-nos sem sermos verdadeiramente móveis, tal como podemos ser móveis sem nos movimentarmos (CANZLER, *et al.*, 2008 *apud* CARMO ; SIMÕES, 2009).

Todavia, em decorrência da situação da cidade de Fortaleza, bem como de suas especificidades sobre a territorialização das facções criminosas nos bairros, adotaremos o conceito de migração forçada para pensar o deslocamento interno de mulheres, que pela ocorrência de ameaças de morte são obrigadas a deixar suas casas. De modo geral, pelo que tenho acompanhado nos casos que chegam à rede de proteção a pessoas ameaçadas e pelo que vimos nas narrativas do capítulo anterior, o deslocamento interno das mulheres deve necessariamente acontecer com a sua mudança de residência. Mais precisamente, com a sua saída do local de origem e com pouquíssimas perspectivas de retorno. Como narrado, das três interlocutoras, apenas Valentina alimenta a ideia de retornar para a sua casa. Talvez essa expectativa se deva à sua militância, já que para ela viver sem lutar já é não viver. O sentido da vida está na sua militância social.

Em 2018 a equipe do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) realizou o atendimento de um adolescente que estava ameaçado de morte pela facção que atuava em seu município, o rapaz tinha voluntariedade para ingressar na proteção, porém condicionou a sua entrada no programa ao ingresso de sua mãe. A mãe, contudo, manteve-se firme em dizer que não deixaria sua casa para acompanhar o filho. Infelizmente, uma semana após o atendimento, a equipe soube que o adolescente foi morto no dia seguinte ao seu retorno para o município.

Reitera-se aqui a perspectiva de que a migração é mais que um deslocamento físico. Assim como o sertanejo que migra para a cidade leva em si um pouco do sertão, apesar do processo de “dessocialização” que passa ao deixar seu local de origem (MARTINS, 2002 *apud* SILVA *et al.*, 2016), o mesmo movimento pode ser observado no caso das mulheres deslocadas internas.

Lembro-me do caso da Giselle⁵⁹, que teve que mudar-se para outro estado com um casal de filhos adolescentes em decorrência das ameaças de morte. No decorrer do conflito, ocasionado por uma disputa de terra em uma área de ocupação urbana, os ameaçadores chegaram a atirar na fachada de sua residência e, em outra oportunidade, invadiram sua casa e apontaram um revólver para a cabeça de sua filha reafirmando as ameaças. Durante um dos atendimentos de monitoramento do caso, após Giselle já está morando em outro estado, ela relatou que sua filha estava sentindo saudades de tudo, até do “Águia Dourada”. Na hora não perguntei o que era, imaginei que fosse algum time ou algum movimento de jovens do bairro. Dias depois descobri que se tratava de um repórter de um dos programas policiais de TV que cobria os locais de crime usando jaqueta e luvas pretas com uma grande águia dourada bordada nas costas.

Outro aspecto relevante para a presente discussão é a distinção entre migração voluntária e migração forçada. A migração enquanto ato voluntário é o deslocamento espacial de populações, em geral, em busca de uma vida melhor (WEISS, 2018). A migração forçada, como o próprio nome sugere, se refere àquele tipo de deslocamento em que os atores são coagidos direta ou indiretamente a abandonarem os seus lugares habituais de residência (LIMA, 2017). Para ilustrar

⁵⁹ Vale lembrar que todos os nomes próprios mencionados no decorrer deste trabalho são fictícios.

essa distinção, pensemos a condição de migrantes e estudantes em contraposição à condição de refugiados e exilados:

Um dos primeiros critérios que diferenciam tais grupos, segundo a literatura especializada, é a liberdade de escolha de que alguns deles desfrutam, inicialmente, ao tomar a decisão de deixar o país de origem. Os migrantes e os estudantes teriam, em princípio, *liberdade* de partir e de voltar ao seu país natal, enquanto que os exilados e os refugiados seriam *forçados* a partir por razões que lhes são exteriores e obrigados a ficar afastados do país de origem por um tempo mais ou menos longo (VASQUEZ E XAVIER DE BRITO, 1993 *apud* BRITO, 2010, p.439).

Os deslocamentos internos abordados neste capítulo serão exemplos de migrações forçadas ocorridas no Ceará, tendo em vista que essas pessoas e/ou seus familiares foram ameaçados de morte, portanto, o deslocamento se torna, nesse contexto, a única forma de proteção da vida. Nesse sentido apego-me a seguinte definição:

Movimento migratório onde existe um elemento de coerção, incluindo-se ameaças à vida e aos modos de vida, seja decorrente de causas naturais ou humanas, por exemplo: movimentação de refugiados e de pessoas deslocadas, assim como de pessoas deslocadas por desastres naturais ou ambientais; desastres químicos ou nucleares, fome ou por projetos de desenvolvimento (IOM, 2011, p. 39 *apud* LIMA, 2017, p. 28, *grifo nosso*).

Para o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) as pessoas forçadas a se deslocar podem estar representadas nas seguintes categorias: refugiados e deslocados internos. Segundo o ACNUR, os refugiados são pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados. “Os refugiados estão tanto territorialmente fora do alcance das medidas de seu país de origem quanto politicamente desconectados de seu estado-nação”(WEISS, 2018, p. 118).

Já os deslocados internos, para o ACNUR, são pessoas que mesmo tendo sido forçadas a deixar seus lares por razões similares às dos refugiados (perseguições, conflito armado, violência generalizada, grave e generalizada violação dos direitos humanos), permanecem legalmente sob proteção de seu próprio Estado – mesmo que esse Estado seja a causa de sua fuga. Pensando as trajetórias narradas a partir deste conceito, mais uma vez a história de Valentina se

destaca tendo em vista que ela atribui à sua condição atual de deslocada interna à atuação equivocada de um agente público da Segurança Pública e atualmente conta com a proteção de uma política de estado.

Cabe destacar que essas definições da Agência da ONU para Refugiados são adotadas por outros organismos internacionais, como o Médico sem Fronteiras e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha. No caso desse trabalho, reafirmo que faço uso da expressão “deslocadas internas”, por se tratar de mulheres, chefes de família, em geral pobres, que foram obrigadas a migrar em decorrência de situações de violência urbana diversas, que acarretaram em ameaças de morte às suas vidas e/ou de seus familiares e buscaram atendimento em programas de proteção a pessoas ameaçadas.

Em março de 2018, dados do Observatório de Migrações Forçadas, do Instituto Igarapé⁶⁰, constatou que pelo menos 8,8 milhões de brasileiros foram forçados a se deslocar em função de desastres naturais, violência rural e empreendimentos de desenvolvimento, no período de 2000 a 2017. Essa informação compõe o artigo estratégico, número 29, cujo tema é *Migrações invisíveis: a crise de deslocamento forçado no Brasil*, lançado pelo Instituto Igarapé. O referido artigo apresenta um panorama geral do deslocamento forçado no Brasil, de 2000 a 2017, tentando identificar suas principais causas e consequências. Para tanto, explora as seguintes categorias: refugiados, desastres, desenvolvimento e violência.

No Ceará, é possível identificar claramente a ocorrência de três correntes de deslocamentos internos: 1) a migração forçada em decorrência da estiagem, com destaque para os anos de 1877, 1915 e 1932; 2) a migração forçada em virtude da realização de grandes projetos de desenvolvimento, como a construção do Açude Castanhão, de 1995 a 2002, e a construção de obras para a realização da Copa do Mundo de Futebol, em 2014; e 3) a migração forçada motivada pela violência urbana, com evidência para o *modus operandi* das facções criminosas a partir de 2016, com a expulsão de moradores e as ameaças de morte. Analisando estes

⁶⁰ O Instituto Igarapé é uma instituição sem fins lucrativos, independente e apartidária, dedicada às agendas da segurança, da justiça e do desenvolvimento. Seu objetivo é propor soluções inovadoras a desafios sociais complexos, por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e articulação. O Instituto atualmente trabalha com cinco macrotemas: (i) política sobre drogas nacional e global; (ii) segurança cidadã; (iii) cidades seguras; (iv) consolidação da paz; e (v) segurança cibernética. O Instituto Igarapé tem sede no Rio de Janeiro, com representação em Bogotá, Cidade do México, Lisboa e outras partes do mundo.

deslocamentos internos à luz dos conceitos apresentados no artigo *Migrações invisíveis* temos o seguinte panorama:

Quadro 2 – Evento, categoria, motivo, características

EVENTO	CATEGORIA	MOTIVO	CARACTERÍSTICAS
1) Migração forçada em decorrência da estiagem	Desastres	Desastres naturais e eventos adversos; degradação de longo-prazo.	Deslocamentos de curto, médio e longo prazos, associados a desastres naturais e eventos adversos (inundação, enxurrada, tempestade, alagamento etc.), e a degradações de longo prazo (erosão, estiagem, seca etc.). Afetam principalmente áreas periféricas e economicamente desfavorecidas.
2) Migração forçada em virtude da realização de grandes projetos de desenvolvimento	Desenvolvimento	Infraestrutura	Deslocamento de longo prazo, que pode vir acompanhado de programas de compensação. Geralmente associado a grandes projetos (hidrelétricas, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos etc.) e a megaeventos (estádios, complexos esportivos etc.).
3) Migração forçada motivada pela violência urbana	Violência	Gangues e Milícias	Deslocamento provocado por proximidade com área de confronto entre gangues e/ou milícias; perseguições devido à suspeita de associação com organizações criminosas; extorsão; perseguição a defensores de direitos humanos. Deslocamentos de curto, médio e longo prazos, predominantemente intra-urbano e entre cidades.

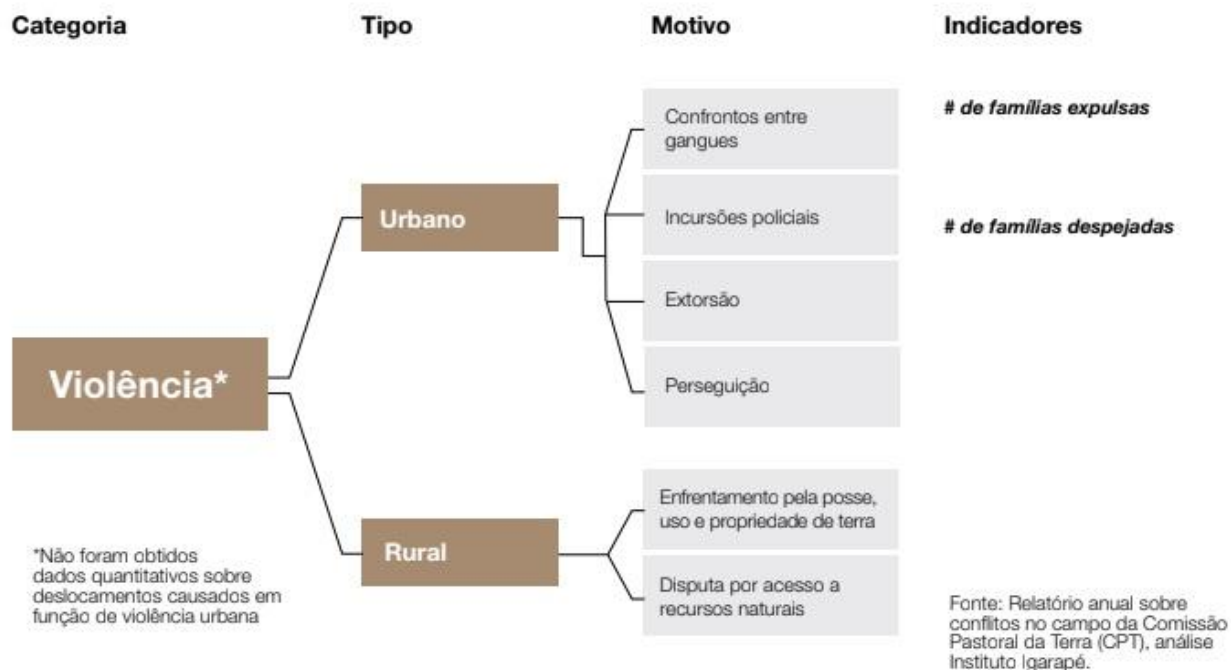
Fonte: Elaborado pela autora, com base em informações do artigo *Migrações invisíveis: a crise de deslocamento forçado no Brasil*, com um recorte das categorias que atendem à discussão de deslocamentos internos no Ceará (FOLLY, 2018, p. 03).

Considerando o objeto da presente discussão, a categoria violência será mais aprofundada⁶¹. Nesta categoria, de acordo com o artigo, o deslocamento forçado pode ser motivado pela atuação de gangues e milícias, pela atuação do

⁶¹ Para maior aprofundamento das categorias, segue link do documento: <https://igarape.org.br/migrantes-invisiveis/>

Estado (Forças Armadas e polícias) e por disputas e conflitos por terra (Estado e agentes privados). Por sua vez, essas motivações dividem a categoria violência em urbana e rural, conforme a representação abaixo:

Figura 4 - Categorias



Fonte: Instituto Igarapé, 06/03/2018.

Para tratar dos deslocamentos forçados pela violência rural, o Instituto Igarapé utilizou o Relatório Anual sobre Conflitos no Campo, da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Em virtude dos conflitos pelo acesso à terra, nos últimos dezessete anos foram deslocadas em média 67 mil pessoas por ano no Brasil.

No caso dos deslocamentos forçados motivados pela violência urbana é interessante observar que o artigo faz referência a uma reportagem do Jornal O Globo⁶² e menciona que confirmou a ocorrência do deslocamento forçado no contexto urbano a partir da realização de entrevistas com moradores de comunidades do Rio de Janeiro, que tiveram que deixar suas casas em decorrência das disputas entre facções rivais e das constantes incursões policiais com enfrentamento armado:

⁶² O GLOBO (2017). Moradores se mudam de favelas conflagradas, em êxodo que cresce no Rio. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/moradores-se-mudam-de-favelas-conflagradas-em-exodo-que-cresce-no-rio-2134041>>.

A violência criminal é frequentemente mencionada como uma das principais razões pela qual as pessoas migram, inclusive para outros países. Ainda assim, pouco se sabe sobre a quantidade de pessoas que são obrigadas a se mudar devido a crimes violentos. Embora haja evidências crescentes de que famílias inteiras são rotineiramente expulsas de suas moradias em função da atuação de gangues e milícias, não existem mecanismos para notificação e registro desta dinâmica. Muitos dos que vivem em contextos urbanos e são forçados a fugir obedecem à “lei do silêncio”, temendo retaliação, caso falem abertamente sobre violações sofridas (FOLLY, 2018, p. 27).

Mais uma vez ressalta-se a ausência de dados quantitativos acerca deste fenômeno. Assim como no Rio de Janeiro, campo de pesquisa do Instituto Igarapé, o Ceará também não dispõe de nenhum tipo de repositório voltado à centralização e sistematização de dados sobre deslocamento forçado.

Em 25 de abril de 2018, com base em dados do Núcleo de Habitação e Moradia da Defensoria Pública do Estado do Ceará (NUHAM), o jornalista Thiago Paiva assina a matéria que afirma que, pelo menos, 264 pessoas foram expulsas de suas casas pelas facções, em Fortaleza, no período de novembro de 2017 a abril de 2018. Cabe destacar que, de acordo com a reportagem, essas 264 pessoas representam 66 famílias. Todavia, conforme mencionado no segundo capítulo, o próprio profissional que atua no NUHAM questiona o quantitativo mencionado. Desta forma, no momento, apesar da inconsistência dos dados prejudicar o dimensionamento do fenômeno, as informações apresentadas não deixam de ser relevantes na medida em que confirmam sua ocorrência.

Com base no exposto, podemos inferir que a história de uma parcela da população cearense é marcada pelos deslocamentos internos. Como vimos, a migração forçada, em diferentes períodos, ocorre por diferentes motivos. Entretanto, há uma peça fundamental a ser considerada na análise desta engrenagem, qual seja: o deslocado interno. No tópico seguinte indicaremos pontos de conexão que liga a trajetória dos deslocados internos das três correntes de migração forçada mencionadas.

4.2 Do sertanejo ao morador dos centros urbanos: o deslocamento interno alcançando os moradores da cidade e a violência urbana alcançando os moradores do interior

O movimento característico do êxodo rural é o deslocamento do sertanejo rumo à cidade. Como narra Rachel de Queiroz, no clássico *O Quinze*, diante da grande seca de 1915 a permanência do homem do campo no sertão tornou-se impossível, sua saída passou a ser uma questão de sobrevivência. “Agora, ao Chico Bento⁶³, como único recurso, só restava arribar. Sem legume, sem serviço, sem meios de nenhuma espécie, não havia de ficar morrendo de fome, enquanto a seca durasse” (QUEIROZ, 2012, p. 19):

Historicamente as cidades surgem atraindo estrangeiros, desafiando tradições, produzindo fluxos de imigrantes e gerando assim um meio heterogêneo. Embora esta heterogeneidade tenha destinos diferentes nas várias configurações de cidade, a experiência urbana envolve diversidade e exposição em algum grau à diferença (CAIAFA, 2005, p. 02).

Como afirma Caiafa (2005), essa pulsão atrativa das cidades evoca processos comunicativos, inicialmente, mais marcados por relações de alteridade do que de reconhecimento. Nesse aspecto, à luz de Norbert Elias (2000) podemos realizar uma interessante leitura dos deslocados internos. Ao estudar a sociologia das relações de poder em uma pequena comunidade periférica inglesa, Elias identificou dois grupos sociais que se relacionavam de forma hierárquica. Estes grupos foram denominados de *estabelecidos* e *outsiders*⁶⁴. O primeiro grupo acreditava se encontrar em uma posição superior ao segundo, condição que se deve ao fato do primeiro grupo habitar a mais tempo o local, o que lhe proporcionava uma maior coesão entre as famílias. Para que essa relação entre os grupos se mantivesse, os *estabelecidos* excluía e estigmatizavam os *outsiders*, com o intuito de preservar sua identidade e afirmar sua superioridade.

⁶³ Chico Bento é um dos personagens do romance *O Quinze*, trata-se de um vaqueiro obrigado a migrar com sua família, em busca de sobrevivência, em decorrência da estiagem. A trajetória de Chico Bento e sua família retrata a história real de muitos sertanejos, que se desfizeram do pouco que tinha para arriscar a vida nas cidades.

⁶⁴ As palavras *establishment* e *established* são utilizadas, em inglês, para designar grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder. Um *establishment* é um grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência. O termo que completa a relação é *outsiders*, os não membros da “boa sociedade”, os que estão fora dela (ELIAS, 2000).

Conforme pode ser verificado nos jornais da época (RIOS, 2014), os sertanejos, por sua condição de deslocados internos, logo passaram a ser chamados de retirantes, flagelados e famintos, pela “boa sociedade” de Fortaleza. Em 1877 a capital cearense foi ocupada por sertanejos em um número quase quatro vezes maior que a sua população (NEVES, 1995), o que parece ter causado nos *estabelecidos* um “pânico moral”⁶⁵ (BAUMAN, 2017):

Diante do pânico, as classes dominantes discutiam os planos para o controle sistemático dos retirantes. Os jornais anunciavam, de modo recorrente e incisivo, as **medidas que disciplinariam a presença dos flagelados na cidade ou no sertão: Campos de Concentração, o trabalho nas obras e a emigração para outros Estados** (RIOS, 2014, p. 12, *grifo nosso*).

A trajetória de Chico Bento, escrita por Rachel de Queiroz (2012), revela sua passagem pelas três medidas disciplinares mencionadas por Rios (2014). Após o longo e doloroso percurso de Quixadá a Fortaleza, ao desembarcar do trem, Chico Bento foi imediatamente conduzido para um campo de concentração com a sua família. Por intermédio de sua comadre, Conceição, Chico Bento conseguiu trabalho no serviço de construção de uma barragem. Dias depois, revelou à sua comadre que saíra do sertão determinado a migrar para o Norte. Após analisar a situação dos estados do Norte resolveram que o destino seria São Paulo. E, assim, Chico Bento embarcou com sua família em um navio rumo a São Paulo.

O presidente do Ceará na época, Cel. Benjamim Barroso, defendia que as medidas supramencionadas tinham um caráter humanitário, que facilitaria a distribuição de socorros e permitiria um tratamento melhor aos flagelados. Entretanto, o que a história nos revela é que a realidade não correspondeu às expectativas, especialmente no tocante aos campos de concentração, que tinham como categoria central o isolamento, conforme dispõe Neves (1995):

Com Foucault aprendemos que desde o século XVII esta categoria vinha se constituindo como fundamental na reorganização dos espaços urbanos, ao combinar os antigos modelos da lepra (expulsar do convívio social) e da peste (regular as atitudes), gerando um novo tipo de poder: *o poder disciplinar*. Este padrão biopolítico, que isola todas as categorias sociais consideradas desviantes ou improdutivas em instituições fechadas – como os loucos, doentes, crianças, criminosos e mendigos –, espalhou-se por toda a civilização ocidental atingida, por assim dizer, pelo imaginário das cidades

⁶⁵ O conceito de “pânico moral” significa um sentimento de medo compartilhado por grande número de pessoas de que algum mal está ameaçando o bem-estar da sociedade (BAUMAN, 2017, p. 7-8).

modernas – limpas, higiênicas e produtivas – transformadas agora no centro de produção de significados para toda a sociedade. Fortaleza, assim como outras cidades brasileiras, não escapou a este amplo processo de reordenamento urbano e social (NEVES, 1995, p. 101).

Empenhado em atender aos anseios da “boa sociedade” e manter Fortaleza higienizada do flagelo, o Estado criou sete campos de concentração, estrategicamente, instalados próximos das estações de trem, com o intuito de que os deslocados internos, ao chegar à estação, pudessem ser imediatamente conduzidos para os campos de concentração, evitando-se seu trânsito pela cidade. Assim, os campos de concentração estavam distribuídos da seguinte maneira: 1) Campo do Burity, no município do Crato; 2) Campo de Quixeramobim; 3) Campo do Patu, no município de Senador Pompeu; 4) Campo de Cariús; 5) Campo de Ipu; 6) Campo do Urubu e 7) Campo do Alagadiço, estes dois últimos em Fortaleza. *Com pouco mais de um mês de funcionamento, os Campos de Concentração apresentavam um total de 73.918 flagelados* (RIOS, 2014, p. 91).

O dispositivo do isolamento pareceu a estas elites a única alternativa capaz de evitar o pânico e a desordem, assim como poderia permitir o prosseguimento da caminhada remodeladora rumo ao progresso (NEVES, 1995, p. 104).

A expectativa do Governo era que, já nas primeiras chuvas, os retirantes voltassem para o sertão. Contudo, ao longo do tempo, parte dessa população foi ficando na capital, mantendo sua condição de marginalidade, por meio da oferta de sua força de trabalho em condições degradantes.

(...) apesar da variação na natureza da experiência pessoal anterior à migração, é necessário reconhecer que o trabalho agrícola raramente qualifica o trabalhador para os empregos urbanos melhor remunerados (DURHAM, 1984, p. 148-149).

Atendo-se ao contexto cearense, é possível afirmar que o deslocamento interno dos sertanejos, motivado pelos prolongados períodos de estiagem, apresenta uma face perversa antes e depois de sua ocorrência. Antes, porque força a ruptura de laços sociais e familiares, além da própria relação com o lugar. E depois, porque promove uma inclusão “excludente” no local de destino. A permanência dos sertanejos na cidade aumenta o contingente de pessoas vivendo em áreas com condições habitacionais precárias.

Alguns estudos sobre o processo de favelização em Fortaleza assinalam os anos de 1932/33 como marcos na expansão da periferia de Fortaleza (SILVA, 1992, p. 29). Apesar do rígido controle que se estabeleceu durante esta seca, muitos retirantes permaneceram engrossando as fileiras da pobreza na “Cidade do Sol” (RIOS, 2014, p. 31).

Segundo a história, bairros como o Pirambu e o Conjunto Palmeiras tem sua origem marcada pela permanência de flagelados da seca na cidade, advindos dos campos de concentração. No caso do Pirambu, os deslocados internos foram se instalando na área onde ainda hoje o bairro está geograficamente situado, por sua proximidade com as estações de trem e com o Campo do Urubu. Já o Conjunto Palmeiras tem origem na década de 1970, com a remoção de parte dos moradores do Arraial Moura Brasil. Este, por sua vez, também originado por remanescentes do Campo do Urubu. Segundo Rios:

Em 1932, os trens despejavam os flagelados na parte da cidade que ficava mais próxima do mar, onde localizavam-se as últimas estações férreas de Fortaleza. Desse modo, muitos retirantes erguiam seus casebres nas proximidades da praia. Esse aspecto ajuda a entender o processo de constituição das primeiras favelas de Fortaleza. Grandes favelas ainda hoje permanecem às margens da fachada marítima (RIOS, 2014, p. 29).

Atualmente, tanto o Pirambu quanto o Conjunto Palmeiras mantêm uma condição de vulnerabilidade que se expressa, dentre outras formas, no baixo IDH que caracteriza ambos os bairros. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir de dados do Censo Demográfico 2010, o Pirambu é a sétima maior favela do Brasil, com 42.878 habitantes e IDH de 0,23. E o Conjunto Palmeiras, de acordo com pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, também com base no Censo Demográfico 2010, apresenta o pior IDH da capital, 0,11⁶⁶.

Cabe chamar atenção para a trajetória de parte da população do Conjunto Palmeiras. Assim como o personagem Chico Bento, de Rachel de Queiroz (2012), vivenciou as três medidas de contenção dos retirantes propostas pelo governo da época, passando pelo campo de concentração, trabalhando em obras de infraestrutura promovidas pelo governo e, por fim, emigrando para outro estado; parte da população do Conjunto Palmeiras é descendente de um núcleo que

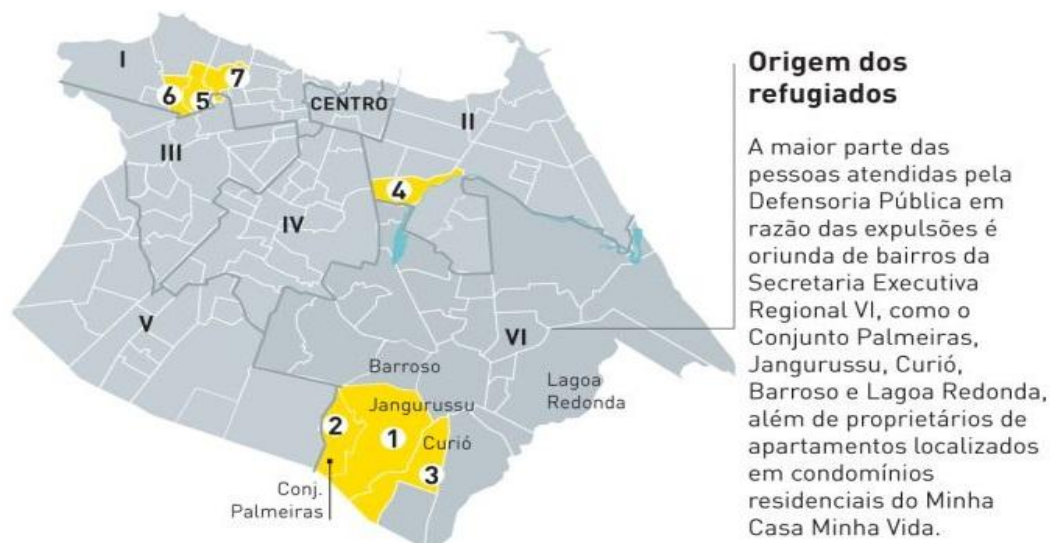
⁶⁶Fonte das informações: anuário do Ceará 2019/2020: <http://www.anuariodoceara.com.br/indice-bairros-fortaleza/> Acesso realizado em: 09/09/2019.

vivenciou - e continua a vivenciar, pelo menos, um – os três tipos de deslocamentos internos ocorridos no Ceará, apresentados na presente pesquisa. Vejamos:

- **1932:** Chegada dos deslocados internos ao Campo de Concentração do Urubu, o que representa a **migração forçada em decorrência da estiagem**;
- **1970:** Remoção de parte da população do Arraial Moura Brasil, dentre os quais remanescentes do Campo do Urubu, para o Conjunto Palmeiras, para atender a um processo de "periferização" de favelas localizadas em áreas da cidade que começavam a se "valorizar". No local foram construídos a Avenida Leste-Oeste e o Marina Park Hotel, o que caracteriza uma **migração forçada em virtude da realização de grandes projetos de desenvolvimento**.
- **2016:** Ganham repercussão social os casos de expulsão de moradores do Conjunto Palmeiras por facções criminosas, a partir da ameaça de morte, o que resulta na **migração forçada motivada pela violência urbana**.

Lembrando, como mencionado no segundo capítulo, que o Conjunto Palmeiras é apontado como o berço da facção criminosa Guardiões do Estado (GDE), que é caracterizada pela juventude de seus integrantes e pela crueldade de sua atuação. No decorrer da pesquisa nos deparamos com relatos de moradores expulsos de suas casas que afirmam terem sido ameaçados por adolescentes que viram crescer. Levantamento realizado pelo jornal O Povo aponta uma maior incidência dos casos de expulsão de moradores na área onde está localizado o Conjunto Palmeiras, conforme o mapa abaixo:

Figura 5 – Incidência dos casos de expulsão de moradores



Fonte: Jornal O Povo, 25/04/2018.

Vale ressaltar que o contingente populacional que tem sido obrigado a migrar em decorrência da violência urbana, com base no *modus operandi* das facções criminosas na atualidade, é denominado pelo Jornal *O Povo* como “refugiados urbanos”. Mas adotamos a categoria “deslocada interna”, a partir de um recorte de gênero, que considera a condição feminina, como explanado no capítulo anterior, e com base na compreensão de que apesar de ambos os grupos (refugiados e deslocados internos) migrarem por razões similares, o refugiado tem a peculiaridade de transpor uma fronteira internacional, ao passo em que o deslocado interno enfrenta o desafio de se manter em seu país ou mesmo em seu estado. Os três casos apresentados no capítulo anterior apresentam um deslocamento forçado intra-estado.

Analisando os deslocamentos internos no contexto do Ceará, pode-se observar que a migração forçada em decorrência da seca promovia um intenso fluxo sertão-cidade, o que representa certa linearidade no movimento. Processo similar pode ocorrer no caso das migrações forçadas em decorrência da efetivação de projetos de desenvolvimento, tendo em vista que em alguns casos a população chega a ser deslocada em massa para um local definido pelos responsáveis pelas obras. Entretanto, como aponta a pesquisadora Raquel Rolnik⁶⁷, há deslocamentos

⁶⁷ Estes apontamentos foram feitos por Raquel Rolnik em entrevista ao jornal Brasil de Fato, em 08 de outubro de 2010. O título da matéria é *A moradia do pobre ameaçada pela Copa e pelas Olimpíadas*. Seguelink: <https://www.brasildefato.com.br/node/4405/> Acesso realizado em 24/08/2019.

internos motivados por projetos de desenvolvimento que não deixam claro qual será o destino das famílias obrigadas a migrar. Nesses casos, a maior parte das famílias recebe simplesmente um “cheque-despejo”⁶⁸.

O Programa Integrado de desfavelamento, além de institucionalizar a segregação socioespacial, ao promover uma divisão espacial – de lógica econômica e urbanística – entre os diferentes estratos sociais fortalezenses, colocou em xeque o seu próprio objetivo de elevar o nível de vida dos transferidos, tendo em vista que a realidade dos conjuntos (Alvorada, Mal. Rondon e Palmeiras) era, em muitos aspectos, pior que nas favelas. Assim, **o habitante pobre permaneceu excluído, mas antes a exclusão se materializava nas péssimas condições de moradia, com a remoção, isto é somado ao local determinado para ele: a periferia** (BARROS, 2017, p. 4, *grifo nosso*).

Fato é que tanto na migração forçada em decorrência da estiagem quanto na migração forçada em virtude da realização de grandes projetos de desenvolvimento, via de regra, o deslocamento dessas populações é sinônimo de afastamento da “boa sociedade”. Assim se efetiva o que chamamos de inclusão “excludente”, com a marginalização dos indesejáveis, demarcando a periferia como território dos *outsiders*.

A exclusão territorial torna indivíduos, famílias e comunidades particularmente vulneráveis, abrindo espaço para a violência e ao conflito. O nexos entre violência e exclusão territorial é muito claro quando cruzamos os dados de homicídios com os índices de exclusão territorial (ROLNIK, 1999, p. 107).

Como apontado na discussão sobre violência urbana e confirmado nas trajetórias narradas, é nas comunidades mais pobres que o tráfico de drogas encontrou as condições ideais para se estabelecer, o que contribui para o desenvolvimento de uma sociabilidade violenta. É nesse contexto que tem ocorrido a migração forçada motivada pela violência urbana.

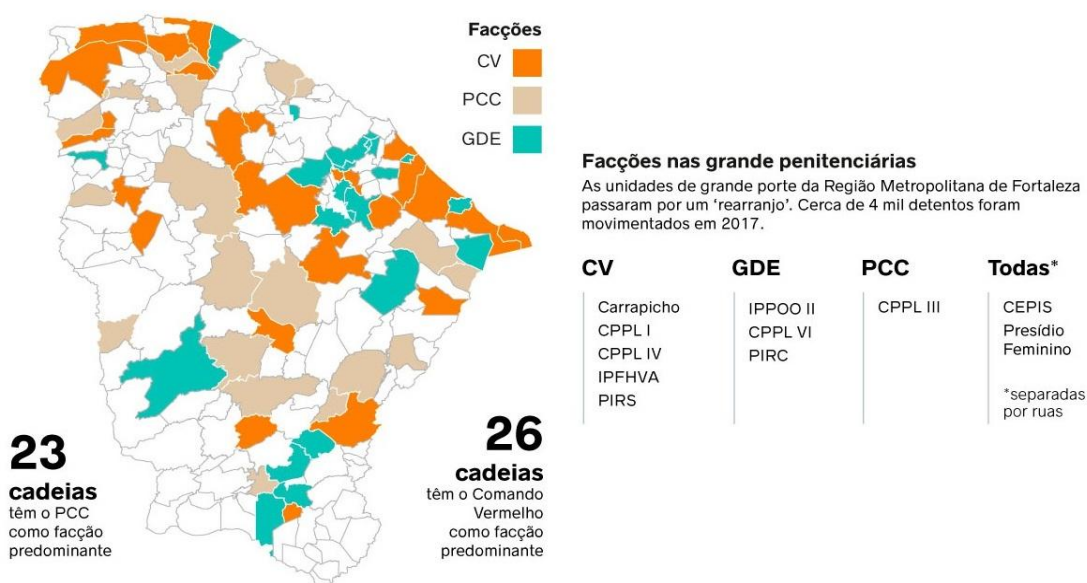
A violência urbana é sobretudo metropolitana, ou seja, é nos municípios que formam a periferia da região metropolitana, assim como no seu núcleo, a capital do estado, que se registram altas taxas de mortes violentas e homicídios (ZALUAR, 2004a, p.29).

⁶⁸ Para Raquel Rolnik, o “cheque-despejo” representa uma indenização paga para os moradores, para que possam desocupar os imóveis. Entretanto, Rolnik aponta que os valores pagos variam entre três e oito mil reais, o que seria insuficiente para comprar até mesmo um barraco na favela.

Apesar da relação da violência urbana com as regiões metropolitanas, como aponta Zaluar (2004a), no Ceará temos assistido a um processo de interiorização deste tipo de violência, especialmente, após a chegada das facções criminosas. Com as gangues havia uma atuação concentrada na capital, com as facções criminosas há uma pulverização em todo o território cearense, seguindo a lógica expansionista do mercado de drogas. Hoje, em pequenas cidades do interior do estado, a presença destes grupos é anunciada em muros e placas de sinalização de trânsito onde são escritas as iniciais da facção. Na verdade, mais do que anunciar a presença, com esta prática, o grupo pretende demarcar seu território indicando quem está no domínio (PAIVA, 2019).

Ainda em conformidade com a discussão apresentada no capítulo que trata da violência urbana e da expansão do crime organizado, à medida que as facções criminosas perceberam que o domínio do mercado de drogas estava diretamente relacionado com o seu fortalecimento no sistema penitenciário, passaram a marcar presença também nas unidades prisionais do interior do estado. Como aponta o mapa elaborado pelo Jornal *Diário do Nordeste*⁶⁹, com base em informações da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP):

Figura 6 – Facções nas grandes penitenciárias



Fonte: Jornal Diário do Nordeste, 20/10/2018.

⁶⁹ O título da matéria é *Mapa das facções feito pela Sejus é revelado*. Segue link: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/mapa-das-faccoes-feito-pela-sejus-e-revelado-1.2015488> Acesso realizado em 24/08/2019.

De acordo com a matéria, nas grandes unidades prisionais, situadas em um complexo localizado na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), a facção carioca Comando Vermelho (CV) “controla” quatro penitenciárias; o Primeiro Comando da Capital (PCC) está concentrado apenas na Casa de Privação Provisória de Liberdade (CPPL) III; e a facção local Guardiões do Estado (GDE) está em outras quatro unidades. A Família do Norte (FDN) divide a Penitenciária Industrial Regional de Sobral (Pirs) com o CV. No Centro de Execução Penal e Integração Social Vasco Damasceno Weyne (Cepis) estão os detentos que não fazem parte - ou não se declaram - de facções, a chamada 'massa carcerária'. Cabe destacar que, neste momento, as informações apresentadas na matéria tem o intuito de confirmar o processo de interiorização do crime organizado e, conseqüentemente, da violência urbana. Entretanto, considerando que em janeiro de 2019 a Secretaria da Administração Penitenciária mudou sua forma de gerir o sistema prisional, não mais dividindo presos por facção, esta configuração deve ter sido alterada, no entanto, essa foi a radiografia das facções nos presídios cearenses durante muito tempo.

Em diálogo realizado com dois profissionais da Segurança Pública, com atuação no Departamento de Homicídios e Proteção a Pessoa (DHPP) e na Delegacia de Combate às Ações Criminosas Organizadas (Draco), ambos apontaram que o processo de interiorização da violência urbana no Ceará está relacionado à busca de mercado, no contexto do comércio ilegal de drogas. O Agente de Segurança da Draco acrescentou ainda que o fato do Governo ter priorizado investir no trabalho policial ostensivo, em detrimento do trabalho da polícia judiciária também pode ter contribuído.

À rede de proteção a pessoas ameaçadas tem chegado inúmeros casos oriundos do interior do estado que, em seu conteúdo e por suas características, são típicos das periferias das grandes cidades. Em 2018 recebemos o caso de uma jovem de 20 anos, oriunda de um município do litoral oeste com menos de 50 mil habitantes, que foi capturada por membros de uma facção criminosa, foi agredida, teve seus cabelos raspados e não foi morta porque foi resgata pela polícia a tempo. A jovem trabalhava como babá na casa de um traficante de drogas que estava preso, houve um vazamento de informações para a facção rival e a babá foi apontada pela esposa do traficante como a possível informante.

Com base no exposto, podemos inferir que, com a expansão do crime organizado para o interior do estado, a migração forçada em decorrência da violência urbana passou a não ser privativa das grandes cidades. Mesmo que em menor proporção alcança boa parte dos municípios do interior. Com isso, cabe ainda ponderar que o deslocamento interno neste contexto leva a ocorrência de fluxos menos previsíveis. A definição do local de destino está diretamente relacionada ao fato que ensejou o deslocamento. Diferente do sertanejo que sai do sertão rumo à cidade, o que temos observado é que os deslocados internos vítimas da violência urbana saem de suas casas, na maioria das vezes, sem saber para onde irão.

Por fim, conclui-se que os deslocamentos internos passaram a fazer parte da vida dos moradores da cidade, mais especificamente, dos moradores das periferias, assim como os moradores do interior passaram a vivenciar um modo de sociabilidade violenta característico dos contextos urbanos. No tópico seguinte, interessa-nos refletir acerca dos sujeitos da corrente de migração forçada motivada pela violência urbana.

4.3 De quem estamos falando? Quem são os deslocados internos da rede de proteção?

Os meios de comunicação têm noticiado com frequência casos de expulsão de moradores, por facções criminosas, nas periferias de Fortaleza. Com isso, não perdem a oportunidade de compartilhar com a opinião pública seu conceito acerca dessa população, a começar pela categoria “refugiado urbano”.

De acordo com matéria divulgada em 05 de janeiro de 2018, de autoria do jornalista Demitri Túlio, cujo tema é *Insegurança em Fortaleza cria refugiados urbanos*, o *refugiado urbano* é caracterizado como um infeliz, em geral pobre, que de repente tem sua rotina destruída na casa, no bairro, no trabalho, na escola dos filhos, dentre outros.

Em uma segunda matéria, publicada no dia 31 de janeiro de 2018, mais uma vez os jornalistas Demitri Túlio e Thiago Paiva conceituam a categoria *refugiados urbanos*, afirmando tratar-se de um conceito utilizado para definir a situação de pessoas expulsas de suas casas, em assentamentos precários de Fortaleza, sob a ameaça de serem mortas caso insistam em permanecer no imóvel.

Três dias depois dessa última matéria do jornal O Povo, em 28 de abril de 2018, o jornal Diário do Nordeste lançou um caderno especial com o título *Órfãos da Guerra das Facções*, onde relata a situação de abandono vivenciada por crianças e adolescentes que perderam os pais para a “guerra das facções”, como destaque abaixo:

Espalhados em esquinas, magrelos e com olhos de fome, os órfãos deixados pela guerra travada entre as facções em Fortaleza, sofrem sem assistência, sem tutores, sem que ninguém tenha pensado neles. Não sabem se vão comer hoje, se estarão vivos amanhã. Não sabem a quem recorrer. Sozinhos, de semáforo em semáforo na cidade que lhes tirou todas as oportunidades (FEITOSA, 2018).

Essa leitura da jornalista Márcia Feitosa retrata a condição de crianças e adolescentes que deveriam ser protegidos com prioridade absoluta⁷⁰, pelo estado e pela sociedade, mas que vivem o drama do deslocamento interno motivado pela violência urbana. Resguardadas as devidas especificidades do contexto, os *outsiders* magrelos com olhos de fome que hoje vagam pela cidade, sem perspectivas de futuro, pouco diferem dos *outsiders* magrelos com olhos de fome contidos em um campo de concentração para flagelados da seca.

A pesquisa realizada por Clênia Cavalcante em sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC⁷¹ aponta uma nova dinâmica de vida da população moradora das ruas na cidade de Fortaleza, na qual, “as facções vinham gerando cada dia mais desabrigados, pessoas expulsas de suas casas por elas e que, na falta de um lugar para ir, recaem nas ruas de Fortaleza” (2019, p. 76). Portanto, outra forma singular de mobilidade que faz com que pessoas ou grupos familiares sejam expulsos de suas casas em razão do poder das facções nos territórios, seja motivada por uma ameaça de morte ou não, e que, por algum motivo, não estão vinculados aos programas de proteção.

Conforme vem sendo reiteradamente pontuado no decorrer deste trabalho, o estado do Ceará atualmente não conta com um mecanismo de sistematização dos dados de deslocamentos internos ocasionados por situações de

⁷⁰ De acordo com o Artigo 227, da Constituição Federal: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, **com absoluta prioridade**, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, *grifo nosso*).

⁷¹ Dissertação defendida em agosto de 2019 e orientada pelo Prof. Luiz Fábio Paiva intitulada: *As dinâmicas das ruas de Fortaleza: os processos e transformações nas vidas de pessoas às margens da cidade*. Disponível no repositório da UFC.

violência urbana, o que prejudica não só o dimensionamento do fenômeno, como também a construção de um perfil dos deslocados internos. No entanto, pensando nos casos que foram possíveis conhecer tenham eles sido atendidos pelos programas de proteção a pessoas ameaçadas, pelo Centro de Referência e Apoio a Vítimas de Violência, pelo 30º Distrito Policial, pelo Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência do Ministério Público Estadual e/ou pela Rede Acolhe da Defensoria Pública do Estado do Ceará; há características comuns.

De modo geral, os deslocados internos - vítimas de situações de violência urbana - são moradores de bairros da periferia, seja da capital seja de municípios do interior, com baixa escolaridade, baixa renda e inseridos em contextos de sociabilidade violenta (SILVA, 2004), agravada pela atuação das facções criminosas. Não é possível analisar o contexto em que os deslocados internos estão inseridos sem considerar a condição de dupla exclusão a que são submetidos os pobres urbanos, na perspectiva de Zaluar (1985).

É preciso considerar, inclusive, como vimos nas narrativas das mulheres deslocadas internas, que há um contingente populacional que historicamente foi afetado pela necessidade de se deslocar, porque não era bem-vindo entre os *estabelecidos*, e nesse percurso foi vivenciando uma trajetória de violências e violação de direitos. A migração forçada é um dos aspectos dessa inclusão “excludente”. Por analogia, podemos considerar que os deslocados internos vítimas da violência urbana partilham do mesmo conjunto de vulnerabilidades apontados pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) em relação ao adolescente vítima de homicídio. O local de origem das migrações forçadas e os homicídios de adolescentes partilham dos mesmos territórios nas periferias e aglomerados urbanos. E tanto no caso das migrações forçadas quanto dos homicídios na adolescência é importante destacar o caráter heterogêneo de suas motivações⁷².

Durante visita ao 30º Distrito Policial, o agente de segurança pública relatou o caso de uma senhora idosa que havia sido expulsa de casa, na região do Conjunto Palmeiras, mas não estava se quer entendendo o que estava

⁷² Em relação aos homicídios de adolescentes, uma mostra dessas motivações pode ser consultada na publicação: *Trajetórias interrompidas: homicídios na adolescência em Fortaleza e em seis municípios do Ceará*, que faz parte do conjunto de produções do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA).

acontecendo. A senhora havia se mudado há pouco tempo do interior para o Conjunto Palmeiras e não conhecia a existência/dinâmica das facções criminosas.

Outro caso também dessa região que chegou à rede de proteção a pessoas ameaçadas foi o de uma jovem que alugou a casa de uma prima, para morar com outro primo. Certo dia chegou um recado para que ela desocupasse a casa no prazo de uma semana, porque a facção descobriu que sua prima havia ido embora da comunidade para outro bairro dominado por uma facção rival e que estava namorando com um rapaz deste novo bairro. Por isso as três casas pertencentes à sua prima deveriam ser desocupadas, pois agora pertenceriam à facção. A jovem contou com a intermediação de um pastor para negociar com a facção o prazo de sua saída da casa.

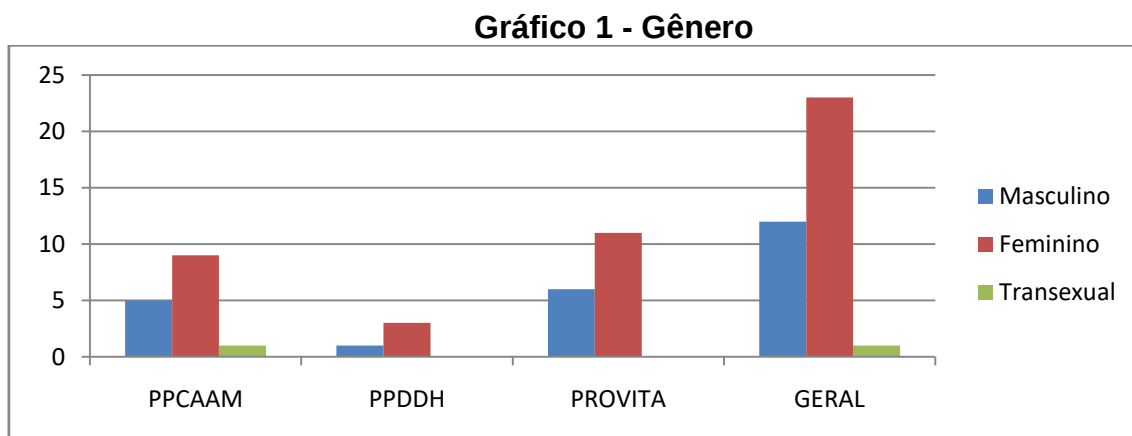
No caso dos programas de proteção, é possível traçar um perfil socioeconômico dos deslocados internos inseridos na rede de proteção, que por sinal é muito próximo de outros perfis que compõe esse contingente populacional vulnerável a violências e a violações de direitos.

Em julho de 2019, os programas de proteção a pessoas ameaçadas do Ceará contavam com 124 pessoas em proteção, sendo 37 no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), 43 no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH) e 44 no Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (PROVITA). No entanto, a análise seguinte focará no indivíduo ao qual a ameaça de morte foi direcionada e que por isso teve que migrar, assim devemos considerar: 15 crianças e adolescentes no PPCAAM, 04 defensores de direitos humanos⁷³ e 17 testemunhas.

Seguindo a mesma tendência que tem emergido em outros indicadores de violência, atualmente as mulheres são maioria em todos os programas de proteção. No segundo semestre de 2018, acredito que na mesma quinzena, ingressaram dois casos no Provita que, por uma fatalidade, levaram duas mulheres a entrar para a proteção assumindo a condição de “chefe de família”. Tratam-se de casos distintos, mas parecidos em sua composição, as duas mulheres tiveram seus

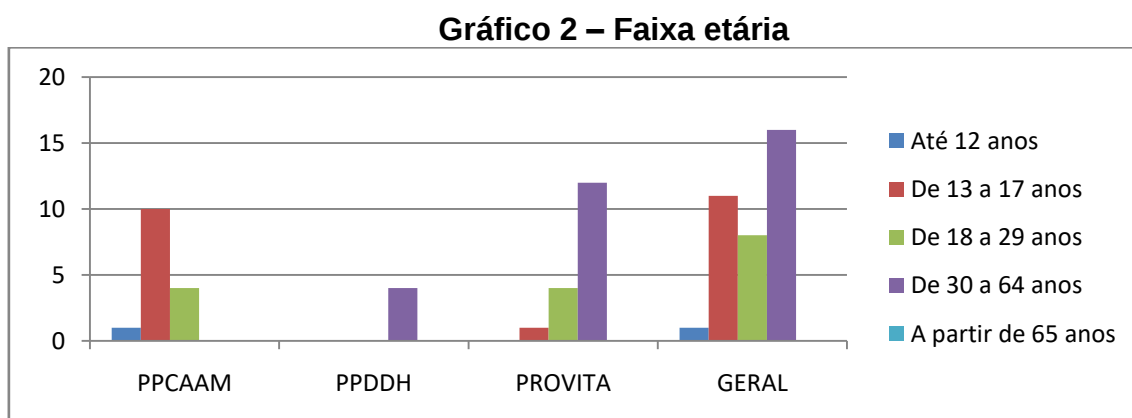
⁷³ Cabe ressaltar que no caso do PPDDH, os 43 incluídos são defensores de direitos humanos, no entanto serão considerados apenas aqueles que foram obrigados a migrar, tendo em vista no PPDDH a saída do local da ameaça é uma medida de caráter de exceção. Portanto, trataremos daqueles que atendem à condição de deslocado interno.

maridos assassinados e ingressaram na proteção com três filhos ainda crianças. O gráfico abaixo aponta os dados citados:



Fonte: Elaborado pela autora

Conforme discutido no capítulo anterior, a presença feminina passou a ser característica no atual contexto da violência urbana. Por hora, vale reiterar que essa prevalência do sexo feminino representa uma recente inversão deste panorama. A seguir dados sobre o atendimento por faixa etária dos programas:



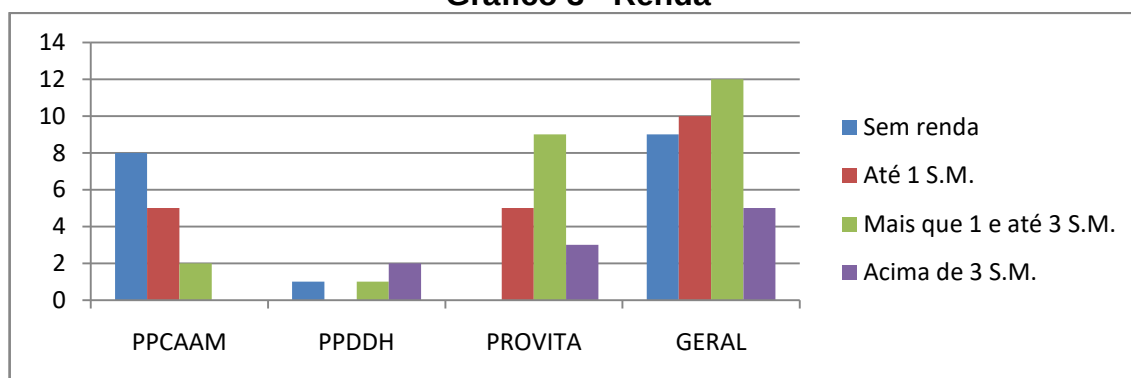
Fonte: Elaborado pela autora

Quanto à faixa etária dos deslocados internos inseridos na rede de proteção, até mesmo pelo universo do PPCAAM, 20 dos 36 protegidos considerados na análise têm até 29 anos, característica que converge com o perfil de outros grupos em situação de vulnerabilidade nesse cenário de violência, como por exemplo: a massa carcerária e as vítimas de homicídios.

Como já mencionado, a violência urbana possui um caráter democrático, na medida em que alcança a todos, no entanto, variando no modo como afeta a vida

de cada um. À medida que as classes abastadas se protegem com sofisticados equipamentos de segurança e se fecham em territórios restritos aos seus pares, a classe pobre parece estar cada vez mais exposta à violência e mais restrita à periferia, enquanto campo de concentração a céu aberto (AUGUSTO, 2010).

Gráfico 3 - Renda



Fonte: Elaborado pela autora

Como pode ser observado, há um claro recorte de renda na política de proteção. Há inúmeros casos em que pessoas em situação de ameaça recorreram à política de proteção, inclusive por meio de seus advogados particulares, mas ao conhecer o deslocamento interno como medida de proteção optam por fazer “autoproteção”⁷⁴. Atualmente, há duas situações em que é possível verificar a inclusão de pessoas na proteção com renda superior a até dez salários mínimos. A primeira situação versa sobre a inclusão de alguns defensores de direitos humanos, que por sua metodologia não realiza a retirada do protegido do local da ameaça, desta forma temos: professor universitário, auditor fiscal do trabalho. A outra situação diz respeito ao ingresso no Provita por meio de medida isolada. A pessoa realiza autoproteção, tendo assegurado pela legislação do Provita seu afastamento do trabalho sem prejuízo da sua remuneração e aciona o programa apenas quando há a necessidade de comparecer em juízo.

De acordo com os elementos apresentados ao longo deste capítulo, é possível afirmar que há uma parcela da população que está mais vulnerável a sofrer com as múltiplas expressões da questão social. Parte da população que hoje é afetada pelos deslocamentos internos em decorrência de situações de violência

⁷⁴ “Autoproteção”, no sentido literal do termo, significa o ato de realizar proteção a si mesmo. Quando os indivíduos optam por fazer “autoproteção” quer dizer que eles adotarão por conta própria estratégias de segurança, sem vinculação aos programas de proteção a pessoas ameaçadas.

urbana descende de populações que trazem em sua trajetória a marca da segregação social e da violação de direitos. No tópico seguinte, trataremos dos programas de proteção enquanto política pública de descolamento forçado.

4.4 PPCAAM, PPDDH e PROVITA: o deslocamento interno institucionalizado

Os direitos humanos não apresentam uma uniformidade conceitual clara, como indica João Dornelles (2006, p.15), “o conceito de direitos humanos é variável de acordo com a concepção político-ideológica que se tenha”. Desta forma, analisar uma definição dos direitos humanos pressupõe compreender os processos histórico-sociais a que estão inseridos os autores de tal definição.

Nesse sentido, adotaremos a perspectiva de Piovesan (2004) segunda a qual os direitos humanos fazem parte de uma construção histórica e são o resultado de lutas e conquistas de diferentes atores sociais frente às atrocidades que vinham sendo cometidas contra a humanidade, especialmente, no período em que ocorreu a 2ª Guerra Mundial.

Segundo Piovesan (2005), podemos apontar a Constituição Federal de 1988 como um marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos direitos e garantias fundamentais. É um documento que nasce carregado de significados simbólicos e ideológicos, pois demarca a ruptura com o regime autoritário militar. Entendendo que a garantia de direitos é um elemento básico para a realização do princípio democrático, o Brasil se incorpora ao movimento internacional em prol da consolidação dos direitos humanos. Como resultado dessa participação podem ser apontadas a implementação de uma política pública de direitos humanos no âmbito da esfera federal e a elaboração do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), atualmente em sua terceira versão.

Na década de 1990, as organizações da sociedade civil trouxeram para o primeiro plano questões já presentes nos fóruns internacionais, como políticas em favor de setores sociais ou minorias em situação de risco (KOERNER, 2003). Para ilustrar essa atuação da sociedade civil, em consonância ao tema em discussão, mencionaremos que o apelo da população pelo combate à impunidade, vinculado ao reconhecimento da vulnerabilidade e da condição de risco de vítimas e testemunhas

deu origem ao Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (PROVITA).

O PROVITA não só nasceu de uma demanda da sociedade civil como nasceu na sociedade civil, o programa foi primeiro executado por uma organização não-governamental para depois tornar-se política pública de estado. Cabe mencionar que para a constituição do PROVITA, o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP) buscou inspiração em experiências internacionais, como: o Serviço Marshall de Proteção a Testemunhas dos Estados Unidos, a Procuradoria Antimáfia da Itália e o Apoio a Vítimas do Reino Unido (SANTA, 2006).

Implantado em âmbito federal em 1999 e no estado do Ceará em 2002, o PROVITA consiste no conjunto de medidas adotadas com o fim de proporcionar proteção e reinserção social em local seguro a vítimas e testemunhas que, por sua contribuição efetiva em investigação ou processo criminal, encontrem-se coagidas ou expostas à grave ameaça em razão de sua cooperação com o Sistema de Justiça. O programa é regulamentado pela seguinte legislação: Lei Federal 9.807/99, Lei Estadual nº 13.193/02, Decreto Federal nº 3.518/00 e Decreto Estadual nº 26.721/02.

Em 2003, também por uma demanda da sociedade frente aos elevados índices de letalidade infanto-juvenil, ocorreu a implementação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Instituído formalmente por meio do Decreto Federal nº 6.231/2007. Em 2013, o programa foi implantado no Ceará, instituído pelo Decreto Estadual nº 31.190/2013.

É interessante observar um trecho do Índice de Homicídios na Adolescência (2014), em que o pesquisador ao analisar e constatar que em decorrência de determinadas desigualdades alguns grupos sociais se tornam mais vulneráveis, aumentando suas chances de serem vítimas de homicídios, ele imediatamente aponta para uma necessidade de atuação do Estado.

Destarte, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) consiste no conjunto de medidas que visam à proteção da integridade física e psicológica, ao acompanhamento psicossocial e jurídico, bem como à reinserção social em local seguro de crianças e adolescentes ameaçados de morte, ou em risco de serem vítimas de homicídio, e de seus familiares.

O terceiro e último programa de proteção a ser implantado carrega a marca de ser pioneiro no mundo. Trata-se do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH). Sua execução, em âmbito federal, teve início em 2004 e em 2007, por meio do Decreto Federal nº 6.044/2007, foi criada a Política Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. No Ceará, o programa foi implementado em 2012, instituído por meio do Decreto Estadual nº 31.059/2012.

Portanto, o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos – (PPDDH) consiste no conjunto de medidas protetivas e atendimento jurídico e psicossocial aos Defensores dos Direitos Humanos em situação de risco ou que sofreram violação de direitos em razão de sua atuação, articulando as forças de segurança e, conseqüentemente, garantindo a continuidade de suas atividades. Além disso, busca desenvolver ações que auxiliem na desarticulação e punição dos agentes agressores, atuando, principalmente, nas causas sociais, políticas e econômicas que motivam as violações de Direitos Humanos.

Em resumo, temos o seguinte panorama na política de proteção a pessoas ameaçadas:

Quadro 2 - Panorama na política de proteção a pessoas ameaçadas

	PROVITA	PPCAAM	PPDDH
Origem	1999	2003	2004
Público-alvo	Vítimas e testemunhas que se encontrem coagidas ou expostas à grave ameaça em razão de sua cooperação com o Sistema de Justiça.	Crianças e adolescentes ameaçados de morte	Defensores dos direitos humanos em situação de risco ou que sofreram violação de direitos em razão de sua militância em direitos humanos.
Portas de entrada	O próprio interessado, o Ministério Público, a autoridade policial que conduz a investigação criminal, o juiz competente para a instrução do processo criminal; órgãos públicos e entidades com atribuições de defesa dos direitos humanos.	Conselho Tutelar; Defensoria Pública; Ministério Público; Poder Judiciário.	O próprio interessado, o Ministério Público, a Polícia, o Poder Judiciário; órgãos públicos e entidades que atuem na defesa dos direitos humanos.
Principal medida de proteção	Retirada do local da ameaça e reinserção em local seguro.	Retirada do local da ameaça e reinserção em local seguro.	Manutenção no local da ameaça, com a construção de uma rede local de proteção.

Fonte: Elaborado pela autora

Cabe ressaltar que os três programas de proteção a pessoas ameaçadas encontram-se vinculados ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Cada programa de proteção conta com a atuação de uma equipe técnica multidisciplinar composta por coordenadores, advogados, assistentes sociais, psicólogos e apoio administrativo, responsáveis por efetivar as medidas de proteção.

Como vimos, em regra, a metodologia de proteção do PPCAAM e do PROVITA é de retirar os usuários do local da ameaça e promover sua reinserção social em local seguro. O que identificamos como um deslocamento interno institucionalizado, tendo em vista que as pessoas em proteção contam com o apoio técnico e material da política de proteção para realizar uma migração forçada. Cabe ainda mencionar que o local de destino é definido pela equipe técnica, com base na realização de uma análise de risco.

No âmbito do PPDDH, em regra, o usuário é mantido no local da ameaça, cabendo ao programa articular uma rede de proteção para essa permanência, de modo que a luta em defesa dos direitos humanos não venha a ser interrompida. A retirada do local da ameaça está prevista em caráter excepcional. No entanto, temos observado que a presença das facções criminosas nos contextos de atuação dos defensores de direitos humanos tem alterado esta dinâmica. De 2012 a 2017 não houve nenhum deslocamento interno mediado pelo PPDDH, de 2018 a meados de 2019 já foram realizados cinco deslocamentos internos de defensores de direitos humanos.

Cabe informar que, em decorrência do agravamento dos casos de migração forçada motivados por situações de violência urbana, o Sistema Estadual de Proteção a Pessoas do Ceará (Lei Nº 16.962, de 27 de agosto de 2019), atendendo ao pleito da sociedade civil organizada, prevê a criação de um Programa de Proteção Provisória destinado ao acolhimento emergencial e provisório de pessoas em situação de ameaça iminente de morte. Essa medida amplia consideravelmente o número de pessoas que pode ser atendidas pela política de proteção e mantém o deslocamento interno como principal medida de proteção à vida.

Cada trajetória apresentada no capítulo anterior representa a passagem por um programa de proteção específico. D. Maria, com sua filha e duas netas foram

incluídas no PPCAAM após serem expulsas de casa pela facção criminosa que atuava no território. Ana foi protegida no PROVITA após uma tentativa de homicídio. E Valentina foi assistida pelo PPDDH após ser ameaçada pela facção, por prestar assistência a uma família vítima da violência urbana. Tratam-se de três deslocamentos internos conduzidos pelos programas de proteção. Nesse contexto, no tópico seguinte, apresentaremos um pouco da percepção dos técnicos na condição de responsáveis pela operacionalização dos deslocamentos e pelo acompanhamento jurídico-psicossocial das demandas apresentadas pelos protegidos/ deslocados internos.

4.5 Operadores dos deslocamentos: o olhar dos técnicos acerca dos deslocamentos internos

Como já apontado, nenhuma migração pode ser compreendida exclusivamente como um deslocamento geográfico. A migração consiste em abandonar um conjunto de relações pessoais e integrar-se em um novo conjunto de relações (DURHAM, 1984). Imaginemos a condição dos protegidos que passam pelo deslocamento interno, em geral, deixam lugares que passaram a maior parte da sua vida e seguem para um novo lugar que se quer foi definido por eles. Cabe mencionar que a proteção é regida pelo princípio da voluntariedade, ninguém entra no programa de proteção sem que concorde com as regras e as condições. Fato é que esse ato de vontade pode ser reflexo de uma ausência de outras possibilidades frente ao dilema “viver longe ou ficar e morrer”.

Com base no diálogo realizado com parte das equipes técnicas dos programas de proteção, por meio de grupos focais, os profissionais apontam que essa ruptura dos laços sociais (e mesmo materiais, pensando na casa e nos objetos que nela fica) é uma grande perda.

(...) são muitos danos e muitas perdas. A perda ou do companheiro ou do filho daquela pessoa, que é muito amado. Depois é retirada de uma maneira brusca do local da ameaça, uma outra perda. Se a gente imaginar, hoje, se tivesse que sair da nossa casa deixando tudo lá, tudo o que a gente tem. Deixando o documento, deixando os objetos que nos apegamos: roupa, sapatos, livros. Enfim, toda a nossa vida, é outra perda difícil, né!? (PROVITA, 2018).

Na ocasião em que esta fala foi formulada, o PROVITA tinha recém-incluído três casos que envolvia a perda de um familiar. Dois casos em que as mulheres haviam sido testemunha ocular da morte de seus maridos e outro caso em que a mãe era testemunha ocular da morte do filho, executado a tiros na sala de sua casa por um policial. Dentre as dificuldades presentes em um processo de deslocamento interno, especificamente a equipe do PROVITA chama a atenção para a sensação de injustiça, o sentimento de que o protegido é que está sendo punido ao ser obrigado a migrar, enquanto os autores do ato de violência permanecem no território.

Uma fala recorrente que se tem é a forma que a proteção é feita, porque a primeira coisa que a gente faz é retirar a pessoa do local da ameaça. Então a primeira coisa que... Muitas pessoas repetem isso, né, assim, ah, **mas eu não sou um criminoso, por que que eu que tenho que sair?** Aí a gente explica todo o contexto, né, que é por uma questão de segurança. Neste momento ela vai ter que sopesar entre a vida que ela tinha, né, assim, entre relações familiares, de parentesco, de trabalho, com a vida. Ela vai ter que fazer um sopesamento pra entender que a vida dela, naquele momento, é a coisa mais importante. E que a forma de proteger é saindo do local da ameaça, porque se ela continuar lá ela vai morrer. Aí a pessoa já não entende porque que ela tem que sair, ela que não fez nada errado, ela que testemunhou e ela quer colaborar com a justiça (...) (PROVITA, 2018).

Como já mencionado, o modelo de proteção a pessoas ameaçadas inaugurado no Brasil pelo PROVITA é inspirado em experiências internacionais. O Serviço Marshall de Proteção a Testemunhas dos Estados Unidos também trabalha com a mudança de residência, ficando o protegido proibido de retornar ao local de origem sem o acompanhamento dos agentes do serviço de proteção⁷⁵. Na concepção do técnico 04 do PROVITA; “a gente tira o sujeito de uma violência e comete outra violência com ele”. Referindo-se à rigidez das regras impostas pelos programas de proteção, que a princípio restringem o direito de ir e vir, o contato com familiares e amigos que ficaram no local da ameaça e o acesso à internet, principalmente, o uso de redes sociais.

O que temos observado no cotidiano da rede de proteção é que se confirmou no discurso dos profissionais é que os sujeitos só aceitam ingressar na proteção quando não há outras possibilidades. Assim, as pessoas que hoje integram os programas de proteção, na condição de deslocados internos, pertencem a um

⁷⁵ Informações disponíveis em: <https://jus.com.br/artigos/36995/a-protecao-a-testemunha-nos-estados-unidos-da-america-e-na-italia-programas-pioneiros-de-protecao-a-testemunha> Acesso realizado em 15/09/2019.

contingente populacional que tem um acúmulo de situações de violência e/ou violações de direitos, como temos destacado no decorrer da pesquisa. Atécnica 03 do PROVITA relatou que: “(...) quando a gente pega e faz uma anamnese, a gente vê que a história de violência, ela já veio de... É transgeracional. Impressionante! Sempre! A gente analisa e os casos se repetem”.

Retomando a pauta do deslocamento como medida de proteção, é importante observar que a conexão “cadeia-quebrada”, (BIONDI, 2014 e FELTRAN, 2010) característica do contexto de violência urbana em que atuam as facções criminosas, agrava a necessidade de retirada do território de atuação do grupo organizado, o que exige não só a retirada da região onde ocorreu o evento de violência, como passou a se apresentar como um desafio no processo de reinserção social, tendo em vista a capilaridade das legendas do crime:

Hoje, e aí não sei se hoje, talvez a coisa esteja mais latente, mas sempre existiu e a gente não encarava da maneira como deveria ser encarada ou é mais grave mesmo; mas o processo de deslocamento interno no estado parece que tem sido cada vez mais difícil, por conta da interiorização das facções, que é um fator muito presente na situação de ameaça que hoje nós acompanhamos (Trecho do relato do técnico 01 do PPCAAM, 2019).
 (...) realmente essa questão do deslocamento dentro do estado é cada vez mais perigoso e na hora da entrevista os meninos falam: - Oh tia, eu não posso ir pra canto que tenha Comando Vermelho, que eu sou da GDE, né!? E não posso circular lá, eu tenho que saber qual é a área, eu quero saber onde é (PPCAAM, 2019).

Outra característica das facções criminosas que tem interferido sobremaneira na dinâmica da proteção é a ideia de coletividade (MANSO e DIAS, 2018). As ameaças deixaram de ter um autor específico e passaram a ter um grupo como ameaçador. A partir das facções criminosas o ameaçador deixou de ser o José, o João, a Maria e passou a ser o CV, a GDE, o PCC.

(...) é essa sensação de pânico, é um inimigo invisível, onipotente, onipresente, que você não tem controle, né!? Não existe uma pessoa direta, né!? A estrutura faccional que pode tá em todo canto, que você não sabe quem é. Então assim tem sido, não é só deslocar de um município para outro, né!? Isso requer um trabalho mais afinado de pesquisa, de saber qual é a facção que comanda naquele município, qual é a facção que comanda naquele bairro (...). Então tem sido cada vez mais difícil cuidar desse deslocado interno nas fronteiras do estado. Tem sido cada vez mais difícil (PPCAAM, 2019).

As equipes foram unânimes em afirmar que a situação de ameaça de morte é a ponta do iceberg em relação às demandas apresentadas pelas pessoas

que ingressam na proteção. Ao iniciar o acompanhamento as equipes identificam problemas de saúde, falta de documentação básica, crianças fora da escola, dentre outros. Nesse sentido, os profissionais ratificam a importância de constituir uma rede de parceiros, que possa colaborar no atendimento das demandas. Essa rede pode ser composta por órgãos públicos e atores da sociedade civil, entendendo que cada um exerce um papel específico, podemos apontar que o diferencial da sociedade civil é a reconstituição do vínculo comunitário.

(...) por exemplo, o Técnico 01⁷⁶ apontou uma coisa muito importante, que é de garantir a ressocialização do sujeito em proteção. Tem um aspecto da proteção que a gente consegue garantir com dinheiro, com recurso. Mas tem outro aspecto, que é o aspecto afetivo, de vínculo, né!? Que a pessoa chega totalmente sucateada, que o recurso não dá conta, né!? Então, muitas vezes o que é que vai dá conta? É essa articulação com a sociedade civil. Tem a associação fulana de tal, que a presidente é a dona fulana, né!? Que dá sim suporte afetivo a essa família, que garante ali perto da associação algum envolvimento, né!? É o que garante a ressocialização num processo natural dessa pessoa. Nós temos o exemplo agora, uma pessoa que tá em uma proteção provisória, que houve essa articulação e que ela disse: - Olha, eu não quero sair daqui, porque eu me vejo morando aqui, me vejo criando laços. E esse é o sentido aqui (PROVITA, 2018).

As trajetórias narradas apontam que durante a proteção as pessoas têm apresentado um quadro de adoecimento relacionado à situação de ameaça de morte, seguido do deslocamento interno. Para a técnica 03 do PROVITA, entrar para a proteção é “nascer de novo”, acrescenta: “É uma reconstrução e um recomeço, né!? Você repensa a vida toda, né!?”. Nesse sentido, as equipes ponderaram que a proteção deve ser mais que a garantia à vida. A proteção deve contribuir para a ressignificação dos eventos de violência (PAIVA, 2008).

A proteção não é só não deixar morrer. Proteger vida não é só isso. Só assim ó: você não vai morrer. Tem todo um outro resto, não é só não deixar morrer, mas todo o outro resto da pessoa (Trecho do relato do técnico 01 do PROVITA, 2018).

Não deixar morrer por dentro, não deixar morrer socialmente, não deixar morrer o sonho, não deixar morrer muita coisa (Trecho do relato do técnico 02 do PROVITA, 2018).

E acho que isso precisa ser abordado com eles, de levá-los a refletir o que aconteceu na história de vida que, de alguma maneira, os colocou nessa situação. Não no sentido de: “sou o culpado da situação em que vivo”. Mas até que ponto os comportamentos contribuíram pra que eu me colocasse assim. Inclusive como perspectiva de futuro, pra que tenha cuidado com o que vou fazer a partir de agora. Acho que essa reflexão de

⁷⁶Substituímos o nome do técnico, a fim de preservar sua identidade.

corresponsabilização pela situação de ameaça, em algumas situações, ela é muito transformadora. Às vezes você consegue (PPCAAM, 2019).

Mediante as colocações das equipes pude observar que há dois exercícios que são realizados pelos profissionais para que consigam auxiliar os protegidos em um processo de ressignificação dos eventos de violência, quais sejam: o ato de se colocar no lugar do outro e o ato de buscar estabelecer uma relação de confiança. Alguns profissionais afirmaram que esse processo empático acontece em decorrência do compromisso das equipes com o trabalho realizado. Durante os relatos foi possível ver a satisfação dos profissionais ao narrar casos de proteção concluídos com êxito.

O técnico 04 do PROVITA chegou a comparar, como prática indissociável, sua atuação profissional com sua militância em defesa dos direitos humanos; o que me fez lembrar dos trabalhadores sociais que prestavam assistência à população afegã afetada pelos ataques norte-americanos, em 2001, conforme a descrição de Agier (2006):

Por compaixão ou compensação, os trabalhadores sociais do Império buscam reparar, corrigir, reduzir os danos das guerras e das violências multiformes, intervir em última instância, isto é, exatamente para salvar vidas, habilitar novamente os corpos e ajudar na ressocialização das vítimas (AGIER, 2006, p. 202).

Entre todos os profissionais é consenso que os programas de proteção são efetivos, diante do dado de que ninguém nunca morreu estando incluído na rede de proteção. Por outro lado, é também consenso que o modelo de implementação⁷⁷ dos programas de proteção de certa forma dificulta a operacionalização das medidas de proteção. Como afirmou o Técnico 03 do PPCAAM: “um plano de trabalho não contempla todos os aspectos necessários ao acompanhamento da vida dos protegidos”.

As questões expostas acima nos dão a noção do quão complexo é a condução de um processo de deslocamento interno, seja para a equipe em sua atuação profissional, seja para o protegido na condição de deslocado interno. Os mesmos direitos humanos que na dimensão teórica proclamam a universalidade, a

⁷⁷Conforme mencionado, os programas de proteção são executados por meio de parcerias entre o Governo Federal, os Governos Estaduais e entidades da sociedade civil. Formalmente, é celebrado um convênio, em que toda a proposta de atuação é descrita em um plano de trabalho. A execução deve seguir a referida proposta, sob pena de responsabilização legal e administrativa.

interdependência e a indivisibilidade de direitos, na dimensão prática, de execução de políticas públicas, são obrigados a cercear direitos – mesmo que em caráter transitório – para garantir a vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica decretado que agora vale a verdade.
agora vale a vida,
e de mãos dadas,
marcharemos todos pela vida verdadeira.

(Thiago de Mello)

Os deslocamentos internos inseridos no atual cenário da violência urbana apontam para novas formas de atuação dos grupos criminosos no Ceará. Podemos constatar que com a “chegada” das facções criminosas, especialmente a partir de 2016 (PAIVA, 2019; MANSO e DIAS, 2018; CCPHA, 2016), houve uma “importação” dos modelos - paulista e carioca - das organizações criminosas e de seu *modus operandi*.

É possível perceber que essas mudanças são resultado de um movimento de expansão do crime organizado, que partiu da região Sudeste para o Norte e o Nordeste do país. O Atlas da Violência 2019 confirma esse movimento apresentando a elevação das taxas de homicídios na região Norte e Nordeste, em contraposição a uma leve diminuição apresentada pelas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Nesse sentido, observamos tanto a acentuação de determinadas características presentes em contextos de sociabilidade violenta (SILVA, 2004) quanto o surgimento de novos fenômenos e composições singulares, relacionadas a aspectos regionais.

Apesar de nos últimos anos o Nordeste ter apresentado crescimento socioeconômico, com redução das desigualdades sociais, ainda assim, apresentou considerável elevação no número de homicídios (SAPORI, 2012 ; KAHN, 2013). Acentuou-se, por exemplo, a presença de uma sociabilidade violenta em territórios e populações vulneráveis, o que evidencia a segregação social como produtora de violência urbana. Como afirmou o relator do CCPHA⁷⁸: “A dignidade tem CEP”. Como vimos na narrativa de uma das trajetórias, D. Lourdes teve dificuldades de liberar o corpo

⁷⁸A referida afirmação foi proferida durante apresentação dos resultados da pesquisa realizada pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, no Seminário Internacional Cuidando em Rede – saberes e práticas na atenção às famílias vítimas de homicídios, realizado em Fortaleza, em 16 de setembro de 2019.

da filha no IML, porque não dispunha se quer de um comprovante de residência, devido à precariedade da sua condição de moradia.

Cabe ainda destacar que a população vulnerável que tem sido a principal vítima da violência urbana é também a que tem sido punida pelo sistema de justiça e segurança pública (ZALUAR, 1985 *apud* PAIVA e FREITAS, 2015, p. 119). Estamos falando do jovem, negro, pobre, com baixa escolaridade, que mora na periferia. É esse o perfil que predomina na ocorrência dos crimes violentos letais, no sistema penitenciário e na rede de proteção a pessoas ameaçadas.

Vale ressaltar que diferente da década de 1990, em que havia uma infinidade de gangues concentradas na capital (DIÓGENES, 2008), com as facções criminosas houve um processo de interiorização da violência urbana. Portanto, o jovem, negro, pobre, com baixa escolaridade, pode ser morador da periferia de qualquer cidade do estado, já não cabe restringi-lo aos grandes centros urbanos.

A partir da presença das facções no Ceará, temos observado um esforço dos grupos criminosos organizados em obter o controle territorial de suas áreas de atuação. Para o alcance deste domínio lançam mão de estratégias, como: o uso da violência, o uso da intimidação, o clientelismo e a lei do silêncio. Nesse projeto, o afastamento do Estado é uma premissa básica (LESSING, 2008). E é nesse contexto que assistimos a transposição do “proceder” (BIONDI, 2014), do sistema penitenciário para as periferias.

A migração forçada no contexto da violência urbana é resultado desta busca das facções criminosas pelo controle territorial. Em geral, os deslocados internos são obrigados a sair de suas casas por desrespeitarem o “proceder” ou por comprometerem os planos de sedimentação do grupo naquele determinado território. Maria, Ana e Valentina desrespeitaram o “proceder”.

Por falar nelas, a crescente participação feminina na cena da violência urbana cearense é um novo fenômeno que tem chamado a atenção de pesquisadores e gestores públicos. As mulheres estão presentes na condição de vítimas e de protagonistas de atos de violência. Conforme já mencionado, o Instituto Maria da Penha aponta para um processo de “feminização” dos homicídios no Ceará, em decorrência da expansão do crime organizado. Paiva (2019, p.179) destaca que “as mulheres se tornaram personagens importantes após o advento das facções, com participação ativa”.

Para as mulheres deslocadas internas, com as quais tive a oportunidade de conversar, a migração forçada é um processo doloroso não só pela ruptura dos laços afetivos e sociais, mas também pela impossibilidade de retorno ao seu local de origem. Diferente do sertanejo narrado por Patativa do Assaré, que sai carregado da esperança de um dia voltar, as mulheres deslocadas internas saem sabendo que o retorno pode lhes custar a vida. A esperança do retorno dá lugar ao medo. Há um temor não só pelas suas vidas, mas pela vida dos entes queridos. As mulheres deslocadas internas revelaram temer, especialmente, pela vida de suas filhas. E essa situação tem repercutido na condição de saúde dessas mulheres.

Pela condição de chefes de família, para as mulheres deslocadas internas, o trabalho aparece como um sonho, que ao ser concretizado abrirá a porta para o caminho da dignidade. A condição de vulnerabilidade das mulheres deslocadas internas é tão grave, que Valentina chegou a comentar que, na sua avaliação, D. Lourdes havia aceitado ingressar em um programa de proteção mais pela condição de miséria que vivia do que pelo medo de morrer.

Dentro do que apontamos como “composições singulares” está a aliança do PCC com a GDE. Conforme a descrição de Manso e Dias (2018), o PCC apresenta um alto grau de “regulação” sobre a ação de seus membros, nutrido por uma perspectiva ideológica de que “o crime corre pelo certo”, o senso de coletividade deve estar acima dos interesses pessoais. Dentro dessa “ética”, o PCC não batizava adolescentes. Em contraposição temos a GDE, que nasce disposta a resistir ao comando de grupos de fora do Estado (PAIVA, 2019). É caracterizada pela juventude de seus integrantes e pela crueldade com que realiza seus acertos de contas. O senso de coletividade dissemina uma ideia de horizontalidade entre seus membros, que acaba levando a uma pulverização dos conflitos. Como já mencionado, a justificativa para que tal aliança tenha sido possível deve estar no interesse e na divisão do mercado de drogas.

O resultado deste trabalho reitera, para mim, a importância de conhecer a dinâmica dos grupos criminosos organizados para conhecer as variáveis do fenômeno do deslocamento interno no contexto da violência urbana e a partir daí definir estratégias de atendimento não só para as mulheres, mas, de modo geral, para a população afetada. Mais uma vez ressalta-se que a ausência de dados

quantitativos compromete o dimensionamento das ocorrências deste tipo de deslocamento interno.

Por hora, podemos afirmar que os programas de proteção a pessoas ameaçadas são efetivos, na medida em que nunca ninguém foi morto ou sofreu uma tentativa de homicídio estando sob proteção. Entretanto, cabe a ressalva de que os programas de proteção a pessoas ameaçadas instituídos atendem a perfis específicos dentro um amplo universo de população vulnerável, que tem sido obrigada a migrar em virtude de diversas situações de violência urbana.

As reflexões produzidas a partir da leitura dos autores consultados ao longo da pesquisa e o diálogo realizado com as interlocutoras me permitiram compreender situações que ocorreram antes do desenvolvimento deste trabalho. Conforme comentei, conheci a expressão “debater” durante a narrativa de Dani acerca do momento em que membros da facção chegaram à sua casa para averiguar a suspeita de que ela estaria passando informações para facção rival, mas só depois passei a compreender que no “mundo do crime” ela representa a possibilidade de contraditório e ampla defesa prevista no mundo jurídico (BIONDI, 2014).

REFERÊNCIAS

ABREU, D. **No bico da cegonha**: histórias de adoção e da adoção internacional no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

AGIER, M. Refugiados diante da nova ordem mundial. **Tempo Social**, v. 18, n. 2, p. 197-215, 2006.

AGUIAR, R; HOLANDA, T. **Trajetórias interrompidas**: homicídios na adolescência em Fortaleza e em seis municípios do Ceará. Brasília: UNICEF, 2017.

ATHAYDE, C; BILL, M.V. **Falcão**: mulheres e o tráfico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

AUGUSTO, A. Para além da prisão-prédio: as periferias como campos de concentração a céu aberto. São Paulo: **Cadernos Metrôpole**, v. 12, n. 23, p.33-38, 2010.

BARROS, A. C. **Favelas em Fortaleza**: do surgimento a tentativa de erradicação (1877-1973). Brasília: UNB, 2017.

BAUMAN, Z. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BIONDI, K. **Etnografia no Movimento**: território, hierarquia e lei no PCC. 2014. 334f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

BIONDI, K. Relações políticas e termos criminosos: O PCC e uma teoria do irmão-rede. **Teoria e Sociedade**, v. 15, n.6, p. 206-235, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

BRASIL. Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública. **Relatório Nacional da Execução da Meta 2**: um diagnóstico da investigação de homicídios no país. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2012b.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos da Cidadão. **Cartilha sobre programas de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas**. Brasília: MPF/PFDC, 2013.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SEDH/PR, 2010.

BRITO, A. X. *Habitus de migrante: um conceito que visa captar o cotidiano dos atores em mobilidade espacial*. Brasília: **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 3, p. 431-464, 2010.

CAIAFA, J. **Produção comunicativa e experiência urbana**. Rio de Janeiro: INTERCOM, 2005.

CARDOSO, H. J.M.; LOBO, C. F. **Mobilidade Espacial de Populações: definições, tipologias e conceitos**. Alfenas: UNIFAL, 2016.

CARMO, R. M; SIMÕES, J. A. **A Produção das Mobilidades: redes, espacialidades e trajectos**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

CAVALCANTE, C. T. L. **As dinâmicas das ruas de Fortaleza: os processos e transformações nas vidas de pessoas às margens da cidade**. Fortaleza: EdUFC, 2019.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA – CCPHA. **Cada Vida Importa: relatório final**. Fortaleza: CCPHA, 2016.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, n.12, p. 1163-1178, 2006.

DAMATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?** 5. ed. Rio de Janeiro:Rocco Ltda., 1991.

DIÓGENES, G. **Itinerários de corpos juvenis: o baile, o jogo e o tatame**. São Paulo: Annablume, 2003.

DIÓGENES, G. **Cartografia da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2008.

DORNELLES, J. R. W. **O que são Direitos Humanos**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DURHAM, E. R. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ELIAS, D. Milton Santos: a construção da geografia cidadã. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 35, p. 131-148, 2003.

ELIAS, N; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 47, 2004.

FELTRAN, G. S. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH**, v. 23, n. 58, p. 59-73, 2010.

FOLLY, M. **Migrantes invisíveis: a crise de deslocamento forçado no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2018.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, p.20-22, 2005.

HOGAN, D. J. Mobilidade populacional, sustentabilidade e vulnerabilidade social. **Revista brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 323-338, jul./dez. 2005.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

KOERNER, A. O papel dos direitos humanos na política democrática: uma análise preliminar. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, n.53, p.143-157, 2003.

LALANDA, P. Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. **Análise social**, v.9, n.2, p. 871-883, 1998.

LESSING, B. As facções cariocas em perspectiva comparativa. **Novos estudos CEBRAP**, v.21, n. 80, p. 43-62, 2008.

LIMA, J. B. B. **Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)**. Brasília: Ipea, 2017.

LIMA, W. S. **Quatrocentos contra um: uma historia do comando vermelho**. Rio de Janeiro: Labortexto, 2001.

MANSO, B. P; DIAS, C. N. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. [S.l]: Todavia SA, 2018.

MARQUES, A. “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. **Etnográfica, Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 14, n. 2, p. 311-335, 2010.

MELO, D. L. B; CANO, I. **Índice de homicídios na adolescência: IHA 2012**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014.

MINGARDI, G. **O Estado e o crime organizado**. São Paulo: IBCCrim, 1998.

MINGARDI, G. O trabalho da inteligência no controle do crime organizado. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 51-69, 2007.

MORAIS, J. F. R. **O que é violência urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOURA, M. V. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasília: [s.n], 2019.

NEVES, F. C. Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 93-122, 1995.

ODALIA, N. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948.

PAIVA, L. F. S. **A violência como evento de resignificação**. Porto Seguro: Desigualdade e diversidade, 2008.

PAIVA, L. F. S.; FREITAS, G. J. Ecos da violência nas margens de uma sociedade democrática: o caso da periferia de Fortaleza. **Sociedade e Cultura**, v. 18, n. 2, p. 115-128, 2015.

PAIVA, L. F. S. Aqui não tem gangue, tem facção: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno CRH**, v. 32, n. 85, p. 165-184, 2019.

PINHEIRO, V. et al. **Os impactos da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

PIOVESAN, F. Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos. **Sur, Revista Internacional de Direitos Humanos**, v.1, n.1, p.20-47, 2004.

PIOVESAN, F. Direitos humanos, o princípio da dignidade humana e a constituição brasileira de 1988. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 94, n. 833, p.41-53, mar. 2005.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. São Paulo: **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. 93. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

RAPOSO, T. J. N.; SENHORAS, E. M. Uma leitura clássica do 'espaço do cidadão' na democracia. **Revista Equador**, v. 4, n.2, p.1-5, 2015.

RIOS, K. S. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

ROLNIK, R. Exclusão territorial e violência. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 100-111, 1999.

SÁ, L. A condição de 'bichão da favela' e a busca por 'consideração': uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, n. 2, p. 339-355, 2011.

SANTA, E. C. **Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – Provita**: um estudo sobre o serviço social. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SANTOS, J. V. T. Novos processos sociais globais e violência. **São Paulo em Perspectiva**, v.13, n. 3, p.18-23, 1999.

SCHILLING, F. Corrupção, crime organizado e democracia. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 36, n.12, p. 1980-1992, 2001.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. [S.l:s.n], 2012.

SILVA, G. S.; SALDANHA, A ; VIANA, E. M. **Entre “partir” e “ficar”**: a migração além do processo de deslocamento físico. Belo Horizonte: ABEP, 2016.

SILVA, L. A. M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e estado**, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004.

SILVA, L. A. M. **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SILVA, L. A. M. “Violência Urbana”, Segurança Pública e Favelas - o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH**, v. 23, n. 59, p. 283-300, 2010.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2016**: homicídios por armas de fogo no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO/CEBELA, 2016.

WEISS, A. Tornar-se refugiado: uma abordagem de trajetória de vida para a migração sob coação. Porto Alegre: **Sociologias**, v. 20, n. 49, p.33-38, 2018.

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999.

ZALUAR, A. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: EdFGV, 2004.

ZALUAR, A; ALVITO, M. **Um século de favela**. 4. ed. Rio de Janeiro: EdFGV, 2004.

ZAVERUCHA, J; OLIVEIRA, A. **Tráfico de Drogas**: uma revisão bibliográfica. São Paulo: ANPOCS, 2006.